



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO

C.N.P.J. (MF) 09.048.976/0001-09

AV. JOAQUIM CAVALCANTE DE MORAIS, 96

CEP : 58398-000 - CENTRO - REMÍGIO - PB

LEI COMPLEMENTAR Nº. 1.536/2025.

**DISPÕE SOBRE O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE REMÍGIO/PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE REMÍGIO**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Esta Lei institui o novo Sistema Tributário do Município de Remígio, que disciplina e estabelece normas de Direito Tributário a ele relativas, e fica denominada Código Tributário Municipal.

**Art. 2º** O Código Tributário Municipal é subordinado:

- I** – à Constituição Federal;
- II** – ao Código Tributário Nacional e demais Leis Complementares da União;
- III** – à Constituição do Estado da Paraíba;
- IV** – à Lei Orgânica do Município de Remígio.

**Parágrafo único.** As disposições deste Código se aplicam sem prejuízo das normas gerais constantes das leis referidas neste artigo.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 3º** O Código é constituído de 05 (cinco) Livros, com a matéria, assim distribuída:

- I - LIVRO I** – Do Sistema Tributário Municipal;
- II - LIVRO II** – Dos Preços Públicos;
- III - LIVRO III** – Do Procedimento Administrativo Tributário;
- IV - LIVRO IV** – Das Infrações e Penalidades;
- V - LIVRO V** – Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais.

### LIVRO I

#### DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

#### TÍTULO I

#### DA INSTITUIÇÃO DOS TRIBUTOS

**Art. 4º** Ficam instituídos, no âmbito deste Município, os seguintes tributos

#### I - IMPOSTOS:

- a) Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- b) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- c) Sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição – ITBI;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

#### II - TAXAS:

- a) Em razão do exercício regular do poder de polícia:
- Taxa de Licença de Localização e Instalação de estabelecimento de qualquer atividade;
  - Taxa de Fiscalização de Funcionamento de estabelecimento de qualquer atividade;
  - Taxa de Licença para Aprovação e Execução de obras e instalações particulares e de “Habite-se”;
  - Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Arruamento e Loteamento em terrenos particulares;
  - Taxa de Autorização para Utilização dos Meios de Publicidade;
  - Taxa de Fiscalização de Trânsito em Eventos;
  - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária;
  - Taxa de Autorização para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos;
  - Taxa de Autorização Especial para Ambulante, Feirante e Comércio Eventual;
  - Taxa de Licença e Conservação Ambiental;
  - Taxa de Instalação de antenas transmissoras de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações, energia e afins;
- b) Pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição:
- Taxa de Expediente;
  - Taxa de Serviços Diversos;
  - Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos;

#### III - CONTRIBUIÇÕES:

- de melhoria, decorrente de obras públicas;
- para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### TÍTULO II

#### DOS IMPOSTOS

##### SUB-TÍTULO I

##### DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

##### CAPÍTULO I

##### DA INCIDÊNCIA

##### Seção I

##### Do Aspecto Material

**Art. 5º** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação dos serviços previstos na Lista de Serviços constante da tabela 1 do Anexo I desta Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

**Parágrafo único.** O sujeito passivo que exercer, em caráter permanente ou eventual, mais de uma das atividades relacionadas na tabela 1 do anexo I desta Lei, ficará sujeito ao imposto que incidir sobre cada uma delas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

**Art. 6º** O imposto incide ainda sobre:

I - serviços provenientes do exterior do País;





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**II** - serviços cuja prestação tenha se iniciado no exterior do País;

**III** - serviços prestados através da utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço;

**IV** - a omissão de receita tributável, apurada no exame da escrita contábil.

**V** - os atos não cooperativos praticados pela sociedade cooperativa, e os que tenham por objeto a prestação, a pessoas ou entes não associados, de serviços relacionados na tabela 1 do anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** Para os efeitos do inciso IV do caput, considera-se omissão de receita tributável:

**I** - a falta de escrituração de pagamentos efetuados pela pessoa jurídica;

**II** - a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou cuja exigibilidade não seja comprovada;

**III** - a existência de valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações;

**IV** - a insuficiência de caixa e os suprimentos a caixa quando não comprovados.

**Art. 7º** A incidência do imposto encontra-se sujeita à ocorrência da situação que configure, substancial ou economicamente, prestação de serviços.

**Parágrafo único.** A incidência independe:

**I** - da denominação dada ao serviço prestado;

**II** - da existência de estabelecimento fixo;

**III** - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

**IV** - do resultado financeiro da atividade;

**V** - do recebimento do preço do serviço prestado ou qualquer outra condição relativa à forma de sua remuneração; ou do pagamento do serviço prestado;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**VI** - da existência de pacto expresse entre as partes;

**VII** - da preponderância que a atividade de prestação de serviços representa frente ao conjunto de operações praticadas pelo prestador;

#### Seção II

#### Do Aspecto Espacial

**Art. 8º** O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII deste artigo, quando o imposto será devido no local:

**I** – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese de o serviço ser proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

**II** – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**III** – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**IV** – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**V** – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**VI** – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**VII** – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 do Anexo I, tabela 1 desta Lei;

**VIII** – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

serviços descritos no subitem 7.11 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**IX** – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**X** – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios;

**XI** – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**XII** – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**XIII** – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**XIV** – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**XV** – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**XVI** – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**XVII** – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**XVIII** – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**XIX** – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da tabela 1 do Anexo I desta Lei;

**XX** – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da tabela 1 do Anexo I desta Lei.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 1º.** No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da tabela 1 do Anexo I desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto neste Município, caso haja, em seu território, extensão da ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

**§ 2º.** No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da tabela 1 do Anexo I desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto neste Município, caso haja, em seu território, extensão da rodovia explorada.

**§ 3º.** Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

**§ 4º.** Na hipótese de descumprimento do caput ou no § 1º, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

**Art. 9º** Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional.

**Parágrafo Único.** É irrelevante para a caracterização do estabelecimento prestador:

**I** - a denominação de sede, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, matriz, contato, posto de atendimento ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

**II** - o cumprimento de formalidades legais ou regulamentares aos quais está sujeito o exercício da atividade.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 10.** Indica a existência de estabelecimento prestador a conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

- I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- II - estrutura organizacional ou administrativa, qualquer que seja o seu porte;
- III - inscrição em órgãos previdenciários, fazendários ou entidades representativas de classes;
- IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada por elementos tais como:
  - a) Indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;
  - b) Locação de imóvel;
  - c) Realização de propaganda ou publicidade no Município ou com referência a ele;
  - d) Fornecimento de energia elétrica, água ou gás em nome do prestador ou seu representante ou preposto;
  - e) Aquisição do direito ao uso de linha telefônica.

### Seção III

#### Do Aspecto Temporal

**Art. 11.** Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

- I - para a pessoa física inscrita como profissional autônomo:
  - a) no dia seguinte ao deferimento da sua inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal da Prefeitura Municipal de Remígio, para o primeiro exercício;
  - b) anualmente, no primeiro dia de cada exercício subsequente, quando já inscrito;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**II** - no momento em que o serviço for prestado, nos demais casos.

**Parágrafo único.** Salvo disposição expressa da legislação tributária, o imposto será recolhido até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

## CAPÍTULO II

### DA NÃO INCIDÊNCIA

**Art. 12.** O imposto não incide sobre:

- I** - os serviços prestados em relação de emprego;
- II** - os serviços prestados por trabalhadores avulsos, conforme definidos em Lei;
- III** - os serviços prestados por diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades ou fundações, dentro das atividades que lhe são peculiares;
- IV** - os serviços prestados por sócios gerentes e por gerentes-delegados, dentro das atividades que lhe são peculiares;
- V** - os serviços destinados ao exterior do País;
- VI** - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários;
- VII** - o valor dos depósitos bancários;
- VIII** - o valor do principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

**Parágrafo único.** Não se enquadram no disposto no inciso V os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO III

### DAS ISENÇÕES

**Art. 13.** As isenções ou quaisquer outros benefícios ou incentivos fiscais serão concedidos ou revogados por Lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

§ 1º Quando a isenção ou o benefício fiscal depender de regulamentação ou de requisito a ser preenchido e não sendo satisfeitas essas condições, o imposto será considerado devido a partir do momento em que tenha ocorrido a prestação do serviço.

§ 2º O recolhimento do imposto devido, conforme previsto no caput deste artigo, far-se-á com multa, correção monetária e demais acréscimos legais, que serão devidos a partir do vencimento do prazo em que o imposto deveria ter sido recolhido, caso a prestação do serviço não fosse efetuada com o benefício fiscal, observada quanto ao termo inicial de incidência, as respectivas normas reguladoras.

§ 3º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei.

§ 4º A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento), sendo nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo.

**Art. 14.** A concessão das isenções de que trata este Capítulo:



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**I** - não implicam na dispensa do cumprimento das obrigações acessórias fixadas em Lei, regulamento ou outro ato normativo, bem como não desqualificam os beneficiários da condição de responsáveis pelo imposto, na forma da Lei;

**II** - fica condicionada à forma e às condições estabelecidas em Regulamento.

**Parágrafo único.** O descumprimento do disposto no inciso I deste artigo sujeitará o infrator, na forma do regulamento, à perda do benefício.

### CAPÍTULO IV

### DO CONTRIBUINTE

**Art. 15.** É contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o prestador dos serviços.

**§ 1º.** Incluem-se entre os contribuintes do imposto:

**I** - os entes e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando prestarem serviços não vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; ou quando explorarem atividade econômica, regida pelas normas aplicáveis aos empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário do serviço;

**II** - as entidades ou instituições classificadas como serviços sociais autônomos;

**III** - a sociedade em comum;

**IV** - a pessoa jurídica de direito privado, qualquer que seja a sua estrutura organizacional;

**V** - os partidos políticos, inclusive suas fundações; as entidades sindicais dos trabalhadores; as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, quando prestarem serviços não vinculados diretamente aos seus objetivos institucionais;





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**VI** - o condomínio, a massa falida ou o espólio;

**VII** - o empresário;

**VIII** - a pessoa física;

**IX** - a unidade econômica ou profissional, onde sejam, total ou parcialmente, executados, administrados, fiscalizados, planejados, contratados ou organizados os serviços, de modo permanente ou temporário.

**§ 2º.** Considera-se profissional autônomo, a pessoa física que preencha as seguintes condições:

**I** – fornecer o próprio trabalho;

**II** – prestar serviços sem vínculo empregatício;

**III** – executar pessoalmente todos os serviços;

**IV** – ser auxiliado por até 03 (três) empregados que desempenhem, exclusivamente, serviços compreendidos na atividade-meio do profissional autônomo.

**Art. 16.** Consideram-se tomadores do serviço aqueles que apresentem qualquer das seguintes características:

**I** – estipula ou negocia as condições e especificações sob as quais o serviço é Prestado;

**II** – adere à proposta formulada pelo prestador do serviço;

**III** – paga pelo serviço prestado;

**IV** – seja beneficiário do serviço prestado.

### CAPÍTULO V

#### DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 17.** São responsáveis pelo pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza, qualificados como substitutos tributários:

**I** - os construtores, empreiteiros principais e administradores de obras hidráulicas de construção civil ou de reparação de edifícios, estradas, logradouros, pontes e congêneres, pelo imposto relativo aos serviços prestados por subempreiteiros, em relação aos serviços que lhes forem prestados;

**II** - a administração direta, indireta, e fundacional dos entes federativos, bem como as autarquias, os órgãos de regime interno, as sociedades de economia mista, as empresas e as fundações da Administração Pública Direta e da Indireta do Município, dos Estados e do Governo Federal, em relação aos serviços que lhes forem prestados;

**III** - os administradores de obras, inclusive subcontratados, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra contratada;

**IV** - os construtores e os empreiteiros principais, pelo imposto devido por empreiteiros ou subempreiteiros não estabelecidos no Município;

**V** - os titulares de direito sobre prédios ou os contratantes de obra e serviços, se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reformas, reparação ou acréscimos desses bens, pelo imposto devido pelos construtores ou empreiteiros;

**VI** - os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no Município, e relativos a exploração desses bens;

**VII** - os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município, e relativos a exploração desses bens;

**VIII** - as instituições financeiras, em relação ao pagamento dos serviços de guarda, vigilância, conservação e limpeza, transporte de valores e fornecimento de mão-de-obra;

**IX** - as empresas seguradoras, em relação as comissões pagas pelas corretagens de seguro e sobre os pagamentos de serviços de conserto de bens sinistrados;

**X** - as empresas, inclusive cooperativas, que explorarem serviços de planos de saúde ou



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

de assistência médica, hospitalar e congêneres, ou de seguros, através de planos de medicina de grupo e convênios, em relação aos serviços de agência de corretagem dos referidos planos de seguro, remoção de doentes, serviços hospitalares, clínicas, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação, clínicas de fisioterapia, eletricidade médica, ultrassonografia, radiologia, tomografia e congêneres;

**XI** - as operadoras de cartões de crédito, em relação aos serviços prestados por empresas locadoras de bens móveis estabelecidas no Município;

**XII** - os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido por esta atividade;

**XIII** - os que efetuarem pagamento de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto cabível nas respectivas operações;

**XIV** - os que utilizarem serviços de empresas, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documentos fiscais idôneos;

**XV** - os que utilizarem serviços de profissionais autônomos, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal ou de inscrição no cadastro mercantil do Município;

**XVI** - as empresas de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências de viagens e operadoras turísticas, relativas à venda de passagens aéreas;

**XVII** - os titulares de direito sobre imóveis, pelo imposto incidente relativo as comissões devidas sobre a venda dos seus imóveis;

**XVIII** - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos permitidos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

**XIX** - as operadoras turísticas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes e intermediários;

**XX** - as agências de propaganda, pelo imposto devido pelos prestadores de serviço classificados como produção externa;

**XXI** - as empresas proprietárias de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados em estabelecimentos de terceiros sob controle de co-exploração, pelo imposto devido sobre a parcela da receita bruta auferida pelo co-explorador;

**XXII** - os hospitais, casas de saúde, maternidade, prontos-socorros, casas de repouso e





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

recuperação e clínicas, pelo Imposto incidente sobre os serviços a eles prestados no território do Município de Remígio:

- a) por empresas de guarda e vigilância e de conservação e limpeza;
- b) por laboratórios de análises, de patologia e de eletricidade médica e assemelhados, quando a assistência a seus pacientes se fizerem sem intervenção das atividades referidas no inciso X;
- c) por banco de sangue, de pelo, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como por empresas que executem remoção de pacientes quando seu atendimento se fizer na forma referida na alínea anterior;
- d) tinturaria e lavanderia;
- e) fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;

**XXIII** - os estabelecimentos de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda, vigilância e de conservação e limpeza;

**XXIV** - as empresas de rádio e televisão, pelo imposto devido, os serviços a elas prestados por empresas de:

- a) guarda e vigilância;
- b) conservação e limpeza;
- c) locação e “leasing” de equipamentos;
- d) fornecimento de “cast” de artistas e figurantes;
- e) serviços de locação de transportes rodoviários de pessoas, materiais e equipamentos.

**XXV** - as pessoas referidas nos incisos II ou III do § 9º do art. 8º desta Lei, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços da tabela 1 do Anexo I desta Lei.

**XXVI** - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 12 (exceto o subitem 12.13), 16, 17.05 e 17.10 da lista de serviços da tabela 1 do Anexo I desta Lei, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.

**§ 1º.** Considera-se documento fiscal idôneo, para fins do inciso XIV, do caput deste artigo, a Nota Fiscal de Serviço, devidamente autorizadas pelas autoridades competentes.

**§ 2º.** Para efeito do inciso XX, considera-se produção externa os serviços de composição gráfica, de fotolito, de fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem de elaboração de cenários, painéis e efeitos decorativos, desenhos, textos e outros materiais publicitários.

**§ 3º.** Os contribuintes alcançados pela obrigação de retenção do imposto, de forma ativa, ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame posterior da fiscalização municipal, conforme dispuser a legislação peculiar.

**§ 4º.** No caso dos serviços descritos no subitem 15.09 da tabela 1 do Anexo I desta Lei, o valor do imposto é devido no Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

**§ 5º.** No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 da tabela 1 do Anexo I desta Lei, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registradas no local do domicílio do tomador do serviço.

**§ 6º.** A responsabilidade de que trata o caput deste artigo, será satisfeita mediante retenção do valor do imposto devido na operação e recolhimento aos cofres municipais, observando-se, sendo o caso, as deduções estabelecidas na legislação tributária.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO VI

#### DA BASE DE CÁLCULO

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

**Art. 18.** A base de cálculo do imposto é o preço do serviço prestado.

**Parágrafo único.** Quando o imposto for calculado por alíquotas fixas, terá por base a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFIR vigente no mês do recolhimento, não se aplicando o disposto na seção II deste capítulo.

**Art. 19.** Considera-se preço do serviço tudo o que for devido, recebido ou não, em consequência de sua prestação, seja em moeda, bens, serviços ou direitos, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros.

**Art. 20.** O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo, o seu destaque nos documentos fiscais, mera indicação para fins de controle e esclarecimento do tomador do serviço.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Parágrafo único.** O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.

**Art. 21.** Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da tabela 1 do Anexo I desta Lei forem prestados no território deste e de outro Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes neste Município.

**Art. 22.** Quando se tratar da prestação dos serviços descritos no subitem 21.01 da tabela 1 do Anexo I desta Lei, a base de cálculo é o preço cobrado em razão dos serviços prestados por notários e oficiais de registro público em geral em virtude da delegação recebida.

**§ 1º.** Incluem-se na base de cálculo os valores devidos pelos usuários por serviços adicionados, tais como reprografia, encadernação, digitalização, entre outros, quando prestados conjuntamente com os serviços previstos no caput deste artigo.

**§ 2º.** A base de cálculo não compreende:

**I** – os valores pagos em favor do Estado ou a outras atividades públicas, em caráter definitivo e por força de Lei, em razão de funções ou atividades diversas da prestação dos serviços previstos no caput deste artigo;

**II** – os valores recebidos pelos registradores civis de pessoas naturais como forma de compensação pelos atos gratuitos por eles praticados.

**§3º** O montante do ISS apurado nos termos do caput deste artigo não integra a sua base de cálculo, devendo ser acrescido o valor do preço do serviço.

### Seção II



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

#### Das Reduções da Base de Cálculo

**Art. 23.** Ainda que a prestação de serviços envolva o fornecimento de mercadorias, as reduções de base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza restringem-se às hipóteses previstas nesta Lei.

**Art. 24.** Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da Tabela 1 do Anexo I desta Lei, poderá ser excluído da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN o valor dos materiais fornecidos pelo prestador e efetivamente incorporados à obra, nos termos de regime de dedução real, desde que, cumulativamente:

- a) Os materiais tenham sido produzidos fora do local da obra pelo próprio prestador;
- b) Os materiais tenham sido comercializados com emissão de nota fiscal própria, com destaque do ICMS;
- c) Haja comprovação da efetiva incorporação à obra, por meio de planilha detalhada de execução físico-financeira da obra;
- d) Haja vinculação contratual da obrigação de fornecimento dos materiais.

**§ 1º.** A dedução no Regime Real somente será admitida com a apresentação simultânea da nota fiscal de venda com destaque do ICMS, da planilha de execução da obra e dos documentos contratuais pertinentes.

**§ 2º.** Caso o contribuinte não apresente os documentos exigidos, ou se estes forem insuficientes ou divergentes, a dedução será desconsiderada pela Administração Tributária, sendo o imposto calculado sobre o valor integral da prestação de serviços.

### Seção III





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

#### Da Presunção de Omissão de Receita

**Art. 25.** Caracteriza-se a omissão de receita e a ocorrência de prestação de serviços sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, independentemente da inscrição ou não do prestador no cadastro mobiliário do Município, nas seguintes hipóteses:

I – a prestação de serviços sem a emissão de nota fiscal ou documento fiscal equivalente, ou com a emissão de documento inidôneo;

II – o registro de receita inferior à efetivamente auferida, apurada por confronto com valores informados por terceiros, movimentações bancárias, administradoras de cartões, plataformas de pagamento, prestadores de serviços em marketplaces ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico ou físico;

III – saldo credor na conta “Caixa” ou “Bancos”, não compatível com a receita declarada ou não justificado com documentação hábil e idônea;

IV – manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou cuja exigibilidade não esteja comprovada;

V – falta de escrituração de pagamentos efetuados pela pessoa jurídica;

VI – existência de bens ou direitos que não constem na escrituração contábil, quando exigida, ou que sejam incompatíveis com a receita declarada;

VII – falta de registro contábil de documentos fiscais de entrada ou saída relativos a prestações de serviços;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

VIII – valores creditados em contas de depósito ou de investimento mantidas em instituições financeiras, cujos titulares, quando regularmente intimados, não comprovem a origem dos recursos ou a compatibilidade com a receita declarada;

IX – diferença apurada mediante o controle de insumos e mão de obra utilizados na prestação dos serviços, considerando a natureza e habitualidade da atividade;

X – receita declarada inferior ao custo dos serviços prestados, excetuadas hipóteses justificadas por prejuízo econômico comprovado;

XI – ausência de recolhimento do ISSQN incidente sobre valores informados em sistemas de terceiros, como notas fiscais eletrônicas de tomadores de serviço, sistemas da Receita Federal, entidades de classe ou outros órgãos públicos ou privados;

XII – omissão de informações ou prestação de informações falsas à fiscalização tributária municipal, com a finalidade de reduzir ou suprimir o imposto devido;

XIII – informações prestadas por terceiros, inclusive tomadores de serviços obrigados à retenção do ISSQN, que indiquem prestação de serviço não declarada pelo contribuinte.

**§ 1º** O valor da receita omitida será considerado base de cálculo do ISSQN, para fins de lançamento de ofício, inclusive quando apurada por presunções legais ou técnicas indiretas de apuração.

**§ 2º** Caberá ao sujeito passivo o ônus da prova de desconstituição das presunções de que trata este artigo, mediante apresentação de documentação hábil e idônea.

**§ 3º** Na impossibilidade de se identificar o momento exato da ocorrência do fato gerador, presume-se ocorrido o fato no último dia:

I – do período de apuração do ISSQN, se houver;

II – do exercício fiscal;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

III – do período fiscalizado.

**§ 4º** Quando não for possível determinar com precisão o local da prestação de serviço, aplicar-se-á o disposto na Lei Complementar Federal n.º 116/2003 e suas alterações, considerando-se, supletivamente, o local do domicílio do prestador do serviço como local da ocorrência do fato gerador.

**§ 5º** Poderá o Fisco Municipal utilizar informações e documentos de órgãos públicos, instituições financeiras, administradoras de cartões, empresas de tecnologia de pagamento, plataformas digitais, e de quaisquer outras fontes que indiquem a efetiva realização de prestação de serviços, como base para constituição do crédito tributário.

**§ 6º** O Município poderá instituir metodologia própria de arbitramento da receita omitida, fundamentada em critérios técnicos, estatísticos ou financeiros, especialmente para prestadores sem escrituração contábil ou em situação de irregularidade cadastral.

### Seção IV

#### Do arbitramento da Base de Cálculo

**Art. 26.** A autoridade fiscal lançará o imposto, arbitrando sua base de cálculo, sempre que se verificar, isolada ou cumulativamente, qualquer das seguintes hipóteses:

**I** - o sujeito passivo não possuir livros obrigatórios, talões, notas fiscais, relatórios ou documentos, inclusive os armazenados em meio magnético ou já arquivados, obrigatórios em virtude da legislação federal, estadual ou municipal, necessários ao exame das operações realizadas;

**II** - o sujeito passivo, depois de intimado, recusar-se ou deixar de exibir livros obrigatórios, talões, notas fiscais, relatórios ou documentos, inclusive os armazenados em meio magnético



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

ou já arquivados, desde que os possua, ainda que não obrigatórios pela legislação, mas necessários ao exame das operações realizadas;

**III** - serem omissos, ilegíveis ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé os livros, talões, notas fiscais, relatórios ou documentos, inclusive os armazenados em meio magnético ou já arquivados, exibidos pelo sujeito passivo;

**IV** - o sujeito passivo recusar-se ou deixar de prestar, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela autoridade administrativa;

**V** - o sujeito passivo, após regularmente intimado, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé;

**VI** - exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;

**VII** - existência de atos qualificados como crimes ou contravenções ou, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude, conluio ou simulação, evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;

**VIII** - serviços prestados sem a identificação do preço ou a título de cortesia.

**§ 1º.** Não se aplica o disposto neste artigo quando o sujeito passivo não possua ou deixe de apresentar os livros obrigatórios, talões, notas fiscais, relatórios ou documentos, obrigatórios ou não, em virtude de extravio, destruição ou inutilização decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que haja tomado providências acautelatórias estabelecidas em Regulamento.

**§ 2º.** Aplica-se o disposto neste artigo inclusive quando se tratar de lançamento do imposto devido na condição de responsável por disposição de Lei.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 3º.** Em caso de arbitramento, a base de cálculo será apurada por critérios dotados de respaldo técnico, fixado por despacho da autoridade fiscal competente, que considerará, fundamentadamente:

- I - os recolhimentos efetuados em períodos idênticos pelo mesmo ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade, em condições semelhantes;
- II - os elementos que exteriorizem a situação econômico-financeira do contribuinte;
- III - o preço corrente dos serviços, à época a que se referir a apuração;
- IV - os fatores inerentes e as condições peculiares ao ramo de negócio ou de atividade considerados especialmente os que permitem uma avaliação do provável movimento tributário.

### Seção V

#### Do Regime de Estimativa

**Art. 27** A autoridade fiscal poderá lançar o imposto, estimando sua base de cálculo em período futuro, nos casos em que se verificar, quaisquer das seguintes hipóteses:

- I - tratar-se de atividade exercida em caráter provisório ou itinerante;
- II - tratar-se de sujeito passivo ou grupo de sujeitos passivos cuja espécie, modalidade de atividade ou volume de negócios, aconselhem esse regime fiscal, conforme os critérios definidos pela Secretaria de administração e Finanças.

**Parágrafo único.** No caso do inciso I deste artigo, a liberação do alvará de licença para localização e funcionamento da atividade fica condicionada ao recolhimento antecipado do imposto estimado.

**Art. 28.** Na apuração da base de cálculo do imposto, por estimativa, serão considerados:



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

- I - as informações do contribuinte;
- II - o documentário fiscal e contábil;
- III - e outros elementos informativos, inclusive estudos e acordos com as entidades de classe diretamente vinculadas à atividade do contribuinte.

**Art. 29.** Efetuado o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Fazenda Pública notificará o mesmo quanto:

- I - ao seu início e término;
- II - da forma como foi estimada a base de cálculo do imposto;
- III - do “quantum” do imposto estimado;
- IV - da quantidade e valor das parcelas e de seu vencimento;
- V - dos dispositivos legais que fundamentaram a adoção do regime de estimativa.

**Art. 30.** A aplicação do regime de estimativa independe do fato de o contribuinte possuir escrita fiscal, bem como não dispensa a emissão e escrituração das notas fiscais.

**Art. 31.** Poderá a qualquer tempo ser suspensa a aplicação do regime de estimativa, de modo geral ou individual.

**Art. 32.** Findo o período fixado para o regime de estimativa, ou deixando o regime de ser aplicado, por qualquer motivo, ou a qualquer tempo, será apurado o preço real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo no período considerado.

**Parágrafo único.** Sendo apurada qualquer diferença entre o montante recolhido por estimativa e o valor do imposto real, será ela:

- I - recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**II** - restituída, de ofício, quando do encerramento ou cessação da adoção do regime de estimativa.

**Art. 33.** O cálculo, a modalidade de prestação de serviços, o recolhimento, as formas de recursos ou outras providências serão regulamentados por decreto.

**Art. 34.** O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, a critério da Fazenda Pública, poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividades.

**Art. 35.** A autoridade fiscal pode rever os valores estimados para determinado exercício ou período, e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

**Art. 36.** Os contribuintes enquadrados no regime de estimativa serão comunicados no prazo de 15 (quinze) dias, ficando-lhes reservado o direito de impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação.

**Parágrafo único.** A impugnação apresentada terá efeito interruptivo e deverá mencionar obrigatoriamente, o valor que o contribuinte reputar justo, assim como os elementos para sua aferição.

**Art. 37.** Após a interposição da impugnação o processo seguirá o rito do Processo Administrativo Fiscal.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO VII

#### DAS ALÍQUOTAS

**Art. 38.** A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 5% (cinco por cento);

**§ 1º.** O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota estabelecida neste artigo, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05, e 16.01 da tabela 1 do Anexo I desta Lei.

**§ 2º.** É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

**§ 3º.** A nulidade a que se refere o §2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

**§ 4º.** A prestação de serviços quando desenvolvida por sociedades civis de profissionais, o imposto será devido pela sociedade, por mês, conforme consta da tabela 2 do Anexo I desta Lei, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da Lei que rege a profissão.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 5º.** Quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal, pelo profissional autônomo, o imposto será devido mensalmente, em parcelas fixas, conforme tabela 3 do Anexo I desta Lei, em relação ao período referenciado por ocasião da imposição legal.

**§ 6º.** No caso do parágrafo anterior, é facultado ao Poder Executivo Municipal instituir o desconto de até 10% (dez por cento) para recolhimento integral e até o vencimento, conforme regulamentação.

### CAPÍTULO VIII

### DA INSCRIÇÃO

**Art. 39.** Toda pessoa física ou jurídica que preste serviços que configurem fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, deverá promover sua inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal do Município, ainda que imune ou isenta, de acordo com as formalidades exigidas nesta Lei ou regulamento.

**§ 1º.** A inscrição deverá ser feita na repartição fazendária antes do início de qualquer atividade, através de petição, preenchimento de ficha ou formulário modelo.

**§ 2º.** Qualquer alteração que ocorrer nos dados informados no ato da inscrição deverá ser informada à repartição fazendária no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do fato.

**§ 3º.** Não será permitida a inscrição de sócio de empresa como profissional autônomo.

**§ 4º.** O empreendedor que optar pelo Microempreendedor Individual – MEI do Simples Nacional, regulamentado pelo art. 18-A da Lei Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devidamente inscrito no Registro de Empresas Mercantis, terá um trâmite especial no Cadastro Mobiliário Municipal, devendo apenas ser exigido o Certificado de Condição de



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

Microempreendedor Individual – CCMEI e o Cartão do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

**Art. 40.** A transferência, a venda do estabelecimento ou o encerramento da atividade no local, bem como a alteração na razão social ou no ramo de atividade, deverão ser comunicados pelos contribuintes ao órgão competente do Município, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 41.** Administração Tributária poderá, com disponibilidade parcial ou total dos dados do contribuinte, promover, ex-officio, a inscrição, alterações de dados, a suspensão ou o seu cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**I** - Haverá a suspensão da inscrição, quando:

- a) não for informada a ausência de movimento tributável, por período igual ou superior a 06 (seis) meses consecutivos;
- b) não for atendida a convocação para recadastramento;
- c) reiteradamente, não forem atendidas as notificações enviadas pelo Fisco.

**II** - Haverá o cancelamento da inscrição, quando:

- a) em diligência cadastral ou verificação fiscal o contribuinte não for encontrado no domicílio tributário constante no Cadastro Mobiliário;
- b) não for apresentada a documentação exigida para a conclusão de baixa solicitada, voluntariamente;
- c) comprovada a não veracidade ou inautenticidade dos dados e informações cadastrais;

**§ 1º.** Os contribuintes que tiverem suas inscrições suspensas ou canceladas “ex-officio” ficarão sujeitos às penalidades previstas nesta Lei, além de terem seus débitos inscritos em Dívida Ativa.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 2º.** Promovida a suspensão ou cancelamento “ex-officio”, os documentos fiscais em poder do contribuinte, não mais poderão ser utilizados.

**§ 3º.** A reativação da inscrição cadastral ou a concessão de nova inscrição, ficam condicionadas ao pagamento dos débitos decorrentes do cancelamento, sendo que o pagamento não implica em reativação automática, que dependerá de análise da autoridade competente.

### CAPÍTULO IX

#### DO LANÇAMENTO

**Art. 42.** O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será feito:

**I** - por homologação, quando couber ao sujeito passivo antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fiscal;

**II** - por declaração, quando couber ao sujeito passivo prestar informações à autoridade fiscal, mediante a entrega da via da nota fiscal de serviço ao Fisco, para a emissão da guia de pagamento;

**III** - de ofício, quando a autoridade fiscal constatar a ocorrência de infração à legislação tributária municipal;

**IV** - de ofício, quando a lei assim determinar, ou se tratar de sujeito passivo incluído em regime de estimativa, ou no caso de profissional autônomo inscrito;

**§ 1º.** A guia de pagamento do ISSQN pode ser emitida pelo próprio contribuinte através do sítio do Município de Remígio na internet, de acordo com a regulamentação.

**§ 2º.** Quando a inscrição do profissional autônomo for efetuada após o início do exercício, o lançamento do imposto será proporcional ao número de meses restantes para o término do exercício financeiro, sendo computado 1/12 avos por mês;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 3º.** Com relação à proporcionalidade mencionada no parágrafo anterior, a fração igual ou superior a 15 dias corresponderá a um mês.

**Art. 43.** Ressalvadas as hipóteses expressamente previstas nesta Lei, o recolhimento do imposto, a se efetuar na Secretaria de Administração e Finanças ou em entidades autorizadas, ocorrerá:

**I** - anualmente, nas épocas fixadas pela Secretaria de Administração e Finanças, no caso dos profissionais autônomos;

**II** - O imposto, no caso do inciso I do artigo anterior, será calculado e recolhido mensalmente pelo próprio contribuinte ou responsável, mediante guia aprovada pela Secretaria de administração e Finanças, independente de qualquer aviso ou notificação, até o dia 10 (dez) do mês subsequente;

**III** - O imposto, no caso do inciso II do artigo anterior, será calculado pela autoridade fiscal após as informações declaradas pelo próprio contribuinte ou responsável, mediante a notificação do lançamento com a entrega da guia emitida pela Secretaria de administração e Finanças, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a ocorrência do fato gerador;

**IV** - O imposto, nos casos dos incisos III e IV do artigo anterior, com a exceção dos profissionais autônomos, será calculado e lançado pela autoridade fiscal competente, e o sujeito passivo deverá recolhê-lo nos prazos estipulados por edital, notificação ou auto de infração.

**§ 1º.** Nos meses em que o vencimento recair em feriado, sábado ou domingo, o imposto deverá ser recolhido no primeiro dia útil seguinte.

**§ 2º.** Nas guias de recolhimento deverão constar obrigatoriamente:

**I** - nome e endereço do contribuinte;

**II** - número da inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC;

**III** - receita bruta (movimento mensal / base de cálculo / valor tributável);

**IV**- alíquota aplicada;





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**V** - mês de referência;

**VI** - data de vencimento.

## CAPÍTULO X

### DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

**Art. 44.** As pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à inscrição no cadastro mobiliário como contribuintes, conforme as operações de prestação de serviços que realizarem, ainda que não tributadas, optantes do Simples Nacional, imunes ou isentas de imposto, devem, relativamente a cada inscrição, emitir documentos fiscais, manter escrituração fiscal destinada ao registro das operações de serviços realizadas e atender as exigências da legislação tributária, conforme disposto em Regulamento.

**§ 1º.** O Município de Remigio poderá estabelecer, além do modelo previsto no art. 57 desta Lei, outros modelos de documentos, cupons e livros fiscais, a forma e o prazo de sua emissão e escrituração, bem como as disposições sobre dispensa ou obrigatoriedade de manutenção da escrituração, através de Regulamento ou em normas complementares expedidas pela Secretaria de Administração e Finanças.

**§ 2º.** Nos casos em que a prestação de serviços esteja desonerada do pagamento do imposto em decorrência de imunidade, isenção ou não incidência, ou em que tenha sido atribuída a outra pessoa a responsabilidade do pagamento do imposto, ou por efetuar o pagamento do ISSQN na guia do DASN – Documento de Arrecadação do Simples Nacional, a circunstância deve ser mencionada no documento fiscal, indicando-se o dispositivo da legislação que autorizou a desoneração.

**§ 3º.** Os documentos, os documentos fiscais, os impressos de documentos, os livros das escritas fiscal e comercial, os programas e arquivos magnéticos são de exibição obrigatória ao



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

fisco, devendo ser conservados pelo contribuinte no prazo de cinco anos conforme estabelecido na legislação tributária.

**§ 4º.** O Contabilista ou Escritório de Contabilidade, regularmente inscrito no cadastro mobiliário, poderá manter sob sua guarda livros e documentos fiscais de seus clientes, desde que cientificada a Secretaria de Administração e Finanças, por intermédio da Ficha de Inscrição Cadastral, devendo colocá-los à disposição da fiscalização quando por ela solicitados.

**Art. 45.** Os contribuintes que tiverem os seus documentos fiscais extraviados deverão fazer uma Certidão de Ocorrência emitida pela Delegacia de Polícia competente, informando todos os dados dos documentos fiscais.

**§ 1º.** O extravio deve ser comunicado à Secretaria de Administração e Finanças, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do fato;

**§ 2º.** O contribuinte deve entregar no Setor de Tributos do Município de Remígio cópia da Certidão de Ocorrência para fins de regularização fiscal.

**§ 3º.** A comunicação do extravio dos documentos fiscais não exonera o contribuinte ou responsável pela cobrança das penalidades cabíveis, assim como, da estimativa do tributo devido em caso de comprovação pela fiscalização de dolo ou culpa, de acordo com o previsto nos arts. 25, § 1º e 69 desta Lei.

### CAPÍTULO XI

### DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 46.** Fica criada, no âmbito de arrecadação de tributos municipais, a Declaração Eletrônica de Serviços - DES, que servirá para a prestação de informações econômico-fiscais à Fazenda Pública Municipal.

**Art. 47.** As empresas e entidades privadas ou públicas apresentarão ao fisco municipal, por emissão em processamento eletrônico de dados, a declaração eletrônica de serviços, em programa cedido pelo Município, de serviços contratados e/ ou prestados.

**§ 1º** Incluem-se na norma deste artigo entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta da União e do Estado da Paraíba.

**§ 2º** As empresas antes enunciadas poderão ter a obrigatoriedade da escrituração do Livro de Registro de Prestação de Serviço suspensa a critério da autoridade administrativa, conforme disposto em regulamento.

**§ 3º** O sujeito passivo não incluído neste artigo poderá declarar eletronicamente o movimento econômico, mediante requerimento à Secretaria de Administração e Finanças, sujeitando-se às disposições da legislação em vigor.

**§ 4º** Poderão ser obrigados a fazer a declaração eletrônica de serviços, outros prestadores ou tomadores de serviços indicados por ato do Secretário de Administração e Finanças.

**Art. 48.** A declaração eletrônica de serviços consiste no registro mensal das informações econômico-fiscais, decorrentes de serviços prestados ou tomados, por sistema de processamento eletrônico de dados, relativamente:

- I - às Notas Fiscais emitidas, por ordem cronológica;
- II - às Notas Fiscais canceladas;
- III - às Notas Fiscais extraviadas;





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**IV** - às Notas Fiscais vencidas e não emitidas;

**V** - aos Cupons Fiscais emitidos;

**VI** - às Notas Fiscais, aos recibos e outros documentos referentes a serviços tomados;

**VII** - aos valores do ISSQN referente ao movimento econômico e retido, na condição de substituto ou responsável tributário;

**VIII** - à falta de movimento econômico, quando for o caso;

**IX** - à movimentação econômica para as empresas que executem as atividades de intermediação financeira, administração de cartões de crédito, administração de consórcio e educação;

**X** - aos dados cadastrais.

**Parágrafo único.** Cada estabelecimento deverá gerar a sua própria DES, ressalvados os escritórios de contato e os que não contabilizem receita própria.

**Art. 49.** A declaração eletrônica de serviços deverá ser gerada, mensalmente, através de programa específico posto à disposição, gratuitamente, e enviada à Secretaria de Administração e Finanças via Internet, ou entregue, por mídia eletrônica, na Central de Atendimento, nas formas e nos prazos fixados em regulamento.

**§ 1º.** Quando da recepção da declaração eletrônica de serviços, o sistema validará a declaração emitindo protocolo de entrega da declaração, ou no caso do sujeito passivo entregar por meio magnético, à Secretaria de Administração e Finanças emitirá o protocolo, que deverá ser guardado como documento fiscal.

**§ 2º.** No caso de informações inconsistentes que impeçam a validação da declaração eletrônica de serviços apresentada pelo Sistema, o declarante deverá promover as devidas correções e providenciar sua entrega dentro do prazo estabelecido no regulamento.

**§ 3º.** Havendo problemas técnicos que impossibilitem a transmissão da declaração eletrônica de serviços via Internet, a entrega deverá ser feita em mídia eletrônica, permanecendo inalterados os prazos estabelecidos no regulamento.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI N.º. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA N.º 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 4º** A veracidade dos dados declarados é de inteira responsabilidade do sujeito passivo, ficando sujeita à homologação fiscal.

**Art. 50.** Os obrigados à apresentação da declaração eletrônica de serviços, poderão prestar as informações de falta de movimento econômico ou de ausência de serviço tomado na própria declaração, nos termos e formas estabelecidos no regulamento.

**Art. 51.** No caso de pedido de baixa, fica o sujeito passivo obrigado a entregar as declarações eletrônicas referentes aos períodos ainda não declarados, como condição para o deferimento.

**Art. 52.** A declaração eletrônica de serviços deverá ser entregue, também, nos seguintes casos:

**I** - quando da suspensão temporária das atividades do estabelecimento, relativamente aos períodos anteriores;

**II** - no caso de fusão, cisão ou incorporação.

**Parágrafo único.** Na hipótese do inciso II, a pessoa jurídica resultante fica responsável pela entrega da declaração eletrônica de serviços referente a serviços prestados pelas empresas fusionadas, cindidas ou incorporadas.

**Art. 53.** A retificação da declaração eletrônica de serviços já entregue será efetuada por meio de declaração retificadora na forma disposta em regulamento.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 54.** Fica a Secretaria de Administração e Finanças autorizada a colocar à disposição dos interessados os meios eletrônicos necessários à entrega da declaração eletrônica de serviços, através da Internet ou por meio de mídia eletrônica fornecida pelo sujeito passivo.

**Art. 55.** A não apresentação da declaração eletrônica de serviços, ou sua entrega após o prazo estabelecido, bem como a constatação de dados incorretos e/ ou de omissão de informações, sujeitará o contribuinte às penalidades cabíveis.

## CAPÍTULO XII

### DO DOCUMENTÁRIO FISCAL

**Art. 56.** É obrigatória por parte dos contribuintes sujeitos ao recolhimento do imposto com base no preço do serviço, a emissão de nota fiscal de serviço em todas as operações que constituam ou possam vir a constituir fato gerador do imposto, na forma estabelecida nesta Lei.

**§ 1º.** Excetuam-se do disposto neste artigo as instituições financeiras e assemelhadas, bem como as atividades em que a espécie e o volume forem incompatíveis com o regime do caput deste artigo, desde que existam outros documentos necessários e suficientes à apuração do fato gerador, sendo obrigatórios ainda, neste último caso, o reconhecimento e a autorização da autoridade administrativa.

**§ 2º.** O Município de Remigio poderá estabelecer, além do modelo previsto no caput, outros modelos de documento fiscal, além de regulamentar a forma de utilização conforme aprovação pela Secretaria de Administração e Finanças, fixados através de Decreto.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 57.** Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços.

**§ 1º.** Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, o documento gerado eletronicamente em sistema próprio ou contratado pela Prefeitura Municipal de Remigio, ou através de plataforma de NFSe padrão nacional, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, conforme especificações definidas em regulamento ou convênio.

**§ 2º.** A emissão de NFS-e constitui confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços - ISS incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência do recolhimento do imposto sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

**§ 3º.** A partir da regulamentação de que trata o § 1º deste artigo, ficam obrigados à emissão da NFS-e todos os prestadores de serviços, independentemente do valor da receita bruta anual de serviços, não devendo mais serem utilizados as notas fiscais feita por outro mecanismo que não pelo sistema de emissão próprio da Prefeitura Municipal ou emissor de padrão nacional.

**§ 4º.** O Microempreendedor Individual, optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos Abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI, quando obrigado à emissão do documento fiscal, deverá utilizar a NFS-e no padrão nacional.

**Art. 58.** Cada estabelecimento seja matriz, sucursal, filial, agência, depósito ou qualquer outro, manterá o seu próprio documentário, sendo permitida a centralização somente quando por expressa autorização da autoridade fiscal.

**Art. 59.** Qualquer elemento do documentário, escrito, magnético ou eletrônico, poderá ser retirado do estabelecimento ou apreendido pelos agentes fiscais encarregados da



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

fiscalização, para exames e diligências quando constituir indício de prova de infração da legislação tributária.

**Art. 60.** Constituem elementos subsidiários da escrita fiscal, os livros da escrita geral, as faturas, as notas fiscais e as ordens de serviços recebidas, e outros de efeitos comerciais, fiscais e contábeis.

**Art. 61.** A repartição fazendária poderá autorizar regimes especiais relativos à emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive por sistema eletrônico de processamento de dados, conforme regulamentação.

**Art. 62.** Os livros de prestação de serviços somente poderão ser utilizados após a autenticação, mediante a apresentação dos anteriores, e registrados no cadastro do contribuinte.

**Art. 63.** Quando se tratar de Livro de Registro de Serviços Prestados emitido por sistema de processamento de dados, estes deverão ser apresentados para autenticação até o mês de fevereiro do exercício subsequente.

**Art. 64.** A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços também deverá ser emitida pelos contribuintes beneficiários de imunidade, isenção tributária ou de regime diferenciado para o pagamento do imposto.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 65.** As infrações relacionadas ao documentário fiscal serão punidas com as seguintes penas, aplicáveis separadas ou cumulativamente:

- I - multa na forma do artigo 70 e 71 desta Lei;
- II - regime especial de fiscalização;

**Art. 66.** Os livros, as notas fiscais e demais documentos devem ser mantidos nos estabelecimentos, à disposição da fiscalização pelo prazo de 05 (cinco) anos.

**Parágrafo único.** As ordens de serviços ou qualquer outro documento que der origem a confecção de notas fiscais e livro de prestação de serviço deve ser mantido à disposição da fiscalização pelo mesmo prazo estipulado no caput deste artigo.

**Art. 67.** As instituições financeiras ficam obrigadas a apresentar mensalmente, no prazo para o recolhimento do imposto, relatório de Apuração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, discriminando:

- I - razão social;
- II - número da inscrição no CMC e no CNPJ;
- III - nome das contas e subcontas;
- IV - código das contas e subcontas;
- V - código da conta correspondente do COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras;
- VI - identificação do item da Lista de Serviços atribuído ao serviço prestado;
- VII - valor tributável;
- VIII - valor do ISSQN devido.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 68.** As instituições de ensino de qualquer grau e natureza devem manter livro de registro de alunos, contendo, no mínimo, o nome do aluno, endereço e o valor da mensalidade.

**§ 1º.** A disposição do caput também se aplica às academias, saunas e outros estabelecimentos congêneres.

**§ 2º.** Os prestadores de serviços referidos neste artigo deverão emitir Nota Fiscal mensalmente e por aluno/cliente, independentemente do recebimento do valor, salvo no caso de optante pelo Regime Caixa no Simples Nacional.

### CAPÍTULO XIII

#### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 69.** As infrações serão punidas com as seguintes penas aplicáveis separada ou cumulativamente, independentes do tributo:

**I** – multa na importância de 10 (dez) Unidades Fiscais do Município – UFIR aos que:

- a) deixarem de emitir documento fiscal, embora estando o valor dos serviços prestados devidamente registrado nos livros fiscais e contábeis, por documento não emitido;
- b) deixarem de comunicar, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações ou baixas que impliquem em modificações ou extinção de fatos anteriormente gravados;
- c) deixarem de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo do tributo;
- d) negarem a exhibir livros e documentos da escrita fiscal ou contábil;
- e) deixarem de exhibir livros e documentos exigidos por lei ou regulamento;
- f) emitirem documento fiscal sem valores, datas, destinatário e descrição dos serviços,



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

nas segundas e/ou terceiras vias, estando ou não registrados nos livros fiscais e contábeis;

g) deixarem de escriturar as operações relativas ao imposto devido, isento ou imune;

h) registrarem dados incorretos, ou com rasuras e emendas nos livros fiscais;

i) confeccionarem documentos fiscais, sem a devida autorização;

j) utilizarem notas fiscais de serviços sem a devida autorização de impressão emitida pela repartição fazendárias;

k) utilizarem livros fiscais obrigatórios sem autenticação da repartição fazendária;

l) deixarem de remeter à repartição fazendária, quando solicitado, documentos exigidos por lei ou regulamento;

m) apresentarem, livros, documentos ou declarações relativas às atividades sujeitas à tributação municipal, com omissões ou dados inverídicos, ou com qualquer tipo de adulteração;

n) deixarem de atender às notificações da Fazenda Pública Municipal dentro do prazo determinado;

o) deixarem de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida nesta Lei ou em regulamento a ela referente;

p) emitirem documentos fiscais com a primeira, segunda ou terceira vias com rasuras, emendas ou rasgadas;

q) emitirem nota fiscal de serviço em desacordo com a atividade cadastrada.

**II** - multa de 50 Unidades Fiscais do Município – UFIR, aos que:

a) desacatarem ou ameaçarem de qualquer forma a autoridade fiscal do Município;

b) negarem-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentarem embarçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes fiscais a serviço dos interesses da Fazenda Municipal.

**III** - multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo, aos que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo no todo ou em parte, se não ficar provado a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**IV** - multa no valor do tributo, quando ficar provado a existência de artifício doloso ou intuito de fraude, aos que:

- a) deixarem de recolher imposto devido ou efetuarem o recolhimento do imposto em importância menor que a devida, apurada por meio de ação fiscal;
- b) deixarem de emitir documento fiscal e não escriturarem operações sujeitas ao tributo;
- c) emitirem documentos fiscais consignando importâncias diversas dos valores da prestação de serviços ou com valores diferentes nas respectivas vias, com o objetivo de reduzir o imposto a pagar;
- d) sonegarem por qualquer forma, tributos devidos;
- e) mandarem imprimir ou confeccionar para si ou para terceiros nota fiscal em duplicidade, aplicando-se a mesma penalidade para a gráfica que procedeu a impressão, sem prejuízo do descredenciamento;
- f) desenvolverem processo eletrônico ou de processamento de dados que envolva redução, omissão ou fraude no recolhimento do imposto, aplicando-se a mesma penalidade para o autor do processo.

**V** - multa de:

- a) 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo aos que deixarem de efetuar a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando obrigado por lei;
- b) 100% (cem por cento) do valor do tributo, aos que deixarem de recolher o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN retido.

**VI** - multa de 05 Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFIR, por Livro Registro de Serviços Prestados extraviado, ainda que devidamente registrado em Certidão de Ocorrência o extravio.

**VII** - multa 10 Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFIR, por nota fiscal de prestação de serviços extraviada, quando a informação de extravio em Certidão de Ocorrência for realizada até 60 (sessenta) dias do último fato contábil registrado;

**VIII** - Regime Especial de Fiscalização.

**§ 1º.** Na imposição das multas por infração, tomar-se-á por base o valor atualizado do tributo.

**§ 2º.** Na reincidência, as multas previstas nos incisos deste artigo serão impostas em





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

dobro.

**§ 3º.** Salvo prova inequívoca feita em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;
- b) manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;
- c) remessa de informes ou comunicações falsas ao Fisco, com respeito aos fatos tributários e à base de cálculo de obrigações tributárias;
- e) omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos imponíveis de obrigações tributárias.

**Art. 70.** A responsabilidade por infração é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do tributo devido atualizado monetariamente e dos juros de mora, ou depósitos da importância arbitrada pela autoridade fiscal, quando o montante do tributo depender de apuração.

**§ 1º.** O disposto no caput não se aplica ao imposto retido na fonte.

**§ 2º.** Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, ainda que mediante solicitação de exclusão da inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes.

### SUB-TÍTULO II

#### DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO I

#### DA INCIDÊNCIA E NÃO INCIDÊNCIA

##### Seção I

##### Do Aspecto Material

**Art. 71.** O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, localizado na zona urbana do Município.

**Art. 72.** A incidência do imposto se sujeita apenas:

- a) à configuração jurídica da propriedade ou da titularidade do domínio útil;
- b) à ocorrência da situação fática que caracterize a posse.

**Parágrafo único.** A incidência independe:

- I – da forma, estrutura, superfície, destinação ou utilização do imóvel;
- II – da existência de edificação no imóvel;
- III – da edificação existente no imóvel encontrar-se interditada, paralisada, condenada, em desuso, em ruínas ou em demolição;
- IV – do atendimento a quaisquer exigências legais ou regulamentares relativas ao uso ou aproveitamento do imóvel, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**Art. 73.** O IPTU não incide sobre:

- I - o patrimônio da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

autarquias e às fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio vinculado a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

**II** – entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive os prédios locados para tal fim, desde que a instituição esteja devidamente registrada nos órgãos competentes;

**III** - o patrimônio dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.

**§ 1º.** A não incidência do inciso I não se aplica aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

**§ 2º.** A não incidência expressa nos incisos II e III compreende somente o patrimônio relacionado com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas, observados os seguintes requisitos:

- a) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucros ou participação no seu resultado;
- b) Aplicarem integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

**§3º.** A falta de cumprimento de qualquer uma das condições previstas neste artigo determinará a imediata suspensão da aplicação do benefício para as entidades elencadas nos incisos II e III deste artigo.

**§4º.** Nos pedidos de reconhecimento da não incidência do IPTU, formulados pelas entidades educacionais e assistenciais, estas, além da comprovação dos requisitos mencionados no § 2º, deverão apresentar certidão de registro junto a órgão federal ou estadual competente.

### Seção II



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

#### Do Aspecto Espacial

**Art. 74.** Considera-se zona urbana aquela definida em Lei municipal, desde que possua, no mínimo, dois dos melhoramentos indicados a seguir, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotos sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde a distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**Parágrafo único.** Para fins de incidência do imposto, a Lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelo órgão competente, destinados à habitação, à indústria, ao comércio ou à prestação de serviços, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do caput deste artigo.

#### Seção III

#### Do Aspecto Temporal

**Art. 75.** O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide anualmente.

**Parágrafo único.** Considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia de cada ano.

#### CAPITULO II

#### DA INSCRIÇÃO





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 76.** Todos os imóveis serão obrigatoriamente inscritos no Cadastro Imobiliário, ainda que pertencente a pessoas isentas ou imunes.

**Parágrafo único.** Para os efeitos deste imposto, na caracterização da unidade imobiliária, a situação de fato, que deverá ser verificada pelo órgão competente do Município, terá prevalência sobre a descrição do bem imóvel contida no respectivo título de propriedade.

**Art. 77.** Para fins de inscrição e lançamento, todo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de bem imóvel é obrigado a declarar, em formulário próprio, os dados ou elementos necessários à perfeita identificação do mesmo.

**§ 1º.** A declaração deverá ser efetivada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da:

- I - convocação que eventualmente seja feita pelo Município;
- II - conclusão da construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;
- III - aquisição da propriedade de bem imóvel, no todo ou em parte certa, desmembrada ou ideal;
- IV - aquisição do domínio útil ou da posse do bem imóvel;
- V - demolição ou do perecimento da construção existente no imóvel;
- VI - conclusão da reforma ou aumento da construção existente no imóvel.

**§ 2º.** Os elementos ou dados da declaração deverão ser atualizados, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam alterar a



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

inscrição, inclusive nas hipóteses de reforma, com ou sem aumento da área construída, e de registro de compromisso de compra e venda de bem imóvel ou de sua cessão.

**§ 3º.** O dever previsto neste artigo estende-se à pessoa do compromissário vendedor e ao cedente do compromisso da compra e venda de bem imóvel.

**Art. 78.** Serão objeto de uma única declaração, acompanhada, respectivamente, da planta do imóvel, do loteamento ou do arruamento:

- I - a gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização;
- II - a quadra indivisa de áreas arruadas;
- III - o lote isolado de cada quarteirão.

**Art. 79.** O contribuinte poderá retificar os dados da declaração ou de sua atualização, antes de ser notificado do lançamento, desde que comprove o erro em que se fundamente.

**Art. 80.** Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser o órgão competente do Município, verificados os dados físicos do bem imóvel, sem prejuízo das demais cominações ou penalidades cabíveis.

**Art. 81.** Quando o terreno e a edificação pertencerem a pessoas diferentes, far-se-á, sempre, a inscrição em nome do proprietário da edificação anotando-se o nome do proprietário do terreno.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 1º.** Não sendo conhecido o proprietário do imóvel, promover-se-á a inscrição em nome de quem esteja no uso e gozo do mesmo.

**§ 2º.** Quando ocorrer o desaparecimento da edificação, o terreno será lançado em nome do seu proprietário, conservando-se para a área correspondente o mesmo número de inscrição.

**§ 3º.** As retificações de nome do proprietário, em consequência da aplicação do § 1º deste artigo, poderão ser procedidas mediante prova de propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel, alvará de licença para construção e outros documentos especificados em regulamento.

**Art. 82.** As edificações realizadas em desobediência às normas vigentes, serão inscritas e lançadas para efeito de incidência do imposto.

**§ 1º.** A inscrição e os efeitos tributários referidos neste artigo não criam direitos ao proprietário, ao titular do domínio útil ou ao detentor da posse a qualquer título, bem como não exclui o direito do Município de promover a adequada edificação às normas legais, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

**§ 2º.** Não será fornecido o alvará de “habite-se” enquanto a inscrição ou a anotação das alterações do imóvel no cadastro não tiverem sido providenciadas.

**Art. 83.** Os responsáveis por qualquer tipo de parcelamento do solo ao requerer a inscrição dos lotes no cadastro imobiliário, deverão anexar ao pedido a planta da área parcelada e remeter, mensalmente, à Secretaria de Administração e Finanças a relação dos lotes que, no mês anterior, tenham sido alienados ou prometidos à venda, mencionando o nome do adquirente ou compromissário comprador e seu endereço, bem como o nome do logradouro, número da quadra e número métrico linear do lote.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO III

### DAS ISENÇÕES

**Art. 84.** São isentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I – os imóveis cedidos, gratuitamente e em sua totalidade, para utilização da Administração Direta da União, Estado Membro, Distrito Federal ou Município;

II – sociedades civis sem fins lucrativos, representantes de classes trabalhadoras, com relação aos imóveis utilizados como sede;

III – templos de quaisquer cultos;

IV – os imóveis cujo contribuinte tenha deficiência mental, física permanente ou transtorno do espectro autista;

V – os imóveis classificados como “habitação popular”, assim considerados aqueles que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- a) Área construída total não superior a 40,00m<sup>2</sup>;
- b) Padrão construtivo baixo;

**§ 1º.** As isenções previstas nos incisos IV e V deste artigo, o contribuinte ainda deverá comprovar, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - não possuir outro imóvel no Município, considerando-se, sendo o caso, aqueles em nome do seu cônjuge ou companheiro;





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**II** - residir no imóvel;

**III** - utilizar o imóvel apenas para fins residenciais;

**§ 2º** - As isenções previstas neste artigo, tem validade de 5 (cinco) anos, tendo que ser requeridas e devidamente comprovadas novamente findo prazo.

**Art. 85.** A concessão das isenções de que trata este Capítulo:

**I** - não implicam na dispensa do cumprimento das obrigações acessórias fixadas em Lei, regulamento ou outro ato normativo, bem como não desqualificam os beneficiários da condição de responsáveis pelo imposto, na forma da Lei;

**II** - fica condicionada aos critérios e requisitos estabelecidos em Regulamento, e despacho favorável da autoridade fiscal.

**§ 1º.** As concessões de Isenções Fiscais serão feitas mediante apresentação pelo contribuinte de requerimento à autoridade fiscal, em formulário próprio disponibilizado pelo Órgão competente do Município.

**§ 2º.** O descumprimento do disposto no inciso I deste artigo sujeitará o infrator, na forma do regulamento, à perda do benefício.

### CAPÍTULO IV

#### DO CONTRIBUINTE

**Art. 86.** São contribuintes do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO V

#### DA SOLIDARIEDADE

**Art. 87.** São solidariamente responsáveis pelo Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

- I** - o proprietário em relação:
  - a) aos demais co-proprietários;
  - b) ao titular do domínio útil;
  - c) ao possuidor a qualquer título;
- II** - o titular do domínio útil em relação:
  - a) aos demais co-titulares do domínio útil;
  - b) ao possuidor a qualquer título;
- III** - os co-possuidores a qualquer título.

### CAPÍTULO VI

#### DA BASE DE CÁLCULO

**Art. 88.** A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o valor venal do imóvel, fixado na forma deste Código.

**Art. 89.** A Fazenda Municipal realiza o lançamento do IPTU com base em lei específica que tenha valores de terrenos e tabela de preços de construção vigentes, fixados na forma deste Código, atualizada mediante ato do poder executivo.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 90.** Os valores definidos em lei específica como base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano podem ser atualizados por ato do poder executivo, observando os seguintes critérios definidos nesta Lei:

I – atualização com base em índices oficiais de correção monetária que reflitam a variação do valor venal dos imóveis;

II – estudos técnicos realizados por órgão competente da administração municipal ou por entidades especializadas contratadas para esse fim;

III – dados de mercado imobiliário, considerando localização, uso, tipologia e outros fatores relevantes que impactem o valor do imóvel;

IV – atualização de Planta Genérica de Valores, observados os princípios da capacidade contributiva, da isonomia e da legalidade;

V – valores de mercado obtidos por registros de transações imobiliárias;

VI – utilização dos dados constantes do Cadastro Imobiliário Brasileiro – CIB, instituído nos termos da legislação nacional.

**§ 1º.** Cabe ao Conselho de Avaliação Imobiliária deliberar anualmente sobre critérios de atualização da base de cálculo.

**§ 2º.** A atualização da base de cálculo não se confunde com majoração da alíquota do imposto, e poderá ser realizada por decreto do Poder Executivo, com fundamento em um ou mais nos critérios deste artigo, após apreciação do Conselho de Avaliação Imobiliária.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 91.** Não constitui aumento de IPTU a atualização do valor monetário da base de cálculo, mediante o uso de índice oficial previsto nesta Lei.

## SEÇÃO I

### Da Determinação dos Valores Venais

**Art. 92.** O valor venal do imóvel será determinado em função dos seguintes elementos:

I - Na avaliação do imóvel não edificado, o preço do metro quadrado, relativo a cada quadra, a forma e a área real;

II - Na avaliação da gleba, entendida esta como as áreas de terrenos, com mais de dez mil metros quadrados (10.000 m<sup>2</sup>), o valor do hectare e a área real;

III - Na avaliação do imóvel edificado, o preço do metro quadrado de cada tipo de construção, a idade e a área.

**Art. 93.** O preço do hectare na gleba e do metro quadrado no terreno padrão será fixado levando-se em consideração:

I - O índice médio de valorização;

II - Os preços relativos às últimas transações imobiliárias, deduzidas as parcelas correspondentes às construções;

III - Os preços obtidos através de pesquisa mercadológica, realizada com o conhecimento do Chefe do Executivo e do Secretário de Administração e Finanças.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

IV - Os acidentes naturais e outras características que possam influir em sua valorização;

V - Qualquer outro dado informativo;

VI - A existência de mata nativa.

**Art. 94.** O preço do metro quadrado de cada tipo de construção será fixado levando-se em consideração:

I - Os valores estabelecidos em contratos de construção;

II - Os preços relativos às últimas transações imobiliárias;

III - Os preços obtidos através de pesquisa mercadológica, realizada com o conhecimento do Chefe do Executivo e do Secretário de Administração e Finanças;

IV - Quaisquer outros dados informativos.

**Art. 95.** Para determinação dos valores relativos à propriedade imobiliária, valor venal dos imóveis edificadas ou não, serão observadas as circunstâncias peculiares no perímetro urbano.

**§1º** - Quando a área do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado será ele arredondado para a unidade de metro quadrado imediatamente inferior.

**§2º** - O valor do metro quadrado do terreno corresponderá:

I - Ao valor determinado em relação a situação do imóvel, em observação as características/atributos que agregam valor;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

II - No caso de terreno com mais de uma frente, ao valor determinado em relação a situação do imóvel de maior importância, que mais agregue valor ao imóvel;

III - No caso de terreno encravado, ao do logradouro correspondente a servidão de passagem.

**Art. 96.** Os valores do metro quadrado de terreno e de construção/edificação, definidos em Decreto do Poder Executivo Municipal, serão estabelecidos com base em pesquisa mercadológica em massa.

**Art. 97.** As informações relativas a formação do Cadastro Imobiliário Municipal, serão obtidas por processos através de fotografias aéreas das quadras, aerofotogrametria, imagens de satélites, utilização de recursos tecnológicos promovidos pelo georreferenciamento, como também realizada pela vistoria *in loco* aos imóveis.

**Parágrafo único.** Os recursos vários para obtenção das informações, de que tratam o parágrafo anterior deste artigo, poderão ser utilizados associados ou não.

**Art. 98.** Aplicar-se-á o critério de arbitramento para fixação do valor venal, quando:

- I. O contribuinte impedir o levantamento dos elementos integrantes do imóvel, necessários à apuração do valor venal;
- II. O imóvel se encontrar fechado ou inabitado e não for localizado o seu proprietário, possuidor ou responsável.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Parágrafo Único.** Nos casos dos incisos I e II deste artigo, diante da inacessibilidade na obtenção das informações imobiliárias, os valores que representam a valoração mercadológica serão determinados por estimativa, considerando-se os elementos como, tipo, utilização, padrão construtivo e arquitetônico em relação aos imóveis semelhantes e circunvizinhos.

**Art. 99.** Os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno, serão determinados em função dos seguintes critérios:

- I.** Para terreno:
  - a) A área onde estiver situado;
  - b) Os serviços ou equipamentos existentes;
  - c) A valorização do logradouro, tendo em vista o mercado imobiliário;
  - d) Diretrizes definidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e a legislação complementar;
  - e) Outros critérios técnicos definidos em ato do poder executivo.
- II.** Para edificação:
  - a) Padrão construtivo;
  - b) Os equipamentos adicionais;
  - c) Outros critérios técnicos estabelecidos em ato do Poder Executivo.

**Art. 100.** O valor venal do imóvel será calculado de acordo com a fórmula constante da tabela 1 do Anexo V, e quando calculados poderão ter a conjugação dos fatores corretivos do terreno e da edificação, quando presentes em lei específica.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO VII

### DAS ALÍQUOTAS

**Art. 101.** Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, da Constituição Federal, o imposto poderá:

- I- ser progressivo em razão do valor do imóvel;
- II- ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

**Art. 102.** O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é devido em conformidade com as seguintes alíquotas incidentes sobre o valor venal:

- I - para os imóveis não edificadas: 1,0% (um por cento);
- II - para os imóveis edificadas:
  - a) residencial: 0,3% (três décimos por cento)
  - b) comercial: 0,5% (cinco décimos por cento)
  - c) industrial: 0,5% (cinco décimos por cento)
  - d) instituições financeiras: 1,0% (um por cento)

**§ 1º.** Considera-se imóvel não edificado, aquele que não possua área construída.

**§ 2º.** Equipara-se a imóvel não edificado aquele com edificação em andamento ou edificação cuja obra esteja interditada ou embargada, paralisada, condenada, em ruínas, em demolição, ou com construção irregular perante o Cadastro Imobiliário Fiscal da Prefeitura Municipal de Remígio.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 3º.** Considera-se imóvel edificado aquele cuja área construída possa ser utilizada para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino.

**§ 4º** Consideram-se instituições financeiras todas as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as equiparadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, bem como a custódia de valores de terceiros, nos termos da legislação federal, ainda que na condição de locatárias do imóvel.

**Art. 103.** Esgotados os prazos estipulados na notificação para parcelamento, edificação, manutenção, limpeza ou utilização compulsória, sem que tenha havido atendimento por parte dos proprietários, o município deverá aumentar a alíquota do IPTU por cinco anos consecutivos, da seguinte forma:

- I- No primeiro ano, 3% (três por cento);
- II- No segundo ano, 6% (seis por cento);
- III- No terceiro ano, 9% (nove por cento);
- IV- No quarto ano, 12% (doze por cento);
- V- No quinto ano, 15% (quinze por cento).

**§ 1º.** Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não seja atendida nesse prazo, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima (alíquota do quinto ano), até que se cumpra a referida obrigação.

**§ 2º.** Durante o período de aumento do IPTU, o proprietário venha a cumprir com a obrigação do parcelamento, edificação, manutenção, limpeza ou utilização compulsória, do seu imóvel, dando-lhe a devida função social e efetuando o pagamento dos impostos já lançados, a alíquota do IPTU deverá regressar aos padrões ordinários.

**§ 3º.** Ao final do quinto ano, o Município fica autorizado a desapropriar o imóvel como forma de sanção ao proprietário, conforme trata o artigo 8º da lei nº 10.257/2001.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 104.** Fica terminantemente vedada a concessão de isenções, anistia ou qualquer outro benefício tributário relativo à imóveis sujeitos a tributação progressiva do artigo anterior.

### CAPÍTULO VIII

### DO LANÇAMENTO

**Art. 105.** O lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana dar-se-á:

I - de ofício, através de procedimento interno com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal em 01 de janeiro de cada ano, ou mediante ação fiscal;

II - por declaração do sujeito passivo, para imóveis não inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal.

**§ 1º.** O lançamento será efetuado com base em:

I - instrumentos legais de padronização dos valores imobiliários;

II - arbitramento.

**§ 2º.** O lançamento será efetuado com base em arbitramento quando:

I - o sujeito passivo impedir ou dificultar o levantamento dos dados necessários à apuração do valor venal;

II - o imóvel encontrar-se fechado.

**§ 3º.** Para os imóveis sob condomínio, o lançamento será efetuado:

I - quando “pro-diviso”, em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma, um lançamento para cada imóvel, ainda que contíguos ou vizinhos e pertencentes ao mesmo contribuinte;

II - quando “pro-indiviso”, em nome de um, de alguns, ou de todos os condôminos, sem prejuízo, nas duas primeiras situações, da responsabilidade solidária dos demais.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 4º.** O lançamento é sempre efetuado, ainda que se trate de imóvel cujo proprietário seja desconhecido ou esteja em local incerto e não sabido, devendo o Poder Executivo regulamentar tais situações.

**Art. 106.** Para o fato gerador ocorrido, inicialmente, na data de concessão do “Habite-se”, o imposto será recolhido no ato da inscrição cadastral do imóvel, de uma só vez.

**Art. 107.** Não será apreciado pelo Poder Executivo nenhum pedido de alvará de construção, reforma, modificação ou acréscimo de área construída sem que o requerente faça prova do pagamento do imposto nos últimos 05 (cinco) anos.

### CAPÍTULO IX

#### DO RECOLHIMENTO

**Art. 108.** O crédito tributário oriundo do lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU poderá ser recolhido em cota única até a data prevista em ato do Poder Executivo ou parcelado em até 10 (dez) parcelas e/ou parcelamentos previstos em refinanciamento editados por ato do Poder Executivo Municipal.

**Art. 109.** Os contribuintes que efetuarem o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, de forma integral, em cota única, poderão gozar de uma redução de até 30% (trinta por cento) do valor do imposto para pagamento até o vencimento, de acordo com ato do Poder Executivo.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO X

#### DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

**Art. 110.** São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

**I** – no valor de 10% (dez por cento) do tributo corrigido:

- a) falta de declaração, no prazo de 30 (trinta) dias, de aquisição de propriedade, de domínio útil ou de posse de imóvel;
- b) falta de declaração, no prazo de 30 (trinta) dias, do domicílio tributário para os proprietários de terrenos sem construção.

**II** – no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo corrigido:

- a) falta de declaração, no prazo de 30 (trinta) dias, do término de reformas, ampliações, modificações no uso do imóvel que implique em mudanças na base de cálculo ou nas alíquotas;
- b) prestar informações falsas ou omitir dados que possam prejudicar o cálculo do imposto.

**III** – no valor de 100% (cem por cento) do tributo corrigido:

- a) falta de declaração do imóvel para fins de inscrição cadastral e lançamento;
- b) falsidade ou informações inverídicas nos períodos de isenção, no todo ou em parte;
- c) gozo indevido de isenção no pagamento do imposto.

**Parágrafo único.** As declarações mencionadas neste artigo serão efetuadas à autoridade administrativa, cabendo ao Poder Executivo baixar os atos regulamentares necessários.

### SUB-TÍTULO III





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS – ITBI

#### CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

##### Seção I Do Aspecto Material

**Art. 111.** O Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos tem como fato gerador:

I – a transmissão inter vivos, a qualquer título por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil, entre outras em consequência de:

- a) compra e venda pura ou com cláusulas especiais;
- b) arrematação ou adjudicação;
- c) mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda;
- d) permuta ou dação em pagamento;
- e) o excesso em bens imóveis sobre o valor do quinhão da meação, partilhado ou adjudicado nas separações judiciais, a cada um dos cônjuges, independente de outros valores partilhados ou adjudicados, ou ainda dívida do casal;
- f) a diferença entre o valor da quota-parte material recebido por um ou mais condôminos, na divisão para extinção de condomínios, e o valor de sua quota-parte ideal;
- g) o excesso em bens o valor do quinhão hereditário ou da meação, partilhado ou



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

adjudicado a herdeiros ou meeiros;

h) a transferência de direitos sobre construções existentes em terreno alheio, ainda que feito ao proprietário do solo.

II – a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre bens imóveis por natureza ou acessão física, exceto os de garantia;

III – a cessão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos relativos às transmissões descritas no inciso anterior.

### Seção II

#### Do Aspecto Espacial

**Art. 112.** Considera-se devido o imposto no Município de Remígio quanto aos bens imóveis situados dentro do seu território.

### Seção III

#### Do Aspecto Temporal

**Art. 113.** Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos:

I – nos casos de transmissão da propriedade ou de direitos reais sobre bens imóveis, no momento do registro do título aquisitivo no Cartório de Registro de Imóveis respectivo;

II – nos casos de cessão de direitos relativos às transmissões descritas no inciso anterior, no momento da lavratura do respectivo instrumento.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

Parágrafo único. Para fins do inciso I deste artigo, o imposto poderá ser exigido antecipadamente na formalização de respectivo título translativo, assim considerados a escritura pública ou documento equivalente passível de ser levado a registro no Cartório de Registro de Imóveis, sendo concedido desconto de até 10% (dez por cento), a ser fixado por decreto do chefe do Executivo Municipal.

## CAPÍTULO II

### DA NÃO INCIDÊNCIA

**Art. 114.** O Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos não incide sobre a transmissão ou cessão:

I – de bens ou direitos sobre imóveis utilizados para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II – de bens ou direitos sobre imóveis desincorporados de pessoa jurídica, desde que a transmissão ou cessão seja em benefício dos mesmos alienantes ou cedentes que haviam incorporado tais bens ou direitos na forma do inciso anterior;

III – de bens ou direitos sobre imóveis que sejam decorrentes de incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

Parágrafo único. O disposto no inciso I não se aplica ao valor que exceder à integralização e que se caracterize como ágio de subscrição de capital, ingressando no patrimônio líquido da sociedade como reserva de capital.

**Art. 115.** O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente ou cessionária tenha como atividade preponderante a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 1º.** Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente ou cessionária, nos 02 (dois) anos anteriores e nos 02 (dois) anos subsequentes à aquisição ou cessão, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

**§ 2º.** Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição ou cessão, ou menos de 02 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando em conta os 03 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição ou cessão.

**§ 3º.** Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da Lei vigente à data da aquisição ou cessão, sobre o valor do bem ou direito nessa data, atualizado monetariamente.

**§ 4º.** O disposto neste artigo não se aplica à transmissão ou cessão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

### CAPÍTULO III

### DO CONTRIBUINTE

**Art. 116.** São contribuintes do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos:

- I** - o adquirente, nos casos de transmissão da propriedade ou de direitos reais sobre bens imóveis;
- II** - o cessionário, nos casos de cessão de direitos relativos às transmissões descritas no inciso anterior;





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

III - cada um dos permutantes, nos casos de permuta.

#### CAPÍTULO IV

#### DA SOLIDARIEDADE

**Art. 117.** São solidariamente responsáveis pelo Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos:

I - o transmitente, nos casos de transmissão da propriedade ou de direitos reais sobre bens imóveis;

II - o cedente, nos casos de cessão de direitos relativos às transmissões descritas no inciso anterior;

III - o responsável por lavrar, registrar ou averbar ato que importe incidência do imposto sem a exigência de comprovação do seu recolhimento ou da dispensa por isenção, não incidência ou imunidade.

**§ 1º.** Os serventuários da justiça estão obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização municipal o exame, em cartório, dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do imposto.

**§ 2º.** Os tabeliães e oficiais do registro de imóveis estão obrigados mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia, comunicar à repartição fazendária competente, todos os atos translativos de domínio imobiliário ocorridos no mês anterior, inclusive as averbações de contratos de compromisso de venda e compra, identificando-se o objeto da transação, nome das partes e outras informações exigidas, conforme previsto em formulário definido em regulamento.

**§ 3º.** Aquele que adquirir bem ou direito cuja transmissão constitua, ou possa constituir, fato gerador de imposto deve apresentar o título à Fazenda Pública Municipal no prazo de 30 (trinta) dias da data em que foi lavrado o ato de transmissão do bem ou do direito.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 4º.** Em qualquer transmissão será o documento de arrecadação do imposto, ou aquele que reconhecer a imunidade ou isenção, obrigatoriamente transcrito na escritura pública e registro de imóveis.

### CAPÍTULO V

#### DA BASE DE CÁLCULO

**Art. 118.** A base de cálculo do imposto é:

**I** - nas transmissões em geral, a título oneroso, o valor da transação pactuada no negócio jurídico ou o valor venal dos bens ou direitos transmitidos no momento da transmissão, o que for maior;

**II** - na arrematação judicial ou administrativa, adjudicação, remissão ou leilão, o preço do maior lance, quando a transferência do domínio se fizer para o próprio arrematante;

**III** - nas transferências de domínio, em ação judicial inclusive declaratória de usucapião, o valor real apurado;

**IV** - nas doações em pagamento, o valor venal do imóvel dado para solver os débitos, não importando o montante destes;

**V** - nas permutas, o valor venal de cada imóvel permutado;

**VI** - na instituição ou extinção de fideicomisso e na instituição de usufruto, o valor venal do imóvel, apurado no momento de sua avaliação, quando da instituição ou extinção referidas, reduzido à metade;

**VII** - a transmissão de domínio útil, o valor do direito transmitido;

**VIII** - nas cessões “inter vivos” de direito reais relativos a imóveis, o valor venal do imóvel no momento da cessão;

**IX** - no resgate da enfiteuse, o valor pago, observada a legislação pertinente.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 1º.** Nas arrematações judiciais, inclusive adjudicações e remissões, a base de cálculo não poderá ser inferior ao valor da avaliação judicial e, não havendo esta, ao valor arrematação.

**§ 2º.** O valor venal, exceto os casos expressamente consignados em lei e no Regulamento, será o decorrente de avaliação de iniciativa da autoridade fiscal, ressalvado ao contribuinte o direito de requerer avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

**§ 3º.** Ocorrendo diferença entre o valor do negócio declarado pelo contribuinte e aquele constante do Cadastro Imobiliário do Município, tomar-se-á para efeito do imposto, o maior valor.

### CAPÍTULO VI

#### DA ALÍQUOTA

**Art. 119.** O Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos é devido à razão das seguintes alíquotas:

- I. Nas transmissões de imóveis urbanos: 2,0 % (dois por cento);
- II. Nas transmissões de imóveis rurais: 2,0 % (dois por cento).
- III. Nas transmissões relativas ao Sistema Financeiro de Habitação será de 1% (um por cento) sobre o valor do venal do imóvel.

### CAPÍTULO VII

#### DO LANÇAMENTO

**Art. 120.** O lançamento do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos dar-se-á:



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

I - por declaração do sujeito passivo;

II - de ofício, quando o sujeito passivo não efetuar a declaração prevista no inciso anterior.

**Art. 121.** O sujeito passivo será notificado do lançamento do imposto:

- I. Pessoalmente, através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM entregue mediante protocolo;
- II. Por via postal, com aviso de recebimento;
- III. Mediante publicação de edital, afixado na Prefeitura;
- IV. Por publicação em órgão de imprensa;
- V. Por publicação no órgão oficial do Município ou Estado.

### CAPÍTULO VIII

#### DO RECOLHIMENTO

**Art. 122.** O Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos será recolhido mediante guia preenchida pela repartição fazendária ao erário, devendo ser apresentada a guia de recolhimento do imposto por ocasião da lavratura do instrumento público de transmissão de propriedade ou direitos reais.

**§ 1º.** Na concessão de terras devolutas pelo Estado, o pagamento deverá ser efetuado antes da expedição do título.

**§ 2º.** Nas alienações de bens imóveis por escrituras fora do Município, o imposto deverá ser pago antes do Registro da Escritura nos termos desta Lei.

**§ 3º.** Se o título de transmissão for decorrente de sentença judicial, o pagamento deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias, contados da data da decisão transitada em julgado.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 123.** A guia de recolhimento do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI somente será liberada quando comprovada a quitação de todos os débitos tributários municipais:

I – do transmitente, relativos a quaisquer tributos de sua responsabilidade perante o Município;

II – do próprio imóvel objeto da transmissão, inclusive taxas e contribuições vinculadas.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica às transmissões decorrentes de arrematação judicial, adjudicação ou decisão judicial transitada em julgado, salvo se comprovada má-fé.

**Art. 124.** A guia de recolhimento do imposto vale por 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão, findo o qual deverá ser revalidado, não sendo permitida sua transferência a terceiro.

**Art. 125.** Mesmo nos casos de isenção ou imunidade, serão expedidas guias com todas as especificações e com a citação do dispositivo legal que as ampare.

**Art. 126.** Na arrematação ou adjudicação, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias daqueles atos, antes da assinatura da respectiva carta, mesmo que esta não seja extraída.

**Art. 127.** Nas transmissões decorrentes de termo e de sentença judicial, o imposto será recolhido 30 (trinta) dias após a data da assinatura do termo devidamente homologado ou do trânsito em julgado da sentença.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 128.** Serão emitidos tantos documentos de arrecadação quantos forem os bens e direitos objetos de transmissão.

### CAPÍTULO IX

#### DAS ISENÇÕES

**Art. 129.** São isentos do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos a primeira transmissão da habitação popular destinada a residência do adquirente de baixa renda, desde que outra não possua em seu nome ou do cônjuge.

**Parágrafo único.** Para fins deste artigo fica definido como popular, a habitação residencial unifamiliar de até 40 (quarenta) metros quadrados de área construída encravado em terreno de até 100 (cem) metros quadrados de área total e cuja renda mensal dos 6 (seis) meses anteriores ao do pagamento do imposto seja inferior a 1 (Um) salário mínimo.

### CAPÍTULO X

#### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 130.** O adquirente de imóvel ou de direito sobre o mesmo que não apresentar o título à repartição fazendária no prazo legal fica sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 131.** A falta de recolhimento do imposto no prazo determinado implica em multa de 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido.

**Art. 132.** Havendo inobservância do constante do artigo 117, §§ 1º, 2º e 3º será aplicada penalidade de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município – UFIR por infração, elevada ao dobro na reincidência.

**Art. 133.** O contribuinte que apresentar documento com declaração fraudulenta que possa reduzir a base de cálculo do imposto fica sujeito à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto não recolhido.

**Parágrafo único.** Sujeita-se a mesma penalidade prevista no caput deste artigo o sujeito passivo que, por ação ou omissão, induza a falta de lançamento ou resulte em lançamento inferior ao real da transmissão ou cessão de direitos.

**Art. 134.** A mesma penalidade prevista no artigo anterior será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou que, por qualquer forma, contribua para a inexatidão ou omissão praticadas.

**Art. 135.** Caso as irregularidades constantes dos artigos anteriores sejam constatadas mediante ação fiscal, implicará em multa em dobro daquela prevista para a infração.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 136.** O crédito tributário não liquidado no prazo legal sujeitar-se-á à atualização monetária, juros e multas moratórias conforme previsão legal, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

### TÍTULO III

### DAS TAXAS

#### SUB-TÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 137.** As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço específico e divisível, prestado ao sujeito passivo ou posto à sua disposição.

**Art. 138.** Os serviços a que se refere o artigo 137, consideram-se:

I - Utilizados pelo sujeito passivo:

a) efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição, mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II - Específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

III - Divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por cada um dos seus usuários.

#### SUB-TÍTULO II

#### DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO

**Art. 139.** O exercício regular do poder de polícia municipal dá origem às seguintes taxas:

I - Taxa de Licença de Localização e Instalação de estabelecimento de qualquer atividade;

II - Taxa de Fiscalização de Funcionamento de estabelecimento de qualquer atividade;

III - Taxa de Licença para Aprovação e Execução de obras e instalações particulares e de “Habite-se”;

IV - Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Arruamento e Loteamento em terrenos particulares;

V - Taxa de Autorização para Utilização dos Meios de Publicidade;

VI - Taxa de Fiscalização de Trânsito em Eventos;

VII - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária;

VIII - Taxa de Autorização para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos;

IX - Taxa de Autorização Especial para Ambulante, Feirante e Comércio Eventual;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

X - Taxa de Licença e Conservação Ambiental;

XI - Taxa de Instalação de antenas transmissoras de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações e afins.

**§ 1º.** Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

**§ 2º.** Ato do Poder Executivo regulamentará o lançamento das taxas em razão do poder de polícia, e estabelecerá fatores de cálculo, observados os critérios definidos nesta Lei.

**§ 3º.** As taxas presentes neste artigo serão concedidas sob forma de Alvará, contendo, ao menos, os seguintes elementos:

- I - nome da pessoa a quem for concedido;
- II - local do estabelecimento ou do funcionamento da atividade;
- III - ramo do negócio ou da atividade;
- IV - restrições, quando houver;
- V - número da inscrição do órgão fiscal competente;

**Art. 140.** A incidência e o lançamento das taxas em razão do poder de polícia municipal independem:

- I - da denominação da atividade desempenhada;
- II - da existência de estabelecimento fixo;
- III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

**IV** - do resultado financeiro da atividade ou do pagamento pelo serviço prestado, pela mercadoria vendida ou pelo produto industrializado ou extraído.

**Art. 141.** São isentos das taxas em razão do poder de polícia municipal:

**I** - órgãos, entes e entidades da Administração Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive aqueles integrantes do Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público;

**II** - as Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no que se refere às atividades vinculadas às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

**III** - as atividades de artífice, quando exercidas em sua própria residência;

**IV** - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

**V** - os engraxates ambulantes;

**VI** - a ocupação dos logradouros com placas indicativas de trânsito e nomes de ruas e praças;

**VII** - os cegos, mutilados, excepcionais e inválidos, pelo exercício de pequeno comércio, arte ou ofício;

**VIII** - os templos de qualquer culto;

**IX** - a empresa pública e a sociedade de economia mista deste Município.

**§ 1º.** A hipótese prevista no inciso II deste artigo não se aplica às atividades relacionadas com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar as taxas relativas ao bem imóvel.

**§ 2º.** Sendo deferida a licença, não será concedida isenção com base neste artigo enquanto não seja efetivada a sua regularização junto ao respectivo cadastro.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**§ 3º.** Considera-se pequeno comércio, arte ou ofício aquele exercido pelo próprio sujeito, com o auxílio de máximo um ajudante, e cujo faturamento não supere o limite para adesão ao MEI – Microempreendedor Individual.

### CAPÍTULO I

### TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE QUALQUER ATIVIDADES

#### Seção I

#### Da Incidência

**Art. 142.** A Taxa de Licença de Localização e Instalação tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

**§ 1º.** Considera-se ocorrido o fato gerador no momento em que o órgão municipal competente executa ato tendente a verificar a adequação da atividade às normas da legislação municipal.

**§ 2º.** A Taxa de Licença de Localização e Instalação não incidirá sobre o MEI.

**§ 3º.** O Alvará de Funcionamento Provisório terá validade por 06 (seis) meses, devendo neste período haver fiscalização no local do empreendimento, conforme disposto no artigo 147





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

desta Lei, para averiguação do grau de risco da atividade em conformidade com a legislação municipal.

**§ 4º.** A conversão de Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada a apresentação das licenças ou autorizações de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes.

### Seção II

#### Do Sujeito Passivo

**Art. 143.** O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da localização e instalação de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

### Seção III

#### Da Solidariedade

**Art. 144.** É solidariamente responsável pela Taxa de Licença de Localização e Instalação o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel onde se encontra com atividade sujeita ao exercício do poder de polícia municipal.

### Seção IV

#### Da Base de Cálculo



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 145.** A Taxa de Licença de Localização e Instalação será cobrada conforme o Anexo II, Tabela I, desta Lei.

#### Seção V

#### Do Lançamento e do Recolhimento

**Art. 146.** O lançamento da Taxa de Licença de Localização e Instalação dar-se-á por declaração do sujeito passivo.

**§ 1º.** A declaração do sujeito passivo:

**I** - será efetuada:

- a) Antes do início das atividades sujeitas ao exercício do poder de polícia municipal;
- b) No prazo estipulado na legislação municipal, quando se tratar da comunicação de alteração em quaisquer das características do licenciamento anteriormente concedido;

**II** - não vincula a autoridade administrativa responsável pelo lançamento.

**§ 2º.** Deverá ser requerida nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento ou mudança do ramo da atividade exercida ou do endereço.

**§ 3º.** O lançamento será feito de ofício por ocasião de fiscalização ou quando o sujeito passivo deixar de realizar a declaração prevista no § 1º.

#### CAPÍTULO II



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE QUALQUER ATIVIDADE

#### Seção I

##### Da Incidência

**Art. 147.** A Taxa de Fiscalização de Funcionamento tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e quaisquer atividades.

**Parágrafo Único.** Considera-se ocorrido o fato gerador a existência de órgão municipal administrativo apto a executar o poder de polícia.

#### Seção II

##### Do Sujeito Passivo

**Art. 148.** O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão do funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

#### Seção III

##### Da Solidariedade



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 149.** É solidariamente responsável pela Taxa de Fiscalização de Funcionamento, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel onde se encontra em funcionamento a atividade sujeita ao exercício do poder de polícia municipal.

#### Seção IV

##### Da Base de Cálculo

**Art. 150.** A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será cobrada conforme o Anexo II, Tabela II, deste Código.

#### Seção V

##### Do Lançamento e do Recolhimento

**Art. 151.** O lançamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento dar-se-á de Ofício.

**Parágrafo único.** A taxa será devida integral e anualmente, em conformidade com Ato do Poder Executivo.

### CAPÍTULO III

#### TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES E DE "HABITE-SE"





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

#### Seção I

##### Da Incidência

**Art. 152.** A taxa de licença para aprovação e execução de obras e instalações particulares e de outorga de "habite-se" (carta de habitação) é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como nas instalações elétricas e mecânicas ou qualquer outra obra, na zona urbana ou rural do Município.

#### Seção II

##### Do Contribuinte

**Art. 153.** É contribuinte da Taxa o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel cuja aprovação, execução ou uso encontra-se sujeito ao exercício do poder de polícia municipal.

#### Seção III

##### Da Base de Cálculo

**Art. 154.** A taxa de licença para aprovação e execução de obras particulares e de outorga de "habite-se" será calculada por metro quadrado ou área da construção, em conformidade com o Anexo II, Tabela III, desta Lei.

#### Seção IV



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

#### Do Lançamento

**Art. 155.** O lançamento da Taxa dar-se-á por declaração do sujeito passivo.

**§ 1º.** A declaração do sujeito passivo:

**I** - será efetuada antes da execução da obra, ocupação do solo ou da alteração em quaisquer características do imóvel sujeito ao exercício do poder de polícia municipal;

**II** - não vincula a autoridade administrativa responsável pelo lançamento.

**§ 2º.** A Taxa poderá ser lançada de ofício caso o contribuinte descumpra sua obrigação de declarar, sem prejuízo das sanções.

**§ 3º.** O “Habite-se” somente será concedido mediante fiscalização que comprove a aptidão do imóvel para moradia ou atividade econômica e o atendimento às exigências da legislação aplicável.

**Art. 156.** Nenhuma construção, reconstrução, reforma ou obra de instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.

#### Seção V

#### Da Isenção

**Art. 157.** São isentos da taxa de licença para execução de obras particulares:

**I** - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou gradis;



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

II - a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

III - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas;

#### CAPÍTULO IV

#### TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE ARRUAMENTO E LOTEAMENTO EM TERRENOS PARTICULARES

##### Seção I

##### Da Incidência

**Art. 158.** A taxa de licença para execução de arruamento e loteamentos de terrenos particulares é exigível pela permissão outorgada pela Secretaria de Infraestrutura do Município, e mediante prévia aprovação dos respectivos planos e projetos, para arruamento ou parcelamento de terrenos particulares, segundo zoneamento em vigor no Município de Remígio.

**Art. 159.** Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser executado sem prévio pagamento da taxa de que trata este Capítulo.

##### Seção II

##### Das Obrigações Tributárias



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 160.** A licença concedida constará de alvará, no qual se mencionarão as obrigações do loteador ou arruador, com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

### Seção III

#### Da Base de Cálculo

**Art. 161.** A taxa de que trata este Capítulo será cobrada de acordo com o Anexo II, Tabela IV, deste Código.

### CAPÍTULO V

#### TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE PUBLICIDADE

### Seção I

#### Da Incidência

**Art. 162.** A Taxa de Autorização para Utilização dos Meios de Publicidade tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia sobre o disciplinamento e ordenamento da veiculação, por qualquer meio, de publicidade, no território do Município, em:

- a) espaço público;
- b) local visível a partir de espaço público;





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Parágrafo único.** Incide a taxa sempre que a publicidade for visível da via pública, mesmo que o contribuinte utilize propriedade pública ou particular.

**Art. 163.** Considera-se ocorrido o fato gerador sempre que o órgão municipal competente executar ato tendente a verificar a adequação da veiculação da publicidade às normas da legislação municipal.

### Seção II

#### Da Não Incidência

**Art. 164.** A Taxa de Autorização para utilização dos Meios de Publicidade não incide sobre:

- I - publicidade veiculada por radiodifusão, jornal e televisão;
- II - dísticos ou denominações de estabelecimentos apostos nas paredes e vitrines, desde que recuados 03 (três) metros de alinhamento do prédio;
- III - propaganda eleitoral de partidos, coligações e candidatos, durante o período autorizado pela Justiça Eleitoral.

### Seção III

#### Do Contribuinte

**Art. 165.** É contribuinte da Taxa de Autorização para Utilização dos Meios de Publicidade a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da propriedade do veículo de divulgação.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



### Seção IV

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – **SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**  
Da Solidariedade

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**Art. 166.** É solidariamente responsável pela Taxa de Autorização para Utilização dos

Meios de Publicidade: **ATO DO PODER EXECUTIVO**

**I** - aquele que explora o meio utilizado para veiculação da publicidade sujeita ao exercício do poder de polícia municipal;

**II** - o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel de onde se veicula a publicidade sujeita ao exercício do poder de polícia municipal.

### Seção V

#### Da Base de Cálculo

**Art. 167.** A base de cálculo da Taxa de Autorização para Utilização dos Meios de Publicidade é o custo de execução do ato tendente a verificar a adequação da veiculação da publicidade às normas da legislação municipal.

**Parágrafo único.** O custo referido no caput deste artigo será aferido conforme o Anexo II, Tabela V, deste Código.

### Seção VI

#### Do Lançamento

**Art. 168.** O lançamento da Taxa de Autorização para Utilização dos Meios de Publicidade dar-se-á por declaração do sujeito passivo.

**§ 1º.** A declaração do sujeito passivo:

**I** - será efetuada antes da veiculação da publicidade sujeita ao exercício do poder de polícia municipal, ou antes da alteração em quaisquer das características do licenciamento anteriormente concedido;

**II** - não vincula a autoridade administrativa responsável pelo lançamento.

**§ 2º.** A Taxa poderá ser lançada de ofício caso o contribuinte descumpra sua obrigação de declarar.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

### CAPÍTULO VI

#### TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO EM EVENTOS

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

#### ATO DO PODER EXECUTIVO

##### Seção I

#### Da Incidência

**Art. 169.** A Taxa de Fiscalização de Trânsito em Eventos tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia sobre o disciplinamento e ordenamento do trânsito urbano, por solicitação do particular ou ente público que promover qualquer evento.

**Art. 170.** Considera-se ocorrido o fato gerador sempre que o órgão municipal competente executar ato tendente a disciplinar e ordenar o trânsito urbano, no local designado, observada a legislação aplicável.

#### Seção II

#### Do Contribuinte

**Art. 171.** É contribuinte da Taxa de Fiscalização de Trânsito em Eventos o particular ou ente público que promove o evento e requer disciplinamento e ordenamento do trânsito urbano.

#### Seção III

#### Da Solidariedade

**Art. 172.** É solidariamente responsável pela Taxa de Fiscalização de Trânsito em Eventos:



# Diário Oficial



I - aquele que explora economicamente o evento realizado;

II - o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título dos bens utilizados na promoção do evento.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

## Seção IV

### Da Base de Cálculo

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 173.** A Taxa de Fiscalização de Trânsito em Eventos será cobrada conforme o Anexo II, Tabela VI, desta Lei.

## Seção V

### Do Lançamento

**Art. 174.** O lançamento da Taxa de Fiscalização de Trânsito em Eventos dar-se-á por declaração do sujeito passivo.

**Parágrafo único.** A declaração do sujeito passivo não vincula a autoridade administrativa responsável pelo lançamento.

## CAPÍTULO VII

### DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

## Seção I

### Do Fato Gerador e Incidência

**Art. 175.** A Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, tem como fato gerador o exercício regular, pelo órgão de Vigilância Sanitária Municipal, com o poder de polícia de autorização, vigilância e fiscalização das instalações e atividades de pessoa física ou jurídica, estabelecida ou não.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



**Art. 176.** As atividades relacionadas à saúde pública são aquelas exercidas por:

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

I - estabelecimentos que operam com alimentos;

II - animais vivos;

III - explore estabelecimentos e/ou preste serviços na área de saúde.

**Parágrafo único.** As complexidades previstas neste artigo serão determinadas através de

Ato do Poder Executivo.

ATO DO PODER EXECUTIVO

### Seção II

#### Sujeito Passivo

**Art. 177.** O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica relacionada direta ou indiretamente à saúde pública, que exerça atividades relacionadas nesta Lei, sujeita a fiscalização pelo Serviço de Vigilância Sanitária.

### Seção III

#### Base de Cálculo

**Art. 178.** A taxa será calculada, anualmente, de acordo com o Anexo II, Tabela VII, desta Lei.

### Seção IV

#### Lançamento

**Art. 179.** A taxa será lançada e cobrada no ato do requerimento ou do procedimento administrativo para vistorias, fiscalizações, alvarás de saúde, licenças, entre outros ou quando a atuação administrativa ocorrer de ofício, na forma que for estabelecida em regulamento

### Seção V



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio

Do Recolhimento



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

Art. 180. A taxa será arrecadada no ato do requerimento independentemente da concessão da licença, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO VIII

#### TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

##### Seção I

##### Do Fato Gerador

**Art. 181.** A Taxa de Licença para Ocupação do Solo Urbano e Rural do Município tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de autorização, vigilância e fiscalização, visando disciplinar a ocupação de vias e logradouros públicos para a prática de qualquer atividade onde for permitida.

**Parágrafo único.** Incluem-se na Taxa de Licença para Ocupação do Solo Urbano e Rural, telefones públicos, bancas de jornais, jardineiras, cabines diversas, quiosques de qualquer natureza, postes de iluminação pública, parques de diversões, circos, extensões na frente de comércios ou indústrias e todo e qualquer equipamento e instalações.

##### Seção II

##### Sujeito Passivo



# Diário Oficial



**Art. 182.** O contribuinte da taxa é a pessoa que ocupe vias ou logradouros públicos para a prática de qualquer atividade permitida pelo Poder Público Municipal.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

## Seção III

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2015, EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

Base de Cálculo

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 183.** A taxa será cobrada por ano para cada unidade a ser autorizada e paga de acordo com o calendário fiscal, baixado pelo Poder Executivo, e em conformidade com o Anexo II, Tabela VIII, desta Lei.

## CAPÍTULO IX

### TAXA DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL PARA AMBULANTE, FEIRANTE E COMÉRCIO EVENTUAL

#### Seção I

#### Hipótese de Incidência

**Art. 184.** Nenhuma atividade comercial de caráter eventual ou ambulante poderá ser exercida sem prévia licença outorgada pela repartição fazendária e sem que tenha, seus responsáveis, efetuado o pagamento da taxa devida.

**§ 1º.** Considera-se comércio eventual o que é exercido individualmente, sem habitualidade, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, sendo definida pelo Poder Executivo, através de regulamento, a localização e a padronização dos equipamentos.

**§ 2º.** Considera-se comércio ambulante o que é exercido individualmente em instalações removíveis como barracas, balcões, cestas, mesas, tabuleiros, carrinhos de lanche, trailers e semelhantes; sem estabelecimento, instalações ou localização fixa;

**§ 3º.** Considera-se atividade feirante a exercida, com ou sem estabelecimento, em instalações removíveis ou fixas, colocadas em vias, nos logradouros, imóveis públicos, ou nos



# Diário Oficial



locais de acesso ao público, como veículos, trailer, barracas, mesas, e demais instalações, congêneres, assemelhadas e similares.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE ABRIL DE 2013** **SEÇÃO II SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

somente serão permitidos em locais previamente determinados pelo Poder Executivo Municipal.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

## ATO DO PODER EXECUTIVO Seção II

### Fato Gerador

**Art. 185.** A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de permissão, vigilância, controle e fiscalização do cumprimento dos requisitos legais a que se submete qualquer pessoa física que exerça o comércio no território do Município.

### Seção III

#### Base de Cálculo

**Art. 186.** A taxa será calculada proporcionalmente ao número dos dias de exercício da atividade, e com base no valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFIR, e em conformidade com o Anexo II, Tabela IX desta Lei.

### Seção IV

#### Lançamento e Recolhimento

**Art. 187.** A taxa será lançada em nome do sujeito passivo conforme o Anexo II, Tabela IX, desta Lei.

**Art. 188.** O pagamento da taxa, nas vias e logradouros públicos, não dispensa a cobrança da taxa de licença para ocupação do solo.





# Diário Oficial



**Art. 189.** É obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes eventuais, ambulantes e feirantes, conforme dispuser o regulamento.

**LEI Nº. 938 DE 29 DE MAIO DE 2013** - **Decreto de Inscrição** - **SEÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**  
contribuinte, sempre que houver modificação nas características iniciais da atividade.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

## Seção V ATO DO PODER EXECUTIVO

### Da Isenção

**Art. 190.** São isentos de taxa:

- I** - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
- II** - os engraxates ambulantes;
- III** - os vendedores de artigos de indústria doméstica e de arte popular, quando de fabricação própria, sem o auxílio de empregados;
- IV** - as pessoas portadoras de deficiência física que exerçam comércio em pequena escala;
- V** - os comerciantes que vendam diretamente a consumidores, produtos de origem animal e vegetal, amendoim, pipoca, doces e demais guloseimas, desde que este comércio seja efetuado em cestas ou tabuleiros que atendam as normas de saúde pública;
- VI** - Redução de 50% (cinquenta por cento) na taxa de autorização para o exercício de comércio eventual, ambulante ou feirante, para os vendedores residentes e domiciliados no Município de Remigio/PB.

### Seção VI

#### Sujeito Passivo

**Art. 191.** É contribuinte da taxa a pessoa física que exerça a prática do comércio eventual, ambulante ou feirante, com ou sem localização fixa, com ou sem a utilização de veículo, ou qualquer outro equipamento sujeito a licenciamento ou à ação fiscal do Município.

**Parágrafo único.** Considera-se comércio eventual, ambulante ou feirante, toda e qualquer atividade exercida em vias, logradouros públicos e imóveis públicos, em caráter permanente ou temporário.



# Diário Oficial



**Art. 192.** É vedada a outorga de licença para menores de quatorze anos de idade, e os maiores de quatorze anos e menores de dezoito deverão apresentar autorização expressa de seus responsáveis legais.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**Seção VII**  
**Infrações e Penalidades**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

**Art. 193.** O exercício do comércio eventual, ambulante ou feirante sem a prévia outorga da licença implica na apreensão da mercadoria, equipamento, veículo e outros pertences que será feita nos termos das disposições do Livro III – Procedimento Administrativo Tributário.

## **CAPÍTULO X**

### **TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL**

#### **Seção I**

##### **Do Fato Gerador**

**Art. 194.** A Taxa de Licença Ambiental do Município tem como fato gerador o exercício regular do Poder de Polícia conferido ao Órgão Municipal do Meio Ambiente, para o controle, licenciamento e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, capazes de causar degradação ambiental ou utilizadoras de recursos naturais.

**Parágrafo único.** As atividades sobre as quais incidirão a taxa de licença ambiental são as de impacto local relacionadas nas Resoluções do CONAMA, da SUDEMA, ou a que venha lhe substituir, e aquelas relacionadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, através de ato normativo próprio ou aquelas que lhe forem delegadas.

#### **Seção II**

##### **Sujeito Passivo**



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



**Art. 195.** O contribuinte da taxa é todo aquele que exerça as atividades constantes no anexo da Lei Federal nº 6.882/1981, na Resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### Seção III ATO DO PODER EXECUTIVO

#### Base de Cálculo

**Art. 196.** A taxa de Licença Ambiental será calculada com base no valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFIR, conforme o Anexo II, Tabela X, desta Lei.

### Seção IV

#### Lançamento

**Art. 197.** A taxa de Licença Ambiental será lançada em nome do contribuinte sempre que for requerida licença.

### Seção V

#### Do Recolhimento

**Art. 198.** A taxa de Licença Ambiental será arrecadada no ato do requerimento independentemente da concessão da licença, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

## CAPÍTULO XI

### TAXA DE INSTALAÇÃO DE ANTENAS TRANSMISSORAS DE RÁDIO, TELEVISÃO, TELEFONIA CELULAR, TELECOMUNICAÇÕES, ENERGIA E AFINS

#### Seção I



# Diário Oficial

Do Fato Gerador

## Prefeitura de Remigio



### LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

**Art. 199.** A Taxa de Instalação de Antenas Transmissoras de Rádio, Televisão, Telefonia Celular, Telecomunicações, energia e Afins tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido ao Município, para o fim de regularização, instalação e funcionamento das respectivas Estações de Telecomunicação e transmissões, nos termos da Lei Federal n. 11.934, de 05 de maio de 2009.

ATO DO PODER EXECUTIVO

#### Seção II

##### Sujeito Passivo

**Art. 200.** O contribuinte da taxa é qualquer empresa prestadora de serviço que se utilize de estações transmissoras de rádio, Televisão, Telefonia Celular, Telecomunicações, energia e Afins e que estejam instaladas no Município de Remigio/PB.

#### Seção III

##### Base de Cálculo

**Art. 201.** A taxa de Instalação de Antenas Transmissoras de Rádio, Televisão, Telefonia Celular, Telecomunicações, energia e Afins será cobrada com base no valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFIR, anualmente, conforme o Anexo II, Tabela XI, desta Lei.

#### Seção IV

##### Lançamento

**Art. 202.** A taxa de Instalação de Antenas Transmissoras de Rádio, Televisão, Telefonia Celular, Telecomunicações, energia e Afins será lançada em nome da empresa prestadora de





# Diário Oficial



serviço que se utilize de estações transmissoras de rádio, Televisão, Telefonia Celular, Telecomunicações, energia e Afins

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SEÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

Seção V

## Do Recolhimento

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**Art. 203.** A taxa de Instalação de Antenas Transmissoras de Rádio, Televisão, Telefonia Celular, Telecomunicações, energia e Afins será arrecadada no ato do requerimento independentemente da concessão da licença, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

## SUB-TÍTULO III

### DAS TAXAS EM RAZÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**Art. 204.** As taxas decorrentes da utilização, efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição:

- I - Taxa de Expediente;
- II - Taxa de Serviços Diversos;
- III - Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos;

## CAPÍTULO I

### TAXA DE EXPEDIENTE

#### Seção I

#### Do Fato Gerador

**Art. 205.** A Taxa de Expediente e Serviços Administrativos é devida pela prestação efetiva de serviços públicos e divisíveis ao contribuinte e incide sobre:

- I. Expedição de segundas vias de alvarás.
- II. Autenticação de livros e documentos fiscais, visto de abertura ou encerramento em



# Diário Oficial



livros fiscais e outros documentos;

III. Autenticação de plantas arquitetônicas e urbanísticas e de outros documentos, exceto habite-se e aceite-se;

IV. Outros serviços administrativos diversos.

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 - SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

## Seção II

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### Do Contribuinte

#### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 206.** A taxa será devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato do governo municipal.

## Seção III

### Da Base de Cálculo

**Art. 207.** O pagamento da Taxa de Expediente será efetivado na ocasião em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido e seu custo será determinado de acordo com o Anexo II, Tabela XII, deste Código.

## Seção IV

### Da Isenção

**Art. 208.** Serão isentos da Taxa de Expediente os requerimentos e certidões relativos aos serviços municipais, ao serviço de alistamento militar, para fins eleitorais, ou aqueles que tratem de pagamento à Prefeitura ou solicitem restituição e ainda os explicitados no art. 5º, XXXIV, letra "b" da Constituição Federal.

## CAPÍTULO II

### TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

## Seção I



# Diário Oficial

Do Fato Gerador

## Prefeitura de Remígio



**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**Art. 209.** A Taxa de Serviços Diversos será cobrada, quando da prestação, pelo Poder

Público, dos seguintes serviços:

**I - Abate de animais;** **REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B**

**II - Transferência de Titularidade de Concessão ou Permissão Pública;**

**III - Alinhamento e nivelamento de terrenos;** **ATO DO PODER EXECUTIVO**

**IV - Apreensão de bens móveis, animais e mercadorias;**

**V - Averbação do imóvel;**

**VI - Vistoria de edificação;**

**VII - Remoção de entulhos**

### Seção II

#### Do Contribuinte

**Art. 210.** A taxa será devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato do governo municipal.

### Seção III

#### Da Base de Cálculo

**Art. 211.** A taxa será cobrada de acordo com o Anexo II, Tabela XIII, desta Lei.

## CAPÍTULO III

### TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

#### Seção I

##### Hipótese de Incidência

# Diário Oficial



**Art. 212.** A incidência da taxa ocorre quando da coleta, transporte e acomodação em depósito de lixo domiciliar, residencial ou não, hospitalar e detritos orgânicos.

**LEI Nº. 935 DE 19 DE ABRIL DE 2013. SEÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA, DE COMUNICAÇÃO**

útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel que se utilize, efetiva ou potencialmente, do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final dos resíduos.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**§ 2º.** São solidariamente responsáveis pela Taxa de Coleta de Resíduos:

## ATO DO PODER EXECUTIVO

I - o proprietário em relação:

- a) aos demais co-proprietários;  
b) ao titular do domínio útil;  
c) ao possuidor a qualquer título;

**II - o titular do domínio útil em relação:**

- a) aos demais co-titulares do domínio útil;  
b) ao possuidor a qualquer título;

**III - os co-possuidores a qualquer título**

## Seção II

### Fato Gerador

**Art. 213.** A Taxa de Coleta de Resíduos tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos relativos ao imóvel, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

**Parágrafo único.** Sendo prestado o serviço ou posto à disposição, a incidência independe:

**I** - da forma, estrutura, superfície, destinação ou utilização do imóvel;

II - da edificação existente no imóvel encontrar-se interditada, paralisada, condenada, em desuso, em ruínas ou em demolição;

III - do atendimento a quaisquer exigências legais ou regulamentares relativas ao uso ou aproveitamento do imóvel, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

### Seção III

## Base de Cálculo





# Diário Oficial



**Art. 214.** A base de cálculo da Taxa de Coleta de Resíduos é o custo do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos relativo ao imóvel.

**LEI Nº. 934 DE 22 DE MAIO DE 2013** **SEÇÃO SECRETARIA DE EXECUÇÃO DE COMUNICAÇÃO**

critérios fixados no Anexo II, Tabelas XIV e XV, desta Lei, sendo facultado ao Poder Executivo recuperar valor inferior ao custo total do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

## ATO DO PODER EXECUTIVO

### Seção IV

#### Lançamento e Recolhimento

**Art. 216.** O lançamento da Taxa de Coleta de Resíduos dar-se-á:

I - de ofício, através de procedimento interno, com base nas informações constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, ou mediante ação fiscal;

II - por declaração do sujeito passivo, para imóveis não inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal.

**Art. 217.** A Taxa de Coleta de Resíduos terá como valor mínimo a UFIR, não podendo qualquer parcela ser inferior a este valor.

**Art. 218.** Esta taxa será lançada anualmente, ocorrendo seu fato gerador a partir de 1º de janeiro do exercício financeiro respectivo, cobrada de acordo com os prazos estabelecidos pela Secretaria de Administração e Finanças e será recolhida conjuntamente com o IPTU, ou outra modalidade a critério da Administração Municipal.

### TÍTULO IV

#### DAS CONTRIBUIÇÕES

##### SUB-TÍTULO I

##### DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



### CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

LEI N.º. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

**Art. 219.** A contribuição de melhoria tem como fato gerador a execução de obra pública da qual decorra valorização de imóvel situado na respectiva zona de influência;

**§ 1º.** Considera-se: ATO DO PODER EXECUTIVO

**I** - Zona de influência a área beneficiada direta ou indiretamente pela obra pública;

**II** - devida a contribuição no Município de Remigio/PB quando o imóvel inserido na zona de influência da obra situar-se dentro dos seus limites territoriais;

**III** - ocorrido o fato gerador no momento da valorização do imóvel, decorrente da execução total ou parcial da obra pública.

**§ 2º.** A contribuição é devida ainda que a execução da obra seja resultante de convênio com a União, Estados e entidades federais e estaduais.

**§ 3º.** As obras públicas, para efeito de incidência da contribuição de melhoria, serão consideradas as seguintes:

**I** - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais, e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

**II** - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

**III** - construção ou ampliação do sistema de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

**IV** - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

**V** - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico ou de proteção ambiental;

### CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA

**Art. 220.** A contribuição de melhoria não incidirá nos casos de:

**I** - simples reparação ou manutenção das obras mencionadas no inciso I do § 3º do artigo anterior;

**II** - alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos;



# Diário Oficial



III - colocação de guias e sarjetas;

IV - obras de pavimentação executadas na zona rural do Município;

V - adesão a plano de pavimentação comunitária.

LEI Nº. 935 DE 23 DE MAIO DE 2013. **SEGUNDA SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

## CAPÍTULO III

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### DO CONTRIBUINTE

#### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 221.** São contribuintes da Contribuição de Melhoria o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel inserido na zona de influência obra pública.

**Parágrafo único.** A contribuição de melhoria dos bens será lançada em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

**Art. 222.** O Poder Executivo identificará as zonas de influência da obra, fixando os índices em relação a cada imóvel para efeito da contribuição, levando em conta na absorção a influência e a acessibilidade do imóvel em relação a obra.

## CAPÍTULO IV

### DA SOLIDARIEDADE

**Art. 223.** São solidariamente responsáveis pela Contribuição de Melhoria:

**I** - o proprietário em relação:

- a) aos demais co-proprietários;
- b) ao titular do domínio útil;
- c) ao possuidor a qualquer título.

**II** - o titular do domínio útil em relação:

- a) aos demais co-titulares do domínio útil;
- b) ao possuidor a qualquer título;

**III** - os co-possuidores a qualquer título.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



### CAPÍTULO V

#### DA BASE DE CÁLCULO

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

**Art. 224.** A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é o custo da obra pública relativo ao imóvel.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**Parágrafo único.** O custo referido no caput deste artigo:

- I - não poderá ultrapassar a valorização relativa ao imóvel decorrente da obra pública;
- II - inclui todas as despesas necessárias à execução das obras, tais como as provenientes de estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios e investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.

**Art. 225.** A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra entre todos os imóveis incluídos na zona de influência, levando em conta a localização do imóvel, seu valor venal, sua testada ou área e o fim a que se destina, analisados esses elementos em conjunto ou isoladamente.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo tendo em vista a natureza da obra ou conjunto de obras, o benefício delas decorrentes e os equipamentos públicos existentes, definirá a zona de influência e o percentual do custo da obra a ser exigido a título de contribuição de melhoria.

### CAPÍTULO VI

#### DO LANÇAMENTO

**Art. 226.** Aprovado o plano de obra e constatada em qualquer de suas etapas, a ocorrência do fato gerador previsto no artigo 219, será efetuado o lançamento da Contribuição de Melhoria de ofício, precedido da publicação do edital, contendo:

- I - descrição e finalidade da obra;
- II - memorial descrito do projeto;
- III - orçamento do custo da obra, que poderá abranger as despesas estimadas de estudos, indenizações, administração, execução, financiamento e demais investimentos





# Diário Oficial



imprescindíveis a obra pública;

**IV** - delimitação da zona de influência e respectivos índices cadastrais de valorização.

## **LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**§ 1º.** O lançamento por etapa durante a execução da obra só poderá ser feito com base no custo de parte da obra já executada.

**§ 2º.** O sujeito passivo da contribuição de melhoria tem o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da notificação do lançamento, para impugnação de qualquer dos elementos dele constante, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

**§ 3º.** As impugnações não terão efeito suspensivo da execução da obra e serão apreciadas em conjunto pelo Setor de Arrecadação.

**Art. 227.** A contribuição será lançada em nome do sujeito passivo em cota única ou em até 06 (seis) parcelas mensais, sendo que o valor mínimo de cada parcela não poderá ser menor que 01 (uma) unidade fiscal.

**Parágrafo único.** O recolhimento da Contribuição de Melhoria será efetuado na forma e prazos estabelecidos em Regulamento.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS PENALIDADES**

**Art. 228.** O pagamento após o vencimento sujeita o contribuinte a incidência de:

- I** - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;
- II** - correção monetária, nos termos da legislação específica; e
- III** - multa moratória:
  - a) de 5% (cinco por cento) do valor corrigido se recolhida dentro de 30 (trinta) dias contados da data de vencimento;
  - b) de 20% (vinte por cento) do valor corrigido se recolhida após 30 (trinta) dias contados da data do vencimento.

**§ 1º.** Os juros de mora incidirão sobre o valor principal atualizado monetariamente.

**§ 2º.** Inscrita ou ajuizada a dívida serão devidos também, custas judiciais e honorários advocatícios na forma da lei.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO  
SUB-TÍTULO II

A CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE SISTEMAS  
MONITORAMENTO PARA SEGURANÇA E PRESERVAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS -

COSIP  
ATO DO PODER EXECUTIVO

### CAPÍTULO I

#### FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

##### Seção I

##### Do fato gerador e das desonerações tributárias

##### Subseção i

##### Do fato gerador e do contribuinte

**Art. 229.** Fica instituída, para fins de custeio, expansão e melhoria destes serviços, a contribuição dos serviços de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos – COSIP.

**Parágrafo Único.** O serviço previsto no *caput* deste artigo compreende a iluminação de vias e logradouros públicos e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas.

**Art. 230.** Contribuinte é todo aquele que possua ligação de energia elétrica ao sistema de fornecimento de energia no território do Município de Remígio.

##### Subseção II

##### Das desonerações tributárias



# Diário Oficial



**Art. 231.** As desonerações tributárias por isenção, ficam condicionadas ao seu reconhecimento pelo Secretário de Administração e Finanças do Município.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013** **SEÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA, DE COMUNICAÇÃO**

ou isenção será formalizado em requerimento endereçado ao Secretário de Administração e Finanças do Município, indicando a base legal que autoriza a concessão do benefício pretendido e será instruído com a documentação necessária que comprove a condição de beneficiado do requerente.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

## ATO DO PODER EXECUTIVO

**§2º.** Para o reconhecimento da não incidência constitucional, o contribuinte deverá atender a todas as condições definidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**§3º.** O reconhecimento da não incidência tributária, constitucional ou legal, gera seus efeitos desde a data a que o contribuinte passou a fazer jus ao instituto.

**§4º.** O reconhecimento da isenção tributária se dá mediante publicação do ato retroagindo seus efeitos até a data de protocolização do requerimento.

**Art. 232.** O reconhecimento da desoneração tributária não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo, com os acréscimos legais previstos nesta Lei e penalidades cabíveis, desde a data do benefício, se apurado que o beneficiado, prestou prova falsa ou irregular.

### Subseção III

#### Das isenções

**Art. 233.** Estão isentos da Contribuição dos serviços de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos – COSIP, todos os prédios próprios do poder público municipal.

### Seção II

#### Da sujeição passiva



# Diário Oficial



**Art. 234.** O sujeito passivo da COSIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica no território do Município.

**LEI N.º. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**§1º.** O proprietário do bem, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel edificado ou não, beneficiado pelo serviço de iluminação pública, cadastrado ou não junto à concessionária distribuidora de energia elétrica no território do Município, configura-se como contribuinte responsável, em caráter supletivo, do pagamento total ou parcial do imposto.

**ATO DO PODER EXECUTIVO**

**§2º.** A responsabilidade pelo pagamento sub-roga-se da pessoa do proprietário.

## Seção III

### Da obrigação principal

#### Subseção I

#### Da base de cálculo

**Art. 235.** O valor da COSIP será cobrada em duodécimos, sempre baseados em percentuais do módulo tarifa de iluminação pública vigente, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ou órgão regulador que vier a substituí-la, nos limites especificados no Anexo III, desta Lei.

**Art. 236.** As classes de consumo terão os valores, respectivo, que referenciam a base de cálculo da COSIP corrigidos no mesmo percentual e data dos reajustes de energia elétrica fixados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ou outro órgão regulador que venha a ser instituído.

#### Subseção II

#### Das alíquotas





# Diário Oficial



**Art. 237.** As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em KW/h, como disposto no Anexo III, desta Lei.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**Parágrafo único.** A determinação da classe ou categoria de consumidor de energia, observará o que preceituam as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANNEL, ou outro órgão regulador que venha a ser instituído.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

## ATO DO PODER EXECUTIVO

### Subseção III

#### Do lançamento

**Art. 238.** A COSIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

**§1º.** A Concessionária de Energia conveniada ou contratada pelo Município é quem realizará a cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

**§2º.** O convênio ou contrato a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supracitados.

**Art. 239.** O valor da contribuição para imóveis não edificadas, será fixo e igual ao valor médio cobrado dos imóveis equivalentes, da mesma zona e área, levando-se em consideração o imóvel padrão para aquela região.

**Parágrafo único.** No caso de lotes com área superiores ao lote padrão para a região de localização, o valor da COSIP será acrescido na proporção do aumento.

**Art. 240.** Nos casos de lançamentos da COSIP, relativos a imóveis do tipo vazio urbano, não cadastrados junto à concessionária distribuidora de energia elétrica no território do



# Diário Oficial



Município, a cobrança será anual e, se fará conjuntamente com a do imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

**LEI Nº. 938 DE 20 DE MARÇO DE 2015** O Contribuinte da COSIP, que não tenha sido devidamente comunicado,

gozará dos mesmos benefícios, sobre a forma de pagamento, concedidos aos imóveis terão a cobrança incidente do imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

## ATO DO PODER EXECUTIVO Subseção IV

### Do pagamento

**Art. 241.** O pagamento da COSIP será efetuado por uma das seguintes formas:

- I. Mediante convênio ou contrato, através da conta fatura de consumo de energia elétrica emitida pela empresa concessionária do fornecimento do produto energia elétrica;
- II. Por meio do carnê, podendo o Município proceder sua cobrança através do Carnê de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

**Parágrafo Único.** Em qualquer das formas indicadas no *caput*, o valor da COSIP deverá ser anotado em separado de forma a ser perfeita a sua identificação pelo contribuinte.

## Subseção V

### Da restituição

**Art. 242.** O valor pago a título de COSIP somente poderá ser restituído a quem prove ter pago o valor respectivo, no caso de:

- I. For reconhecida a não incidência ou a isenção, obedecidas as normas gerais e a lei específica que conceder o benefício;
- II. For considerado indevido por decisão administrativa final transitada em julgado.

**Parágrafo Único.** A restituição de que trata o *caput* será procedida atualizando-se o valor devido mediante a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



### Seção IV

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – **SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**  
Das penalidades

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**Art. 243.** O montante devido e não pago da COSIP será inscrito em dívida ativa 120 (cento e vinte) dias após a verificação da inadimplência.

ATO DO PODER EXECUTIVO

**Parágrafo Único.** Servirá como título hábil para a inscrição:

- I. A comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966);
- II. A duplicata da fatura de energia elétrica não paga;
- III. Outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).

**Art. 244.** Os valores da COSIP não pagos no vencimento receberão os acréscimos legais de que trata esta Lei.

### Seção V

#### Das obrigações de terceiros

**Art. 245.** A empresa concessionária do fornecimento de energia elétrica que efetua a sua distribuição no território do Município, fica obrigada a:

- I - Lançar mensalmente e de forma destacada o valor da COSIP na conta fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores ativos;
- II - Enviar mensalmente ao Município a relação dos valores lançados, contendo o nome do devedor, a indicação de seu cadastro do CPF ou CNPJ, o endereço do imóvel onde se encontra, o valor lançado;
- III - Encaminhar à Administração Municipal, até o segundo mês de cada exercício, informação da quantidade de unidades consumidoras cadastradas para fornecimento de





# Diário Oficial



energia elétrica, excluindo aquelas beneficiárias com desoneração da COSIP, classificadas segundo as faixas de consumo indicadas no Anexo III, desta Lei;

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013**, - **SEÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**  
dos consumidores ativos, o valor correspondente à COSIP;

V - No caso de atraso no pagamento da conta fatura de energia elétrica, ao reemitir a conta fatura de consumo para pagamento pelo contribuinte em atraso, ficarão sujeitos ao que determina os §§ 2º, 3º e 4º deste artigo;

VI - Recolher imediatamente para o Município os valores da COSIP arrecadados, nos termos fixados no convênio ou contrato;

VII - Comunicar, ao Município, mensalmente, na forma fixada no convênio, a relação de contribuintes em atraso no pagamento superior a 90 (noventa) dias, indicando, dentre outras informações, aquelas constantes do art. 202 do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), o endereço do imóvel e, quando diferente, o endereço para onde é enviada a fatura;

VIII - Comunicar ao Município, mensalmente, na forma fixada em convênio, a relação de contribuintes que, tendo constado de informação de atraso no pagamento anterior, regularizaram sua situação.

**§1º.** Para os fins do cumprimento da obrigação de que trata o inciso III, a Administração Municipal comunicará à empresa concessionária do fornecimento do produto energia elétrica, até o dia 30 de novembro de cada ano, as unidades consumidoras de energia elétrica que são beneficiárias de desoneração tributária.

**§2º.** Os débitos decorrentes do não recolhimento do tributo municipal no prazo legal ficarão sujeitos à atualização monetária pelo IPCA, nos termos do inciso I do art. 10, e juros de mora, calculados a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao do vencimento, na ordem de 1% (um por cento) ao mês, até o pagamento;

**§3º.** Os débitos decorrentes do não recolhimento do tributo municipal no prazo legal, também ficarão sujeitos à multa de mora, calculada à taxa de 0,033% (trinta e três centésimos por cento), por cada dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento);





# Diário Oficial



§4º. Os juros a que se refere o parágrafo segundo deste artigo incidirão sobre o principal e sobre as multas por infração, quando for o caso, bem como, sobre os débitos parcelados, relativamente às prestações vencidas.

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**LIVRO II**  
**DOS PREÇOS PÚBLICOS**  
**ATO DO PODER EXECUTIVO**

## TÍTULO ÚNICO

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 246.** O preço público remunerará:

- I - os serviços públicos prestados pelo Município para os quais não foi instituída a respectiva taxa;
- II - a utilização ou exploração de bens públicos municipais.

**Art. 247.** Os serviços públicos a que se o inciso I do artigo anterior são:

- a) Remoção especial de árvores;
- b) Entulhos;
- c) Limpeza de terrenos;
- d) Remoção de lixo realizada em horário especial;
- e) Concessão de jazigo;
- f) Dinâmica Funerária em cemitérios (escavação, conservação e exumação);
- g) Utilização de bens públicos;
- h) Estacionamento de veículos automotores em locais permitidos.

**Art. 248.** A delegação da exigência do preço público, de que trata a alínea “g” do artigo anterior, somente se fará na forma da legislação pertinente, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação.

**Art. 249.** A utilização de qualquer bem público municipal, inclusive para colocação de redes de infraestrutura, será remunerada.



# Diário Oficial



**§ 1º.** O disposto neste artigo abrange a utilização do subsolo das vias públicas, passeios públicos, prédios públicos, obras de arte, logradouros, bem como a utilização da via

aérea com ponto de apoio nos postes, ou na parte inferior da via ou leitos, com poços de visita ou não.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**§ 2º.** Também serão remunerados a utilização do mobiliário urbano, os espaços utilizados pelas estações de rádio base de telefonia e similares.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 – EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

## ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 250.** Para possibilitar a utilização dos bens municipais por terceiros, o Município deve firmar concessão, permissão ou autorização de uso.

**Art. 251.** As redes aéreas e subterrâneas já existentes no Município devem atender às atuais regras, regularizando a sua situação no prazo máximo de 06 (seis) meses.

**Parágrafo único.** As empresas devem ser notificadas para efetuar a regularização junto ao Município, sob pena de serem instadas a retirar as respectivas infraestruturas.

**Art. 252.** O não pagamento do preço público decorrente de uso ou fruição de bens públicos municipais ou, ainda, decorrente de serviço prestado acarretará a suspensão dos mesmos.

**Art. 253.** Aplicam-se aos preços públicos, no tocante a lançamento, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias, penalidades, inscrição em Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, e modalidades de suspensão e extinção do crédito, as disposições concernentes às taxas.

**Art. 254.** A cobrança dar-se-á através de documento de arrecadação - DAM, de acordo com os valores expressos no ANEXO VI, Tabelas 1, 2 e 3, desta Lei.

## LIVRO III

### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remigio



### TÍTULO I

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO  
DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### CAPÍTULO I

#### ATO DO PODER EXECUTIVO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 255.** A Administração Fazendária tem por objetivo o planejamento, a implementação, gerenciamento e controle de todas as ações voltadas à execução desta lei, especialmente sobre a cobrança, administrativa ou judicial, dos créditos fazendários de qualquer natureza; a fiscalização do cumprimento da legislação referente aos tributos e demais receitas públicas; a aplicação de penalidades aos infratores e os julgamentos administrativos de jurisdição voluntária e contenciosa.

**§ 1º.** A Administração Fazendária será exercida harmonicamente por ações conjuntas e complementares, principalmente, entre a Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, e Procuradoria Jurídica do Município.

**§ 2º.** As funções de cobrança, a que se refere este artigo, serão exercidas pela Secretaria de Administração e Finanças Municipal, nos termos do Regulamento.

### CAPÍTULO II

#### DA FISCALIZAÇÃO

##### Seção I

#### Das Disposições Gerais

**Art. 256.** Todas as funções administrativas referentes à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas, privativamente, pela Secretaria de Administração e Finanças do Município, segundo as atribuições constantes da legislação que dispuser sobre a organização administrativa do Município de Remigio.



# Diário Oficial



**§ 1º** A fiscalização a que se refere este artigo:

**LEI Nº 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 - SECON SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**  
I - será exercida exclusivamente por servidores nomeados em regime efetivo, para os cargos integrantes das categorias funcionais de Agentes Fiscais de Tributos, considerados Autoridades Administrativas e Fiscais em suas atribuições legais;

**II** - será exercida sobre todas as pessoas físicas, jurídicas ou entes despersonalizados, contribuintes ou não, inclusive as imunes, isentas, optantes do Simples Nacional ou qualquer outro regime;

**III** - poderá estender-se além dos limites do Município, desde que prevista em Convênios.

**§ 2º.** A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da legislação municipal.

**§ 3º.** A administração tributária, atividade essencial ao funcionamento do Município, terá recursos prioritários para a realização de suas atividades.

**§ 4º.** Aos servidores fiscais é assegurado adicional de produtividade e outros meios de incentivo previstos em lei.

**Art. 257.** Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para representar ou denunciar infrações à legislação tributária.

**Parágrafo único.** A representação ou denúncia seguirá os trâmites de processo administrativo definido em regulamento.

## Seção II

### Dos Poderes da Fiscalização

**Art. 258.** Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, inclusive informatizados, documentos, e demais controles contábeis ou fiscais dos prestadores de serviços, comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.





# Diário Oficial



**Parágrafo único.** Os livros obrigatórios de escrituração contábil e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

**Art. 259.** Independentemente de prévia instauração de processo, as pessoas sujeitas à fiscalização franquearão acesso a autoridade fiscal aos seus estabelecimentos, depósitos e dependências, bem como veículos, cofres e outros móveis, a qualquer hora do dia ou da noite, desde que os estabelecimentos estejam funcionando.

**Parágrafo único.** No exercício de suas funções, a entrada do servidor fiscal nos estabelecimentos, bem como o acesso a suas dependências internas, não estarão sujeitos à formalidade diversa da imediata exibição aos encarregados diretos e presentes ao local, da identidade funcional, a qual não poderá ser retida, em qualquer hipótese, sob pena de ficar caracterizado o embaraço à ação fiscal.

**Art. 260.** A Secretaria de Administração e Finanças Municipal, através de procedimento interno ou por ação direta do servidor fiscal encarregado da execução de procedimento fiscal regular, poderá:

I - exigir do sujeito passivo ou terceiro, informações, esclarecimentos escritos ou verbais, bem como a exibição de dados bancários, extratos, relatórios, documentos, talões, notas fiscais ou livros, inclusive armazenados em meio magnético ou já arquivados, obrigatórios ou não;

II - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos veículos, cofres, arquivos, armários ou outros móveis localizados no estabelecimento do sujeito passivo ou do terceiro;

III - notificar o sujeito passivo ou terceiro para comparecer à repartição fazendária, ou para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária;

IV - solicitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando vítima de embaraço ou desacato, ou quando indispensável à realização de atos necessários ao cumprimento de suas funções.

**Parágrafo único.** As requisições previstas neste artigo serão feitas por intimação em que a autoridade fiscal assinará prazo razoável para o seu cumprimento, ressalvadas aquelas destinadas às autoridades ou órgãos públicos, as quais serão processadas exclusivamente por ofício da Secretaria de Administração e Finanças Municipal.

**Art. 261.** Para os efeitos do artigo anterior, entende-se por terceiro a pessoa que detenha informações sobre bens, negócios ou atividades de outrem, tais como:



# Diário Oficial



I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, correspondentes bancários, caixas econômicas e demais instituições financeiras ou de crédito em geral;

LEI Nº. 938 DE 23 DE MAIO DE 2013 - SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - órgão ou entidade representante de categoria profissional ou econômica;

VIII - os ocupantes, a qualquer título, de cargos ou funções de órgãos, entes e entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive aqueles integrantes do Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder

REMIGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

ATO DO PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE REMÍGIO



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



Judiciário e Ministério Público;

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 - SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**  
**IX** - os responsáveis, prepostos e empregados das entidades ou instituições classificadas como serviços sociais autônomos;

**X** - qualquer outra pessoa física, jurídica ou ente despersonalizado que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenha informações necessárias à Administração Fazendária, nos termos do Regulamento.

**Parágrafo único.** A obrigação prevista neste artigo não abrange os fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a preservar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

### Seção III

#### Das Medidas de Exceção

**Art. 262.** Havendo fundada suspeita de infração à legislação tributária ou na hipótese de embaraço à ação fiscal, ainda que não se configure crime ou contravenção penal, poderá a autoridade fiscal, sem prejuízo de outras ações cabíveis, tomar as seguintes medidas:

**I** - apreender livros, talões, notas fiscais, relatórios, documentos contábeis ou fiscais, inclusive os armazenados em meio magnético ou já arquivados, que estejam em poder do sujeito passivo ou de terceiros;

**II** - apreender bens em trânsito ou em poder do sujeito passivo ou de terceiros;

**III** - lacrar armários, arquivos, depósitos e outros móveis onde presumivelmente estejam os itens citados nos incisos anteriores;

**IV** - Interdição de estabelecimento.

**§ 1º.** A apreensão e o lacre terão por finalidade a conservação dos elementos probantes da infração.

**§ 2º.** A opção por apreender ou lacrar, nos termos deste artigo, terá por base a conveniência e oportunidade do ato.

**§ 3º.** É vedado à autoridade fiscal utilizar-se de coação física ou moral para levar a efeito as medidas descritas nesta seção.



# Diário Oficial



**Art. 263.** A Procuradoria Jurídica do Município requererá a exibição judicial quando os bens citados nos incisos I e II do artigo 262 ou os móveis lacrados estiverem em local inviolável, nos termos do artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**§ 1º** A autoridade fiscal representará à Procuradoria Jurídica do Município para que seja promovida a exibição judicial.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**§ 2º.** Na ação de exibição judicial, após trazida à colação os bens e documentos constantes em local inviolável, o procurador municipal habilitado nos autos requererá a extração de certidões, traslados ou cópias, autenticadas por tabelião ou serventuário da justiça, necessárias para resguardar os interesses da Administração Fazendária.

## Seção IV

### Do Regime Especial de Fiscalização

**Art. 264.** O sujeito passivo que houver cometido infração para a qual tenha concorrido circunstâncias agravantes ou que, reiteradamente violem a legislação tributária, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

**Parágrafo único.** O regime especial de fiscalização será determinado pelo Secretário de Administração e Finanças, que fixará as condições de sua realização, conforme regulamento.

## Seção V

### Da Suspensão ou Cancelamento dos Benefícios

**Art. 265.** Poderão ser suspensas ou canceladas as concessões dadas aos sujeitos passivos que se eximirem de pagamento total ou parcial de tributos, na hipótese de infringência reiterada à legislação tributária pertinente.

**Parágrafo único** - A suspensão ou cancelamento será determinada pelo Secretário de Administração e Finanças, considerada a gravidade e natureza da infração, com base em Parecer Fiscal fundamentado.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



### CAPÍTULO III DO SIGILO FISCAL

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

**Art. 266.** Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública Municipal e seus agentes, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

**§ 1º.** Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos nesta lei, os seguintes:

- I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
- II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

**§ 2º.** O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

**§ 3º.** Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I - representações fiscais para fins penais;
- II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal;
- III - parcelamento ou moratória.

**Art. 267.** A Secretaria de Administração e Finanças Municipal prestará assistência aos demais entes da federação para a fiscalização dos tributos respectivos e permutará informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por Lei ou convênio.

### CAPÍTULO IV DO CADASTRO FISCAL



# Diário Oficial



**Art. 268.** Toda pessoa física, jurídica ou ente despersonalizado, contribuinte ou não, inclusive os que exerçam atividade imune, isenta, optante do Simples Nacional ou onde não incidam os tributos municipais, deverá promover a inscrição do seu imóvel ou atividade no respectivo Cadastro Fiscal da Prefeitura Municipal de Remigio, de acordo com as formalidades exigidas nesta Lei e no regulamento, ou ainda nos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

REMIGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**Parágrafo único.** Ato do Poder Executivo Municipal instituirá os Cadastros Fiscais, dentre os quais haverá o Cadastro Mobiliário Fiscal da Prefeitura Municipal e o Cadastro Imobiliário Fiscal da Prefeitura Municipal de Remigio.

## CAPÍTULO V

### DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

#### Seção I

#### Das Disposições Gerais

**Art. 269.** Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal aquela definida em Lei como tributária ou não-tributária, regularmente inscrita no registro destinado a tal fim, por contrato ou por decisão final proferida em processo administrativo regular.

**§ 1º.** Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por Lei ao Município, poderá ser objeto de Dívida Ativa da Secretaria de Administração e Finanças Municipal.

**§ 2º.** A Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, definida como tributária ou não-tributária, abrange a atualização monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês, multa de mora e demais acréscimos ou encargos definidos em Lei ou contrato.

**§ 3º.** A inscrição, que se constitui em ato de ofício para o controle administrativo da legalidade, será feita no órgão competente da Secretaria de Administração e Finanças Municipal para apurar a liquidez e certeza do crédito.

**§ 4º.** A inscrição far-se-á, ordinariamente, no dia 31 de dezembro do exercício em que vencer o tributo.



# Diário Oficial



§ 5º. A Fazenda Pública Municipal poderá fazer a inscrição em dívida ativa antes do período estabelecido no parágrafo anterior caso haja necessidade e interesse que justifique.

## LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

**Art. 270.** O Termo de Inscrição na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, autenticado pela autoridade competente, conterá:

REMIGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**I** - o nome do devedor, e, sendo o caso, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um ou de outros;

**II** - a quantia devida, o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em Lei ou contrato;

**III** - a origem, a natureza e fundamento legal ou contratual da dívida;

**IV** - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

**V** - a data e o número da inscrição na Dívida Ativa da Secretaria de administração e Finanças;

**VI** - o número do processo administrativo ou do Auto de Infração de que se originar o crédito, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º. O Termo de Inscrição na Dívida Ativa será feito de ofício, em livros especiais ou por meio eletrônico, na repartição competente, observado o previsto em regulamento.

§ 2º. A Certidão da Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, autenticada pela autoridade competente, conterá, além dos elementos descritos neste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

§ 3º. As autenticações previstas neste artigo poderão ser efetivadas por meio eletrônico.

**Art. 271.** A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, podendo a nulidade ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

**Art. 272.** A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

§ 1º A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.





# Diário Oficial



§ 2º. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

## Seção II

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2015. Da Cobrança EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 273.** A execução, coordenação e fiscalização da cobrança dos débitos cabem a Secretaria de Administração e Finanças, até a data de sua inscrição na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, e a Procuradoria Jurídica do Município, após a data de sua inscrição na Dívida Ativa, cujos Órgãos, para cobrança por meios administrativos e judiciais, ficam autorizadas a adotar as seguintes medidas:

**I.** Encaminhar para protesto extrajudicial as Certidões de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, tributária ou não;

**II.** Utilizar os serviços de entidades de proteção ao crédito ou que promovam cadastro de inadimplentes para registro dos créditos inscritos na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, tributária ou não;

**III.** Oficiar ao Departamento de Trânsito do Estado da Paraíba e/ou ao Oficial de Registro de Imóveis para fins de informação ou registro informativo, mencionando os créditos inscritos na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, tributária ou não;

**IV.** Realizar outras providências previstas na legislação processual ou no Regulamento.

**§ 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com entidade pública ou privada para operacionalizar o disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo.

**§ 2º.** As medidas previstas nos incisos do caput deste artigo serão utilizadas, preferencialmente, como meio de cobrança prévia ao ingresso de ação de execução fiscal.

**§ 3º.** As medidas previstas nos incisos do caput tomarão como base o valor inscrito na dívida ativa, constante da Certidão da Dívida Ativa (CDA), devidamente atualizado e corrigido monetariamente, nos termos da legislação aplicável, a ser acrescido dos encargos legais, estes no valor de 10% (dez por cento) da dívida atualizada.

**§ 4º.** Cabe ao Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, fixar o valor de alçada para as medidas de que tratam os incisos I, II, III e IV, deste artigo.

**§ 5º.** A cobrança amigável poderá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento das certidões, podendo ser prorrogada por igual prazo, pela autoridade dirigente do órgão jurídico.





# Diário Oficial



**§ 6º.** É facultado à autoridade administrativa proceder à cobrança amigável antes da inscrição do débito em dívida ativa, durante o período máximo de 90 (noventa) dias, a contar do término do prazo para pagamento.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**§ 7º.** A contar da data do recebimento da intimação de cobrança amigável, o contribuinte terá 30 (trinta) dias para quitar o débito.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**§ 8º.** Decorrido o prazo de cobrança amigável, sem a quitação do débito, será imediatamente procedida a cobrança judicial, na forma da legislação federal em vigor.

**§ 9º.** Iniciada a cobrança judicial, não será permitida a cobrança amigável.

**§ 10** Após ajuizada ação de execução fiscal, qualquer transação será condicionada ao deferimento por parte da Procuradoria Geral do Município.

## CAPÍTULO VI

### DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

**Art. 274.** A prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, será feita por certidão negativa, expedida após requerimento do interessado.

**Art. 275.** A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de até 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

**Parágrafo único.** O prazo de validade da certidão negativa é de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão pela autoridade competente.

**Art. 276.** Tem os mesmos efeitos previstos no artigo 256 a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.



# Diário Oficial



**Parágrafo único.** A certidão emitida em conformidade com o previsto no caput deste artigo deve constar a denominação “Certidão Positiva com efeitos de Negativa de débitos de Tributos Municipais e a Dívida Ativa do Município”

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**Art. 277.** As certidões fornecidas não excluem o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, nos prazos legais, as dívidas tributárias ou não-tributárias que venham a ser apuradas.

## ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 278.** Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas às infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

**Art. 279.** A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário, atualização monetária e juros de mora acrescidos.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

**Art. 280.** A prova de quitação de dívidas municipais tributárias e não-tributárias, inscritas ou não na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, será obrigatoriamente exigida:

- I - para a participação em qualquer modalidade de licitação ou coleta de preço;
- II - para a celebração de contratos ou termos de qualquer natureza, inclusive para a renovação destes, quando forem parte os órgãos, entes e entidades da Administração Direta ou Indireta do Município;
- III - para pleitear quaisquer isenções, incentivos ou benefícios fiscais;
- IV - para pleitear qualquer espécie de autorização ou alvará de competência Municipal;
- V - para pleitear a concessão de Habite-se;
- VI - para receber quantias ou créditos de qualquer natureza;
- VII - nos demais casos expressos em Lei.

## TÍTULO II

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL



# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



### CAPÍTULO I

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO  
DO PROCESSO FISCAL

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**Art. 281.** O processo fiscal, para os efeitos deste Código, compreende o conjunto de atos

e formalidades tendentes a formar a decisão sobre:

- I - O auto de infração;
- II - Reclamação contra o lançamento;
- III - Consulta;
- IV - Pedido de restituição.

**Parágrafo único.** Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, numeradas e rubricadas todas as folhas dos autos, em ordem cronológica de eventos e juntada.

### Seção I

#### Do Auto de Infração

**Art. 282.** As ações ou omissões, contrárias à legislação tributária, serão apuradas por autuação aplicando-se ao infrator a pena correspondente.

**Art. 283.** Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo para fim de excluir a espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo:

- I - Com a lavratura do termo de início da fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;
- II - Com a lavratura de termo de apreensão de livros, bens ou outros documentos fiscais;
- III - Com a lavratura de auto de infração;
- IV - Com qualquer ato escrito de autoridade fiscal que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

**§ 1º.** Iniciada a fiscalização ao sujeito passivo, terão os agentes fazendários o prazo de 90 (noventa) dias para concluí-lo, salvo quando submetido a regime especial de fiscalização.





# Diário Oficial



§ 2º. Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior, poderá ser prorrogado na ordem:

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MARÇO DE 2013** - Direção de Registro e Comunicação, pelo período de 30 (trinta) dias;

II - Mediante despacho do Secretário de administração e Finanças, pelo período não superior a 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo da última prorrogação.

## ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 284.** O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas

ou rasuras, deverá conter:

- I - local, dia e hora da lavratura;
- II - nome, estabelecimento e domicílio do autuado e das testemunhas, se houver;
- III - número de inscrição do autuado no CNPJ e CPF;
- IV - número de inscrição do autuado no Cadastro Municipal, se houver;
- V - descrição do fato que constitui a infração e circunstâncias pertinentes;
- VI - citação expressa do dispositivo legal infringido, inclusive do que fixa a respectiva sanção;
- VII - cálculo dos tributos e multas;
- VIII - referência dos documentos que serviram de base à lavratura do auto;
- IX - intimação ao infrator para pagar os tributos e acréscimos, ou apresentar defesa, nos prazos previstos;
- X - enumeração de quaisquer outras ocorrências que possam esclarecer o processo.

§ 1º As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.

§ 2º. O auto lavrado será assinado pelo(s) autuante(s) e pelo autuado, seu representante ou preposto.

§ 3º. A assinatura do autuado poderá ser lançada simplesmente no auto sob protesto, e em nenhuma hipótese, implicará em confissão de falta arguida, nem a sua recusa agravará a infração.

§ 4º A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto, nem implica confissão, assim como a sua falta ou recusa não será motivo para agravamento da pena a ser aplicada.





# Diário Oficial



§ 5º As eventuais omissões ou incorreções no auto de infração não acarretarão a sua nulidade quando do processo constarem elementos suficientes à determinação da infração e do autuado.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

§ 6º Quando houver alteração ou retificação do auto de infração, será devolvido ao autuado o prazo para pagamento ou apresentação de defesa.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

## ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 285.** O auto de infração será lavrado por agente fiscal ou por comissões especiais, composta por agentes fiscais.

**Parágrafo único.** As comissões especiais de que trata este artigo serão designadas pelo Secretário de Administração e Finanças.

**Art. 286.** Após a lavratura do auto, o autuante redigirá o termo de ocorrência do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

**Art. 287.** Lavrado o auto, terá(ão) o(s) autuante(s) o prazo, obrigatório e improrrogável, de 72 (setenta e duas) horas, para entregá-lo a registro.

**Parágrafo único.** A infringência ao disposto neste artigo sujeita o funcionário às penalidades cabíveis.

## Sub-seção I

### Da Representação

**Art. 288.** Qualquer pessoa pode representar ao Secretário de Administração e Finanças contra ato violatório de dispositivo deste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

§ 1º. Recebida a representação, o Secretário de administração e Finanças, tendo em vista a natureza e gravidade dos fatos indicados, determinará a realização das diligências cabíveis e, se for o caso, a lavratura do Auto de Infração.

§ 2º. A representação de não funcionário far-se-á em petição assinada, com firma reconhecida, e não será admitida quando:

- I - de autoria de sócios, diretor, preposto ou empregado do sujeito passivo, em relação a



# Diário Oficial



fatos anteriores à data em que tenha perdido esta qualidade;

II - desacompanhada ou sem indicação de provas.

## LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO Sub-seção II

### Da Intimação

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

#### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 289.** Lavrado o auto de infração, o autuado será intimado para recolher o débito total, ou para apresentar defesa.

**Art. 290.** A intimação far-se-á na pessoa do próprio autuado, ou na de seu representante ou preposto, mediante entrega de cópia e contra recibo no original.

**Parágrafo único** - Havendo recusa de receber a intimação, a cópia será remetida ao sujeito passivo por via postal com “aviso de recebimento” – AR, ou o mesmo será lavrado com a menção desta circunstância, com a presença e assinatura de 2 (duas) testemunhas.

**Art. 291.** Quando desconhecido o domicílio tributário do sujeito passivo a intimação poderá ser feita por Edital, na imprensa ou no Diário Oficial do Município.

### Sub-seção III

#### Da Defesa

**Art. 292.** O autuado tem direito à ampla defesa.

**Parágrafo único.** O autuado poderá recolher os tributos e acréscimos referentes a uma parte do auto, e apresentar defesa apenas quanto à parte não recolhida.

**Art. 293.** O prazo de defesa é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da intimação.

**Art. 294.** A defesa será formulada em petição, datada e assinada pelo autuado, ou seu representante, e deverá vir acompanhada de todos os elementos que lhe servirem de base.



# Diário Oficial



**Parágrafo único.** Poderão ser aceitas cópias autenticadas de documentos, desde que não destinados à prova de falsificação.

**LEI Nº. 931 DE 29 DE ABRIL DE 2011** **SEÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**Art. 296.** Anexada a defesa, será o processo encaminhado ao servidor autuante, seu substituto ou órgão competente, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, se manifeste sobre as razões oferecidas.

## ATO DO PODER EXECUTIVO

**Parágrafo único.** O prazo é prorrogável por 10 (dez) dias pelo Diretor do Órgão responsável pelo tributo.

**Art. 297.** Sendo o auto lavrado e revel o infrator, o processo será concluso e não encaminhado para julgamento, inclusive no caso resultante de imposto declarado e não recolhido, sendo o débito inscrito diretamente em dívida ativa.

**Parágrafo único.** A revelia do autuado, na hipótese de que trata este artigo, importa no reconhecimento da obrigação tributária e produz efeito de decisão final do processo administrativo fiscal.

## Seção II

### Da Apreensão de Bens e Documentos

**Art. 298.** Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, em outro lugar ou em trânsito, que constituam prova de infração da lei tributária.

**§ 1º.** A apreensão pode, inclusive, compreender documentos fiscais, desde que faça, prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

**§ 2º.** Havendo prova ou fundada suspeita de que os bens se encontram em residência particular, ou prédio utilizado como moradia, será promovida a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a sua remoção clandestina.

**Art. 299.** A apreensão será feita mediante lavratura de termo específico.



# Diário Oficial



**§ 1º.** O termo de apreensão conterá a descrição dos bens ou dos documentos apreendidos, indicando o lugar onde ficaram depositados e o nome do depositário, fornecendo-se ao interessado cópia do auto e relação dos bens arrolados.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**§ 2º.** Poderá ser designado depositário o próprio detentor dos bens ou documentos se for idêntico a juízo do autuante ou de quem fizer a apreensão.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**Art. 300.** A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo, expedido pela autoridade competente.

**ATO DO PODER EXECUTIVO**

**§ 1º.** Os documentos apreendidos poderão ser devolvidos ao interessado, desde que a prova da infração possa ser feita através de cópia ou por outros meios.

**§ 2º.** Os bens apreendidos serão restituídos mediante depósito da quantia exigível arbitrada pela autoridade competente, ficando retido até decisão final os necessários à prova.

## Seção III

### Da Consulta

**Art. 301.** É assegurado o direito de consulta sobre a interpretação e aplicação da legislação relativa aos tributos municipais.

**Art. 302.** A consulta será formulada em petição assinada pelo consulente ou seu representante legal, indicando o caso específico, e esclarecendo se versa sobre hipótese em relação a qual já se verificou o fato gerador da obrigação tributária.

**§ 1º.** A consulta somente poderá versar sobre uma situação específica e determinada, claramente explicitada no requerimento, não podendo abranger mais de um assunto.

**§ 2º.** A consulta feita em desacordo com o disposto na parte final do parágrafo anterior, somente será válida em relação a um dos assuntos consultados no requerimento, a critério da autoridade administrativa.





# Diário Oficial



**Art. 303.** A consulta será dirigida ao Diretor do órgão responsável pelo tributo, que poderá solicitar a realização de quaisquer diligências e/ou emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Municipal.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**Art. 304.** Recebida a consulta, o Diretor do órgão deverá encaminhar em até 10 (dias) ao Julgador Fiscal de 1ª Instância para que este responda à consulta formulada no prazo de até 30 (trinta) dias.

**ATO DO PODER EXECUTIVO**

**§ 1º.** O prazo referido neste artigo interrompe-se a partir da solicitação de realização de qualquer diligência ou a emissão de parecer, recomeçando a fluir no dia em que o resultado do parecer ou diligência for recebida pela repartição.

**§ 2º.** Enquanto não julgada definitivamente a consulta, não poderá o consulente sofrer qualquer ação fiscal que tenha por objeto o fato consultado ou o esclarecimento pedido.

**Art. 305.** Os órgãos fazendários funcionarão de forma a assegurar a maior rapidez possível na tramitação do processo de consulta e a proporcionar pronta orientação ao consulente.

**Parágrafo único.** A ciência de que trata este artigo será dada ao consulente através de comunicação escrita.

## Seção IV

### Da Restituição

**Art. 306.** O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

**I** - Cobrança ou pagamento espontâneo do tributo indevido ou a maior do que o devido em face desta Lei, ou de natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

**II** - Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação de alíquotas aplicáveis, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

**III** - Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.



# Diário Oficial



**Art. 307.** O pedido de restituição de tributos pagos indevidamente ou a maior deverá ser formalizado pelo contribuinte e será analisado pela autoridade fiscal competente, que emitirá parecer técnico conclusivo acerca da procedência ou não do pedido.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**Art. 308.** O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

## ATO DO PODER EXECUTIVO

**I** - Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 306 desta Lei, da data da extinção do crédito tributário;

**II** - Nas hipóteses previstas no inciso III do artigo 306 desta Lei, na data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

**Art. 309.** Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadadas, por motivo de erro cometido pelo Fisco, regularmente apurado, a restituição será feita de ofício, mediante determinação, da autoridade competente em representação formulada pelo órgão fazendário devidamente fundamentada.

**Art. 310.** O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou documentos, quando isso se tornar necessário à verificação da procedência da medida, a juízo do Secretário de Administração e Finanças.

## Seção V

### Do Regime Especial de Fiscalização

**Art. 311.** O sujeito passivo poderá ser submetido a regime especial de fiscalização, por proposta do servidor fiscal nas seguintes hipóteses:

**I** – embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos em que se assente a escrituração das atividades do sujeito passivo, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócios ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que



# Diário Oficial



autorizam a requisição do auxílio da força pública, como nos casos de embarço ou desacato no exercício das funções fiscalizadoras, ou quando necessários à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em Lei como crime ou contravenção;

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

~~II – resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades do sujeito passivo, ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;~~

**ATO DO PODER EXECUTIVO**

III – evidências de que a pessoa jurídica esteja constituída por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas;

IV – realização de operações sujeitas à incidência tributária, sem a devida inscrição no cadastro de contribuintes apropriado;

V – prática reiterada de infração da legislação tributária;

VI – incidência em conduta que enseje representação criminal, nos termos da legislação que rege os crimes contra a ordem tributária.

**§ 1º.** O regime especial pode consistir inclusive em:

- I – manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento do sujeito passivo;
- II – redução, à metade, dos períodos de apuração e dos prazos de recolhimento dos tributos;
- III – utilização compulsória de controle eletrônico das operações realizadas e recolhimento diário dos respectivos tributos;
- IV – exigência de comprovação sistemática do cumprimento das obrigações tributárias;
- V – controle especial da impressão e emissão de documentos fiscais e da movimentação financeira.

**§ 2º.** As medidas previstas no parágrafo anterior poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente por tempo suficiente à normalização do cumprimento das obrigações tributárias.

**§ 3º.** A imposição do regime especial não elide a aplicação de outras penalidades previstas nesta Lei.





# Diário Oficial



**§ 4º.** Cessará o regime de que cuida esta Subseção quando o infrator houver regularizado sua situação perante a Fazenda Pública e este fato for reconhecido por ato administrativo do agente fiscal.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**§ 5º.** Ato do Poder Executivo estabelecerá outros limites e condições do regime especial, desde que não sejam incompatíveis ou conflitantes com os previstos neste artigo.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

## ATO DO PODER EXECUTIVO Seção VI

### Do Arbitramento

**Art. 312.** Procederá o agente fiscal ao arbitramento da base de cálculo do tributo de acordo com a legislação específica, quando:

**I** - o contribuinte não dispuser de elementos de contabilidade ou de qualquer outro dado que comprove a exatidão do montante da matéria tributável;

**II** - recusar-se o contribuinte a apresentar ao agente fiscal os livros de escrita comercial ou fiscal e documentos outros indispensáveis à apuração da base de cálculo;

**III** - o exame dos elementos contábeis levar a convicção da existência de fraude ou sonegação.

**§ 1º.** Na hipótese de arbitramento será obrigatória a lavratura de termo de fiscalização circunstanciado em que o agente fiscal indicará, de modo claro e preciso os artigos que adotou para arbitrar a base de cálculo do tributo.

**§ 2º.** Do total arbitrado para cada período ou exercício, serão deduzidas as parcelas sobre as quais se tenha lançado o tributo, intimando-se o contribuinte para recolhimento do débito resultante do arbitramento.

## CAPÍTULO II

### DAS DECISÕES

#### Seção I

#### Da Decisão em Primeira Instância

**Art. 313.** Os processos fiscais serão decididos em primeira instância, por agente fiscal especialmente nomeado para este fim, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.





# Diário Oficial



§ 1º. Não se considerando ainda habilitada a decidir, a autoridade julgadora poderá converter o processo em diligência, determinando novas provas, ou submetê-lo a parecer jurídico ou técnico.

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

§ 2º. Ocorrendo a situação descrita no parágrafo anterior ou qualquer outra necessidade devidamente comprovada, o prazo mencionado no caput poderá ser prorrogado pelo mesmo período. REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**ATO DO PODER EXECUTIVO**  
§ 3º. Os agentes fiscais designados para atuar como autoridade julgadora de primeira instância e/ou para compor o Conselho de Recursos Fiscais, órgão de segunda instância, não poderão participar do julgamento dos processos que tenham tido origem em auto de infração ou notificação fiscal lavrado, isoladamente ou não, por ele..

§4º. Apenas servidores pertencentes ao quadro efetivo do Município, com comprovado conhecimento jurídico, poderão ser designados para atuar como autoridade julgadora de primeira instância.

**Art. 314.** A decisão deverá ser clara e precisa, e conterá:

- I - O relatório, que mencionará os elementos e atos informadores, instrutórios e probatórios do processo, de forma resumida;
- II - Os fundamentos de fato e de direito da decisão;
- III - A indicação dos dispositivos legais aplicados;
- IV - A quantia devida, discriminando as penalidades impostas e os tributos exigíveis, quando for o caso.

**Art. 315.** As decisões serão levadas ao conhecimento do contribuinte ou responsável mediante notificação:

- a) pessoal, através de comunicação escrita, ou
- b) através de comunicação postal com aviso de recepção, ou
- c) através de Edital afixado no átrio da Prefeitura e publicação de aviso em jornal de circulação local contendo o respectivo extrato, considerando-se o sujeito passivo ou responsável regularmente notificado a partir do decurso do prazo fixado no aviso.

**Parágrafo único.** Depois de o sujeito passivo tomar ciência da decisão, é vedado à autoridade julgadora de primeira instância alterá-la, exceto para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexactidões materiais ou retificar erros manifestos.



# Diário Oficial



**Art. 316.** Quando a decisão julgar procedente o auto de infração, o autuado será intimado, na forma prevista no artigo anterior, a recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor da condenação.

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

## Seção II

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### Do Recurso para Segunda Instância

ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 317.** Ao Conselho de Recursos Fiscais, instituído nos termos da Seção V deste Capítulo, caberá recurso de 2ª Instância, voluntário ou de ofício, das decisões finais proferidas pela autoridade de primeira instância.

**Art. 318.** O recurso voluntário, sob pena de perempção, será interposto no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos contra decisão que impuser ou reconhecer obrigação tributária, principal ou acessória.

**§ 1º.** O prazo será contado a partir da ciência ou intimação da decisão pelo autuado, reclamante, consulente ou requerente.

**§ 2º.** O recurso poderá ser interposto contra toda a decisão ou parte dela, presumindo-se que a impugnação é total quando o recorrente não especificar a parte de que recorre.

**§ 3º.** O recurso terá efeito suspensivo somente em relação à obrigação principal;

**§ 4º.** Com a juntada do recurso, caberá o oferecimento de contra-razões, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre a impugnação oferecida.

**Art. 319.** O recurso de ofício será requerido no próprio ato da decisão mediante simples declaração do seu prolator, ao Secretário de Administração e Finanças.

**Art. 320.** O Conselho julgará de ofício, sob pena de responsabilidade, nos seguintes casos:

**I** - Das decisões favoráveis aos sujeitos passivos, quando os considerar desobrigados do pagamento do tributo ou de penalidade pecuniária;

**II** - Quando autorizar a restituição de tributo ou multa;



# Diário Oficial



III - Quando concluir pela desclassificação da infração descrita em processos resultantes do auto de infração;

IV - Das decisões proferidas em consultas quando favoráveis, no todo ou em parte, aos sujeitos passivos da obrigação tributária;

V - Quando a decisão excluir da ação fiscal algum ou alguns dos autuados.

**Parágrafo único.** A obrigatoriedade de recorrer de ofício, prevista neste artigo, é

facultativa quando o envolvimento das quantias ou valores pecuniários globais for inferior a 10 (dez)

Unidades Fiscais de Referência Municipal – UFIR.

## ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 321.** Se, por qualquer motivo, o recurso de ofício não for interposto, o servidor que tomar conhecimento dessa omissão representará ao Secretário de administração e Finanças, encaminhando cópia da representação ao Conselho de Recursos Fiscais.

**§ 1º.** Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

**§ 2º.** Na ocorrência da hipótese prevista neste artigo, o Conselho de Recursos Fiscais poderá requisitar o processo de ofício.

### Seção III

#### Da Decisão de Segunda Instância

**Art. 322.** Os processos serão julgados pelo Conselho de Recursos Fiscais de acordo com a ordem de recebimento, excetuando-se os casos de conversão do julgamento em diligência.

**Parágrafo único.** O processo que tiver seu julgamento convertido em diligência terá prioridade para ser apreciado na sessão imediatamente seguinte ao cumprimento da diligência solicitada.

**Art. 323.** É facultado, antes da decisão final, a juntada de documentos que não importem em protelar o julgamento do processo.

**Art. 324.** As decisões do Conselho são irrecorríveis.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



Seção IV

Do Conselho de Recursos Fiscais

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

**Art. 325.** Fica instituído, na Secretaria de Administração e Finanças, o Conselho de Recursos Fiscais, com as seguintes atribuições:

**I -** Elaborar e modificar o seu Regimento Interno.

**II -** Julgar, em segunda instância, recursos voluntários e de ofício, sobre tributos municipais e multas por infrações de Leis e Regulamentos e quaisquer outros facultados por Leis especiais;

**III -** Estabelecer os fatores e critérios para a elaboração da Planta Genérica de Valores e fixação da base de cálculo do ITBI, bem como os índices de variação monetária aplicável.

**Art. 326.** O Conselho de Recursos Fiscais será constituído de no mínimo 3 (três) Membros, sempre em número ímpar, sendo 2 (dois) terços representantes da Administração Pública Municipal e 1 (um) dos Municípes.

**§ 1º.** Os representantes da Administração serão designados pelo Prefeito, devendo a escolha recair, de preferência, sobre bacharéis em direito, advogados ou contabilistas, servidores efetivos da Prefeitura, preferencialmente um dentre os agentes fiscais, com amplo conhecimento em direito tributário.

**§ 2º.** Os representantes dos municípes serão designados pelo Prefeito e escolhidos entre os indicados em lista sêxtupla, apresentada pelas entidades de classe existentes no Município.

**§ 3º.** Os Membros efetivos que comporão o Conselho terão um mandato por 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

**§ 4º.** A competência dos Membros do Conselho, mesmo extinto o mandato, somente cessará com a posse dos novos representantes designados pelo Prefeito Municipal.

**§ 5º.** Além dos titulares, deverão ser indicados suplentes para os casos de falta ou impedimentos dos respectivos titulares.





# Diário Oficial



**Art. 327.** Da mesma forma, e atendidas as representações consoante os parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, o Prefeito designará respectivos suplentes, em ordem a suprir as faltas e impedimentos ocasionais dos Membros efetivos, ou preencher eventuais vagas.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**Art. 328.** Serão considerados vagos os lugares dos Membros nomeados que não tomarem posse dentro de trinta (30) dias contados da data da nomeação pelo Prefeito e convocados regularmente o suplente ou suplentes respectivo(s).

**Parágrafo único.** Os membros representantes classistas que não tomarem posse dentro de trinta (30) dias, contados da nomeação pelo Prefeito ou faltarem, sem justa causa, à critério do Chefe do Executivo, a 03 (três) sessões consecutivas ou não, serão destituídos e convocados regularmente os respectivos suplentes.

**Art. 329.** Na primeira reunião que se seguir à posse dos Membros efetivos, o Conselho, sob a presidência do Membro mais idoso dentre os representantes do município, elegerá o Presidente e o Vice-Presidente, cujas atribuições serão fixadas no Regimento Interno.

**Art. 330.** O Prefeito Municipal, por solicitação do Conselho, poderá designar outros servidores necessários ao atendimento dos serviços de expediente, cabendo ao Regimento Interno fixar as atribuições desse pessoal.

**Art. 331.** O recurso será interposto por petição que conterá:

- a) Qualificação completa do requerente;
- b) Exposição do fato e do direito;
- c) Os fundamentos do pedido.

**§ 1º.** O recurso será entregue ao Protocolo Geral, onde será autuado, com prioridade, para posterior e urgente anexação ao processo de expediente relativo no ato recorrido, e imediata remessa para vistas à autoridade prolatora da decisão recorrida.

**§ 2º.** O despacho da decisão recorrida será obrigatoriamente justificado pelo seu autor, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento do processo pelo mesmo.



# Diário Oficial



**§ 3º.** Findo o prazo de 15 (quinze) dias, ao requerente será facultado dirigir-se à Secretaria do Conselho de Recursos Fiscais, que requisitará imediatamente o processo da unidade em que se encontra.

**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**§ 4º.** A requisição de processo de recurso fiscal, na forma do parágrafo anterior, será atendida com prioridade e imediatamente, mesmo com prejuízo da justificação do despacho, se não tiver sido redigido até a data da requisição.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

**§ 5º.** Será responsabilizado e punido o servidor que tenha provocado dolosamente o atraso na remessa do processo de recurso ao Conselho dentro do prazo previsto no parágrafo segundo deste artigo.

**§ 6º** Recebido o recurso, a Secretaria do Conselho promoverá o seu registro na ordem cronológica das remessas, com prioridade dos recursos mais antigos.

**§ 7º.** O recurso será distribuído mediante sorteio na primeira sessão subsequente ao seu recebimento, de acordo com o que estabelecer o Regimento Interno.

**§ 8º.** O Relator deverá apresentar seu voto por escrito, encaminhando-se o processo para julgamento na próxima sessão.

**Art. 332.** O Conselho só funcionará com o número mínimo de 03 (três) Membros, entre os quais o Presidente.

**Parágrafo único.** A retirada de um ou mais Membros durante a sessão, não impede o prosseguimento desta, desde que permaneçam Membros em número que permita o funcionamento da Junta, devendo o fato, contudo, constar da Ata.

**Art. 333.** As sessões ordinárias realizar-se-ão uma vez por mês, devendo a convocação ser feita pelo Presidente com uma antecedência de, no mínimo, 08 (oito) dias.

**§ 1º.** Em caso de emergência, ou de acúmulo de expediente, o Prefeito Municipal, por solicitação do Presidente do Conselho poderá convocar o Conselho extraordinariamente, sempre que necessário, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, comunicando aos membros, previamente, os assuntos a serem deliberados.

**§ 2º** Em caso de força maior, poderão ser dispensados o prazo e a comunicação prévia.



# Diário Oficial



**Art. 334.** O julgamento se inicia com a leitura do relatório pelo Relator, a que se seguirá o pronunciamento do seu voto, que será escrito.

## LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

**Art. 335.** Após o voto do Relator, se presente(s) o(s) representante(s) ou procurador(es) do sujeito passivo e/ou do Fisco, será concedido aparte para sustentação oral por até 15 (quinze) minutos.

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 336.** Havida ou não sustentação oral, será o voto do Relator submetido à discussão e posto em votação.

**Art. 337.** Qualquer Membro que não se sentir suficientemente esclarecido, poderá pedir vista do processo, que lhe será deferida por 5 (cinco) dias, voltando os autos, após, à Mesa, para continuação do julgamento na próxima sessão.

**Art. 338.** As decisões serão tomadas por maioria de votos dos Membros, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

**Art. 339.** O voto do Relator, subscrito pela maioria dos Membros, será julgado como proferido pelo Conselho.

**Parágrafo único.** Os membros vencidos assinarão o julgado com essa declaração, podendo aduzir, por escrito e em separado, os motivos da discordância.

**Art. 340.** O Presidente anunciará o resultado do julgamento, designando para redigir a decisão o autor do primeiro voto vencedor, caso o voto do Relator seja vencido.

**Parágrafo único.** A decisão deverá conter ementa, bem como, embasamento legal e/ou jurisprudencial e/ou doutrinário.

**Art. 341.** Nenhum julgamento se fará sem que esteja presente o Relator.





# Diário Oficial

## Prefeitura de Remígio



**Art. 342.** O Conselho compete elaborar, alterar, acrescentar e aprovar o seu Regimento Interno, o Regimento Interno de trabalho de seus membros, a ser executiva de comunicação dos trabalhos nas sessões, os julgamentos dos processos e tudo o que mais respeita à economia interna e ao perfeito funcionamento do Conselho.

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025 - EDIÇÃO EXTRA Nº 54B

### ATO DO PODER EXECUTIVO

**Art. 343.** Serão impedidos de participar do julgamento dos processos os Membros que neles tenham interesses pessoais, ou os que tenham seus parentes, até 3º grau, sociedade com fins econômicos a que pertençam ou qualquer entidade de que sejam diretores.

**Parágrafo único.** O impedimento é extensivo aos Membros que, como funcionários ou servidores do Município tenham participado da decisão recorrida.

**Art. 344.** O Conselho não tomará conhecimento do pedido originário e o encaminhará à Diretoria do órgão responsável pelo tributo.

**Art. 345.** O Conselho não tomará conhecimento dos casos já definitivamente decididos ou em fase de decisão pelos atuais poderes competentes.

## Seção V

### Da Comissão de Avaliação Imobiliária

**Art. 346.** Fica instituída, no âmbito da Secretaria de Administração e Finanças, a Comissão de Avaliação Imobiliária, com as seguintes atribuições:

I - estabelecer os fatores e critérios para a elaboração da Planta Genérica de Valores e fixação da base de cálculo do ITBI, bem como os índices de variação monetária aplicável.

II – emitir parecer consultivo na fixação, revisão e aperfeiçoamento dos critérios técnicos aplicáveis às avaliações imobiliárias destinadas à apuração da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

III – emitir pareceres técnicos e recomendações acerca da Planta Genérica de Valores;





# Diário Oficial



IV – elaborar e modificar o seu Regimento Interno.

Prefeitura de Remígio

## LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

**Art. 347.** A Comissão de Avaliação Imobiliária será composta por, no mínimo, 03 (três) membros, sempre em número ímpar, observada a seguinte proporção:

REMÍGIO, 30 DE DEZEMBRO DE 2025.- EDIÇÃO EXTRA Nº 54B  
I – 2/3 (dois terços) de representantes da Administração Pública Municipal;

ATO DO PODER EXECUTIVO  
II – 1/3 (um terço) de representantes dos munícipes.

**§ 1º.** Os representantes da Administração Pública Municipal serão designados pelo Prefeito Municipal, devendo a escolha recair, preferencialmente, sobre servidores efetivos do Município, com formação ou experiência comprovada nas áreas de:

I – avaliação imobiliária, engenharia, arquitetura, geografia, e correlatas;

II – administração tributária, preferencialmente servidores dentre as autoridades fiscais municipais.

**§ 2º.** Os representantes dos munícipes serão designados pelo Prefeito Municipal, escolhidos dentre os indicados em lista sêxtupla apresentada por entidades de classe legalmente constituídas no Município, relacionadas às áreas imobiliária, técnica ou profissional compatíveis com as atribuições da Comissão.

**§ 3º.** Os membros da Comissão terão mandato de 02 (dois) anos, permitida recondução.

**§ 4º.** A competência dos membros da Comissão somente cessará com a posse dos novos representantes designados.

**§ 5º.** Além dos membros titulares, deverão ser indicados suplentes, para os casos de ausência, impedimento ou vacância.

**§ 6º.** O Prefeito Municipal poderá, mediante solicitação da Comissão, designar servidores para prestar apoio técnico e administrativo ao seu funcionamento.

**§ 7º.** A Comissão de Avaliação Imobiliária somente funcionará com a presença mínima de 03 (três) membros, dentre os quais o Presidente ou seu substituto legal.

**Art. 348.** Na primeira reunião que se seguir à posse dos membros efetivos, a Comissão, sob a presidência provisória do membro mais idoso dentre os representantes da Administração, elegerá seu Presidente e Vice-Presidente, cujas atribuições serão definidas no Regimento Interno.



# Diário Oficial



**Art. 349.** Os recursos administrativos relativos às avaliações do ITBI serão interpostos por petição escrita, contendo:

**LEI N.º. 935 DE 22 DE ABRIL DE 2010, - SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

II – identificação do imóvel;

III – exposição dos fatos e fundamentos técnicos e jurídicos do pedido;

IV – indicação do valor que entende correto, quando couber.

**§ 1º.** Recebido o recurso, este será autuado, registrado e distribuído a um Relator, na forma estabelecida no Regimento Interno.

**§ 2º.** O Relator apresentará relatório e voto fundamentado, submetendo o processo à apreciação da Comissão na sessão subsequente.

**§ 3º.** As decisões da Comissão, nos recursos relativos ao ITBI, serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

**§ 4º.** Nenhum membro poderá participar do julgamento ou da apreciação de matéria em que tenha interesse direto ou indireto, ou quando:

I – tenha participado da avaliação recorrida;

II – possua vínculo profissional, econômico ou societário com o interessado;

III – seja cônjuge ou parente, até o terceiro grau, do interessado.

**Art. 350.** A Comissão elaborará, aprovará e alterará seu Regimento Interno, disciplinando:

I – o funcionamento das sessões;

II – a tramitação dos recursos;

III – os critérios técnicos de análise;

IV – as atribuições de seus membros e de seu apoio.

## Seção VI



# Diário Oficial

## Das Disposições Gerais

### Prefeitura de Remígio



**LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 – SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO**

**Art. 351.** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratificação aos membros do Conselho de Recursos Fiscais e da Comissão de de Avaliação Imobiliária.

**Parágrafo único.** O valor da gratificação é fixado em 10% (dez por cento) do vencimento

básico do respectivo cargo, devido somente em mês que houver sessão do Conselho ou da Comissão.

**Art. 352.** Os funcionários e servidores municipais designados para o Conselho de Recursos Fiscais e da Comissão de Avaliação Imobiliária, como Membros, exercerão suas funções sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos.

**Art. 353.** As decisões do Prefeito, contrárias às decisões do Comissão de Avaliação Imobiliária, deverão estar embasadas e acompanhadas de parecer técnico-jurídico do Procurador Jurídico do Município.

**Art. 354.** As decisões proferidas pelo Prefeito ou transitadas em julgado são irrecorríveis, tendo o sujeito passivo o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do crédito tributário, no caso de obrigação principal.

## LIVRO IV

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

#### CAPÍTULO I

##### DAS PENALIDADES

**Art. 355.** O sujeito passivo que deixar de pagar o tributo, renda ou preço público nos prazos estabelecidos no Calendário Fiscal, ou for autuado em processo fiscal ou ainda





# Diário Oficial



notificado em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

Prefeitura de Remigio

LEI Nº. 935 DE 22 DE MAIO DE 2013 - SECOM SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

II - Multa de Infração;

III - Juros, na razão de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês subsequente ao do vencimento, calculados sobre o valor original e não incidente sobre a correção monetária e a multa

IV - Correção monetária, aplicada de acordo com os índices e épocas fixadas pelo Poder Executivo;

V - Proibições aplicáveis às relações entre os sujeitos passivos em débito e a Fazenda municipal;

VI - Sujeição a regime especial de fiscalização;

VII - Suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidos as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial do tributo.

§ 1º. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, em caso algum dispensa o cumprimento de obrigações acessórias ou o pagamento do tributo, dos acréscimos cabíveis, e a reparação do dano resultante da infração, na forma da legislação aplicável.

§ 2º. A multa de mora é calculada sobre o valor do tributo, renda ou preço público e será de 5% (cinco por cento), se o débito não for pago até o último dia útil do prazo de vencimento, estabelecido no calendário fiscal ou no previsto em lançamento de ofício.

§ 3º. A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância do disposto na legislação tributária.

§ 4º. As multas de mora e de infração não serão cobradas cumulativamente quando forem provenientes apenas de inadimplência, sendo cobrada a multa de maior valor.

§ 5º. A correção monetária será aplicada de acordo com os índices e épocas fixadas pelos órgãos federais competentes.

§ 6º. Entende-se como valor originário o que corresponde ao débito do tributo, renda ou preço público, excluídas as parcelas relativas à correção monetária, juros de mora e multa de infração.

## CAPÍTULO II

### DAS INFRAÇÕES COM MULTA





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

**Art. 356.** É considerado infrator, incorrendo na aplicação da penalidade de multa, quem:

**I** - Instruir, com elementos falsos, declarações de receita bruta, desde que importe em redução ou supressão de tributo, caracterizada a má fé ou omissão dolosa – multa de 100 % (cem por cento) sobre o valor do imposto corrigido monetariamente;

**II** - Deixar de pagar a importância devida de tributo cujo lançamento é efetuado por homologação – multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devido, corrigido monetariamente;

**III** - Deixar de emitir nota fiscal de prestação de serviços – multa de 20 (vinte) Unidades Fiscais de Referência Municipal;

**IV** - O não pagamento, a omissão ou informação com fraude na declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do ITBI – multa de 100 % (cem por cento) sobre o valor do ITBI sonegado, corrigido monetariamente;

**V** - Sendo adquirente de imóvel ou direito relativo a, não apresentar ou encaminhar o seu título ao órgão municipal fiscalizador, ressalvados os prazos excepcionados na presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias contados do ato – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do ITBI tributado, corrigido monetariamente;

**VI** - Sendo tabelião, notário ou escrivão, lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais sem que o ITBI devido tenha sido comprovadamente pago, ou sem o reconhecimento de imunidade, não incidência ou isenção, pela autoridade municipal - multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do ITBI tributado, corrigido monetariamente;

**VII** - Sendo oficial de registros imobiliários transcreverem, registrarem ou averbarem atos de transmissão de imóveis ou de direitos a eles relativos, sem prova de sua quitação, ou sem o reconhecimento de imunidade, não incidência ou isenção – multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o ITBI tributado, corrigido monetariamente;

**VIII** - Instruir com elementos falsos, pedidos de inscrição, caracterizada a má fé ou omissão dolosa – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**IX** - Instruir com elementos falsos, solicitações de benefícios fiscais, caracterizada a má fé ou omissão dolosa – multa de 100 (cem) Unidades Fiscais



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

de Referência Municipal - UFIR;

**X** - Utilizar nota fiscal não autorizada pela Administração Fazendária Municipal para a prestação de serviços – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XI** - Sendo estabelecimento gráfico, confeccionar documentos fiscais municipais sem autorização do Fisco Municipal – multa de 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XII** - Iludir ou embaraçar, por qualquer meio ou forma, a ação fiscal – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XIII** - Sendo pessoa jurídica tomadora de serviço, quando instada e nos prazos previstos na legislação, deixar de prestar informações à Secretaria de administração e Finanças do Município acerca dos valores pagos à empresas que lhes tenham prestado serviços, sejam sediadas ou não no Município – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XIV** - Sendo responsável pela escrita fiscal ou contábil, praticar no exercício de suas atividades, atos que visem diminuir o montante ou induzir o sujeito passivo à prática de infração – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XV** - Deixar de entregar a Declaração Mensal de Serviços – DMS, dentro dos prazos legais – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR, por declaração;

**XVI** - Deixar de escriturar o livro do Registro Especial do ISSQN – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XVII** - Exercer atividade sem o prévio licenciamento da Municipalidade – multa de 40 (quarenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XVIII** - Utilizar a via ou logradouro público, inclusive calçadas, para exposição de mercadorias, instalação de mobiliário, publicidade, depósito de materiais ou qualquer outro fim que impeça ou dificulte o trânsito de pedestres ou veículos, sem prévia autorização municipal – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal – UFIR;

**XIX** - Não atender o alinhamento estabelecido pela Topografia Municipal – multa de 20 (vinte) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XX** - iniciar obra sem o prévio licenciamento da Municipalidade, a multa será cobrada dotando-se a gradação constante do anexo IV desta Lei, em relação ao porte da obra:

**XXI** - Ocupar prédio sem a vistoria e habite-se, fornecidos pelo Município – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXII** - Na prestação de serviços de diversões públicas não autenticar os comprovantes de ingresso com o Fisco Municipal – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

**XXIII** - Na prestação de serviços de diversões públicas falsificar a autenticação do Fisco Municipal nos comprovantes de ingresso – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXIV** - Deixar de acatar intimação para regularização de qualquer dispositivo infringido e previsto na legislação tributária municipal – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXV** - Circular com veículo de aluguel ou transporte coletivo, sem prévia vistoria ou renovação desta – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXVI** - Permitir, sem prévia vistoria, ou renovação desta, o funcionamento de elevadores – multa de 20 (vinte) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXVII** - Não comunicar, dentro dos prazos legais, as alterações de atividade – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXVIII** - Não comunicar, dentro dos prazos legais, as alterações de razão ou denominação social – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXIX** - Não comunicar, dentro dos prazos legais as alterações de endereço de atividade – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXX** - Promover inscrição fora dos prazos legais – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXXI** - Deixar de conduzir ou afixar o Alvarás em lugar visível e de fácil acesso – multa de 10 (Dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXXII** - Não aferir taxímetro ou outros aparelhos necessários ao exercício de atividade – multa de 10 (Dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXXIII** - Adulterar taxímetro ou outros aparelhos necessários ao exercício de atividade – multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXXIV** - Não conduzir taxímetro ou outros aparelhos necessários ao exercício da atividade – multa de 20 (vinte) UFIR - Unidade Fiscal de Referência Municipal;

**XXXV** - Utilizar notas fiscais de serviços em desacordo com a legislação municipal vigente - multa de 30 (trinta) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR;

**XXXVI** - Deixar de Autenticar o Livro do Registro Especial do ISSQN dentro dos prazos legais – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFIR, por livro.

**XXXVII** - Colocar lixo ou entulhos em terrenos baldios - multa de acordo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

com o previsto no anexo VII desta Lei.

**Parágrafo único.** As multas previstas neste Código poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e gravidade da infração, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal ou administrativa e das sanções estabelecidas em outras legislações municipais, estaduais ou federais, especialmente as relativas às normas de posturas, vigilância sanitária, meio ambiente e trânsito.

**Art. 357.** A reincidência em infração da mesma natureza, punir-se-á com multa em dobro e, a cada nova reincidência, aplicar-se-á essa pena acrescida de 20 % (vinte por cento).

**Parágrafo único.** Não se aplica a reincidência para os incisos I, II, IV, V, VI, e VII, do artigo anterior.

**Art. 358.** Havendo pagamento à vista dos débitos apurados, poderá ser concedida redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa por infrações presentes no artigo 356 da presente Lei, desde que não reincidentes.

**CAPÍTULO III**  
**DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 359.** Os sujeitos passivos que se encontrarem em débito para com a Fazenda Municipal não poderão dela receber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou a realização de obras e prestação de serviços dos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**Art. 360.** Constitui infração toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na legislação tributária.

**Parágrafo único.** Salvo disposição expressa em sentido contrário, a responsabilidade por infrações à legislação tributária independe:

- I - da intenção do agente ou de terceiro;
- II - da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**Art. 361.** Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, todas as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

**Art. 362.** No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

**Parágrafo único.** No caso de enquadramento em mais de um dispositivo legal de uma mesma infração tributária será aplicada a de maior penalidade.

**Art. 363.** O pagamento da penalidade não exime o infrator do cumprimento das exigências legais de natureza tributária, administrativa, civil ou penal.

**Art. 364.** Caracteriza reincidência a prática de nova infração referente ao descumprimento da mesma obrigação acessória, pelo mesmo agente ou terceiro, dentro de 05 (cinco) anos, a contar:

- I - da data do pagamento da exigência do crédito tributário; ou
- II - do término do prazo para interposição da impugnação do lançamento;  
ou
- III - da data da decisão condenatória irrecorrível na esfera administrativa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**Art. 365.** Nos termos da Lei, aos agentes e terceiros responsáveis pela prática das infrações de que trata esta seção, aplicar-se-á, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

- I - multa por infração;
- II - suspensão ou perda definitiva de benefícios fiscais;
- III - interdição de estabelecimento.

**Art. 366.** A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto às infrações conceituadas por Lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

b) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas;

c) das pessoas referidas no artigo 255, contra aqueles por quem respondem.

**Art. 367.** A responsabilidade é excluída:

I - pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento integral do tributo devido atualizado monetariamente e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração;

II - pela apresentação de consulta formulada validamente, nos termos do Regulamento.

**§ 1º.** Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

**§ 2º.** A apresentação de documentos obrigatórios à administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**LIVRO V**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.**

**TÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 368.** O exercício financeiro corresponderá ao ano civil.

**Art. 369.** A atualização monetária dos créditos tributários, preços públicos, valores decorrentes de contratos e demais importâncias já vencidas, cuja cobrança tenha sido atribuída por Lei à Fazenda Pública Municipal, será realizada com base na Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFIR.

**Art. 370.** A Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFIR fica estabelecida em R\$ 3,00 (três reais), e poderá ter seu valor unitário atualizado monetariamente, de forma anual, através de Decreto do Poder Executivo Municipal, no mesmo percentual verificado para variação do IPCA do exercício.

**Art. 371.** Incumbe ao Chefe do Poder Executivo Municipal, à Secretaria de Administração e Finanças, à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e à Procuradoria Jurídica do Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, a expedição de atos normativos para regulamentação das disposições constantes desta Lei.

**Art. 372.** Os tributos, as rendas e os preços públicos previstos nesta Lei, vencidos a mais de 01 (um) ano, poderão ser recolhidos parceladamente em até 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, não podendo cada prestação ser inferior ao valor de 10 (dez) UFIR.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

I - o atraso no pagamento de duas prestações sucessivas ou três intercaladas importa na perda do benefício com relação ao restante do débito e no seu vencimento total;

II - a concessão de parcelamento após o prazo para apresentação de recursos exclui a redução de multa;

III - o parcelamento será requerido através de petição em que o interessado reconheça a certeza e liquidez do crédito fiscal.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal poderá instituir Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) concedendo prazos e condições maiores para parcelamento dos débitos tributários através de lei específica.

**Art. 373.** Ficam aprovados os Anexos I, II, III, IV, V, VI, e VII e suas tabelas constantes desta Lei.

## **TÍTULO II**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 374.** Em razão das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 132, de 20 de dezembro de 2023, no Sistema Tributário Nacional, e nos termos da Lei Complementar Federal n. 214, de 16 de janeiro de 2025, fica instituído o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Municípios e Distrito Federal, de que trata o art. 156-A da Constituição Federal.

**§ 1º.** Durante o período de transição estabelecido na Lei Complementar Federal n. 214/2025 o imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, previsto nesta lei, será substituído gradativamente pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sendo extinto a partir de 2033.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**§ 2º.** A cobrança, fiscalização e arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será efetuada nos termos da Lei Complementar Federal n. 214/2025 e demais normas regulamentares da EC 132/2023.

**Art. 375.** Em relação aos fatos geradores ocorridos de 1º de janeiro de 2029 a 31 de dezembro de 2032, as alíquotas do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, previsto nesta lei serão reduzidas nas seguintes proporções das alíquotas previstas neste, vigentes em 31 de dezembro de 2028:

- I - 10% (dez por cento), em 2029;
- II - 20% (vinte por cento), em 2030;
- III - 30% (trinta por cento), em 2031; e
- IV - 40% (quarenta por cento), em 2032.

§ 1º No período de que trata o caput, os benefícios ou os incentivos fiscais ou financeiros relativos ao imposto serão reduzidos na mesma proporção da redução das alíquotas prevista nos incisos do caput, caso não já tenham sido extintos.

§ 2º Para os fins da aplicação do disposto no § 1º, os percentuais e outros parâmetros utilizados para calcular os benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros relativos ao imposto serão reduzidos na mesma proporção da redução das alíquotas, em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica, caso os benefícios ou os incentivos fiscais ou financeiros relativos ao imposto já tenham sido reduzidos proporcionalmente por força da redução das alíquotas nos termos do caput deste artigo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**Art. 376.** Enquanto não editados os atos normativos previstos nesta Lei, ficam mantidas a vigência e eficácia dos atuais atos normativos editados pelo Poder Executivo Municipal.

**Parágrafo único.** O disposto no caput deste artigo não se aplica aos atos normativos cujas disposições conflitem com as normas veiculadas por esta Lei.

### **TÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 377.** O cargo de Agente Fiscal de Tributos previsto na Lei 526/1998 e alterações posteriores passa a ser denominado de Auditor Fiscal da Receita Municipal – AFRM.

**§ 1º.** O Cargo de Auditor-Fiscal da Receita Municipal é carreira específica da Administração Tributária, nos termos do inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal.

**§ 2º.** O cargo de Auditor Fiscal da Receita deverá ser preenchido pelos atuais ocupante do cargo de Agente Fiscal de Tributos, desde que tenha sido aprovados em concurso público.

**§ 3º.** O cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal passa ser de nível superior e deverão ser preenchidas as novas vagas abertas por ato do Poder Executivo, por meio de concurso de provas e títulos.

**§ 4º.** Ao ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal é garantida remuneração condizente com a importância da função exercida, tendo direito a uma remuneração composta por salário-base mais gratificação de produção e produtividade.

**§ 5º.** O valor da gratificação de produção e produtividade será regulado por lei específica, que estabelecerá os critérios para sua percepção a serem detalhados em decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

**Art. 378.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo único.** Os dispositivos que instituem tributo, que majorem o valor do tributo atualmente cobrado ou que extingam isenções, ficam sujeitos à observância da anterioridade anual e nonagesimal, nos termos das alíneas "b" e "c", do inciso III, do art. 150, da Constituição Federal de 1988.

**Art. 379.** Ficam revogadas todas as isenções, benefícios e incentivos fiscais, exceto as ressalvadas por esta Lei e as concedidas, por prazo determinado, mediante a estipulação de condições, que permanecerão mantidas até seu termo final.

**Parágrafo único.** No período de 2029 a 2032, os benefícios ou os incentivos fiscais ou financeiros relativos ao imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN serão reduzidos na mesma proporção da redução das alíquotas prevista nos incisos do caput do art. 375.

**Art. 380.** Fica o Poder Executivo autorizado a assinar convênios, protocolos ou acordos com órgãos da Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, com o objetivo de permutar informações econômico-fiscais.

**Art. 381.** Fica revogado o atual Código Tributário Municipal, Lei 523/1997, como também suas alterações posteriores.

**Art. 382.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Remígio-PB. Em 26 de dezembro de 2025.**

**LUIS CLÁUDIO RÉGIS MARINHO**

Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**ANEXO I**

**DO ISSQN**

**TABELA 1 - LISTA DE SERVIÇOS:**

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

- 4.11 – Obstetrícia.
- 4.12 – Odontologia.
- 4.13 – Ortóptica.
- 4.14 – Próteses sob encomenda.
- 4.15 – Psicanálise.
- 4.16 – Psicologia.
- 4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
- 5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
  - 5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
  - 5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
  - 5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
  - 5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
  - 5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

11.05 – Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.08 – Franquia (franchising).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

**ANEXO I**

**TABELA 2 - ISSQN PARA SOCIEDADES CIVIS DE PROFISSIONAIS**

<b>NÚMERO DE PROFISSIONAIS</b>	<b>VALOR DO ISSQN EM UFIR</b> (Por profissional e por ano)
Até 03 profissionais	600
De 04 à 06 profissionais	700
Mais de 06 profissionais	800

**TABELA 3 - ISSQN PARA PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**

<b>Profissionais autônomos</b>	<b>VALOR DO ISSQN EM UFIR</b>
--------------------------------	---------------------------------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com](mailto:gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com)

	(Por ano)
Em relação aos profissionais liberais, assim considerados aqueles que desenvolvem atividades intelectuais de nível universitário ou a este equiparado	60 0
Em relação aos profissionais autônomos que exerçam atividades técnicas de nível médio, inclusive despachante, artista plástico, representante comercial, agente intermediador de qualquer natureza, cabeleireiro, decorador, digitador, músico, fotógrafo, leiloeiro, motorista, tradutor ou intérprete	20 0
Em relação aos profissionais autônomos de nível elementar cujas atividades não estejam enquadradas nos incisos anteriores	10 0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**ANEXO II**  
**DAS TAXAS**

**TABELA I - TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE QUALQUER ATIVIDADE:**

ATIVIDADE	TAXA EM UFIR
<b>1. Instituições financeiras e de seguros</b>	
1.1. Agência bancária.	300,0
1.2. Agência/corretora de seguros.	100,0
1.3. Casa Lotérica.	150,0
1.4. Posto de atendimento de instituições financeiras.	100,0
1.5. Estabelecimento vinculado a instituição financeira, com atividade única de oferecer/realizar empréstimos (operações financeiras).	30,0
1.6. Venda de consórcios de qualquer natureza, vinculados à instituição financeira.	30,0
1.7. Estabelecimento comercial que através de uma outra atividade oferece/realiza/recebe “saque/depósito/pagamento” com utilização de equipamento vinculado a instituição financeira/bancária (uma unidade/equipamento/caixa eletrônico).  <b>Nota.</b> Exigibilidade por equipamento eletrônico vinculado a instituição financeira.	30,0
<b>2. Segmento Industrial (A) - Indústrias (de qualquer natureza ou segmento), metalúrgicas, importação e exportação, comercialização e ou exploração (inclusive locação) de máquinas de grande porte.</b>	





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

2.1. Com área de até 50 m <sup>2</sup>	40,0
2.2. Com área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	60,0
2.3. Com área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	90,0
2.4. Com área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	120,0
2.5. Com área acima de 500 m <sup>2</sup>	150,0
<b>3. Segmento Industrial (B) - Industria sucroalcooleira</b>	
3.1. Usina de cana-de-açúcar (produção de açúcar)	150,0
3.2. Destilaria de produção de álcool	150,0
3.3. Usina/destilaria: produção de açúcar e álcool	150,0
<b>4. Segmento Industrial (C) - Empresas agrícolas voltadas a exploração da avicultura, inclusive com a produção de rações.</b>	
4.1. Com até três galpões/aviários	80,0
4.2. Com até seis galpões/aviários	90,0
4.3. Com até nove galpões/aviários	100,0
4.4. Com até doze a galpões/aviários	110,0
4.5. Acima de doze galpões/aviários	120,0
<b>5. Segmento Industrial (D) - Agroindústrias outras</b>	
5.1. Grande e Médio porte	50,0
5.2. Pequeno porte	30,0
<b>6. Segmento de Comunicação - Segmento de comunicação (comunicação de qualquer natureza)</b>	
6.1. Estabelecimento sede de empresa com atividade de radiodifusão e ou jornais impressos e/ou eletrônicos.	30,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

6.2. Empresas de propaganda e publicidade.	35,0
6.3 Empresas provedoras de acesso à internet	40,0
<b>7. Segmento Comercial (A) - Comércio varejista de artigos esportivos, magazine, loja de calçados, armarinho (aviamentos e outras miudezas), loja de tecidos, loja de confecções, colchões c/molejo e ou espuma, tapetes e cortinas, vidros, loja de conveniências, produtos de beleza, perfumaria, floricultura, e comércio de produtos artesanais.</b>	
7.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
7.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	30,0
7.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	40,0
7.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	50,0
7.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	60,0
<b>8. Segmento Comercial (B) - Comércio varejista de artigos de caça e pesca, fogos de artifício, sucatas em geral.</b>	
8.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	30,0
8.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	40,0
8.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	60,0
8.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	80,0
8.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	100,0
<b>9. Segmento Comercial (C) - Livraria, papelaria e artigos para escritório.</b>	
9.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

9.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	40,0
9.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	60,0
9.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	80,0
9.5 Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	100,0
<b>10.Segmento Comercial (D) - Pequenos Mercados, voltados a Comercialização de Gêneros alimentícios e produtos diversos; Mercearia (bodega) em bairros adjacentes ao Centro da Cidade.</b>	
10.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
10.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
10.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
10.4. Com atividade em área acima de 200 m <sup>2</sup>	35,0
<b>11.Segmento Comercial (E) - Supermercados e Médios Mercados, voltados a Comercialização de produtos em geral.</b>	
11.1 Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	50,0
11.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	60,0
11.3 Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	70,0
11.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	80,0
11.5 Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	100,0
<b>12.Segmento Comercial (F) - Comércio varejista de derivados do petróleo</b>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

12.1 Comércio de gasolina, diesel, GNV e lubrificantes automotivos	
12.1.1. Até três bombas de abastecimento de combustível.	100,0
12.1.2. Até seis bombas de abastecimento de combustível.	150,0
12.1.3. Até nove bombas de abastecimento de combustível.	200,0
12.1.4. Até doze bombas de abastecimento de combustível.	250,0
12.1.5. Acima de doze bombas de abastecimento de combustível.	300,0
12.2 Comércio de GLP (Gás de cozinha) <b>Nota.</b> No caso de comercialização conjunta de GLP e água mineral, onde houver predominância da venda de GLP, serão considerados os valores do item 12.2 acrescidos de 30%.	
12.2.1 Comércio de GLP: distribuidora.	40,0
12.2.2 Comércio de GLP: depósito.	35,0
12.2.3 Comércio de GLP: pequena revenda (gaiola externa).	30,0
<b>13. Segmento Comercial (G) - Exploração mineral</b>	
13.1 Empresa/microempresa.	80,0
13.2 Empresa de pequeno porte.	90,0
13.3 Empresa de médio e grande porte.	100,0
<b>14. Segmento comercial (H) - Comércio varejista de bebidas e outros.</b>	
14.1 Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	25,0
14.2 Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	30,0
14.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	35,0
14.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	40,0





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

14.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	50,0
<b>15. Segmento Comercial (I) - Comércio varejista de pneus, autopeças, graxas e lubrificantes</b>	
15.1 Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	30,0
15.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	35,0
15.3 Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	40,0
15.4 Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	45,0
15.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	50,0
<b>16. Segmento Comercial (J) - Comércio de material de construção, elétrico, ferragens e madeira.</b>	
16.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	25,0
16.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	30,0
16.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	40,0
16.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	50,0
16.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	60,0
<b>17. Segmento Comercial (L) - Comércio atacadista, inclusive vinculados a indústria, comércio e congêneres.</b> <b>Nota: no caso de depósito fechado, para o armazenamento de mercadorias a serem comercializadas em outro estabelecimento comercial, a exigência se faz na razão de (50%) cinquenta por cento dos valores abaixo especificados.</b>	
17.1 Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	40,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

17.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	60,0
17.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	80,0
17.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	100,0
17.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	120,0
<b>18.Segmento Comercial (M) - Comércio varejista para clientes de diversos padrões de consumo</b>	
18.1. Joalheria, relojoaria e congêneres.	30,0
18.2 Lojas de departamento em galerias/shoppings.	35,0
18.3. Lojas/comercialização de artigos diversos, inclusive “boutiques”. Alto padrão.	45,0
18.4. Lojas/comercialização de artigos diversos, inclusive “boutiques”. Baixo padrão.	35,0
<b>19. Segmento Comercial (N) - Depósitos/comércio de água mineral (botijões de vinte litros e outros)</b>	
19.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	30,0
19.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	50,0
19.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	70,0
19.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	90,0
19.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	150,0
<b>20.Segmento Comercial (O) - Comércio varejista de móveis (residências e escritórios) e eletrodomésticos.</b>	
20.1.Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	30,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

20.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	60,0
20.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	100,0
20.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	120,0
20.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	150,0
<b>21. Segmento Comercial (P) - Comércio varejista de alimentos, inclusive: frutas, verduras, frios (queijos, embutidos e outros) e produtos frigoríficos em geral (carnes, peixes, aves e outros).</b>	
21.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	25,0
21.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	30,0
21.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	40,0
21.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	50,0
21.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	60,0
<b>22. Segmento Comercial (Q) - Comércio de doces, balas, bombons e semelhantes.</b>	
22.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
22.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
22.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
22.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	50,0
22.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	70,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>23. Segmento Comercial (R) - Comércio varejista de produtos agropecuários, inclusive máquinas de pequeno porte e equipamentos eletro eletrônicos.</b>	
23.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
23.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
23.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
23.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
23.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
<b>24. Segmento Comercial (S) - Comércio varejista de produtos em geral, inclusive “bagaceira e ou mangai”, e outros ainda não especificados.</b>	
24.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
24.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
24.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	35,0
24.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	40,0
24.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	45,0
<b>25. Segmento de Serviços (A) - Estabelecimentos vinculados a economia compartilhada</b>	
25.1. Locação de bens móveis e/ou imóveis, Imobiliárias, Locação de veículos automotores.	
25.1.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	30,0
25.1.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	35,0





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

25.1.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	40,0
25.1.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	45,0
25.1.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	50,0
25.2. Locação de vestimentas e outros.	
25.2.1. Serviço de aluguel de trajes	25,0
<b>26. Segmento de Serviços (B) - Estabelecimento voltado para o desenvolvimento de serviços de instalação, montagem, conservação, reparação, recuperação e manutenção de bens (oficinas, serralherias e outros).</b>	
26.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	25,0
26.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	30,0
26.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	35,0
26.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	40,0
26.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	45,0
<b>27. Segmento de Serviços (C) - Hotéis, pousadas, hospedaria e congêneres.</b>	
27.1. Com atividade em área coberta de até 300 m <sup>2</sup>	30,0
27.2. Com atividade em área coberta entre 300 e 500 m <sup>2</sup>	40,0
27.3. Com atividade em área coberta entre 500 e 750 m <sup>2</sup>	50,0
27.4. Com atividade em área coberta entre 750 e 1500 m <sup>2</sup>	60,0
27.5. Com atividade em área coberta entre de 1500 e 2.000 m <sup>2</sup>	70,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

27.6. Com atividade em área coberta acima de 2.000 m <sup>2</sup>	100,0
<b>28. Segmento de Serviços (D) – Diversões Públicas.</b>	
28.1. Diversões públicas, em caráter permanente:	
28.1.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
28.1.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
28.1.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
28.1.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
28.1.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
28.2. Diversões públicas, em caráter temporário:	
28.2.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
28.2.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	40,0
28.2.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	60,0
28.2.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	80,0
28.2.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	100,0
<b>Segmento de Serviços (E) - Estabelecimentos destinados ao atendimento da saúde humana.</b>	
29.1. Hospitais	200,0
29.2. Clínica médica/atendimento médico.	50,0
29.3. Clínica médica/atendimento odontológico.	50,0
29.4. Clínica médica/atendimento fisioterapêutico e outros.	30,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

29.5. Policlínicas/clínicas médicas/atendimento com várias especialidades, inclusive laboratórios de análises clínicas.	60,0
29.6. Consultório médico/odontológico/fisioterápico/outras.	50,0
29.7. Clínica voltada ao tratamento e recuperação de dependentes do álcool e outras drogas.	30,0
29.8. Laboratórios de análises clínicas.	30,0
29.9. Farmácia de manipulação.	40,0
29.10. Serviços ópticos.	40,0
29.11. Prótese dentária/protético.	30,0
29.12. Cemitério e/ou crematório.	50,0
29.13. Casa de apoio e longa permanência (idosos, crianças e afins)	30,0
<b>Segmento de Serviços (F) - Estabelecimentos destinados ao atendimento da saúde animal.</b>	
30.1. Hospitais.	30,0
30.2. Clínica veterinária.	30,0
30.3. Policlínicas associadas a comercialização de outros produtos e a prestação de serviços (pets-shop) em geral.	30,0
30.4. Clínica veterinária associado a comercialização de outros produtos e a prestação de serviços (pets-shop) em geral.	30,0
30.5. Consultório veterinário.	30,0
30.6. Laboratório de análises clínicas.	25,0
30.7. Farmácia em geral/drogarias.	25,0
30.8. Demais serviços, inclusive “pet shop”.	25,0
30.9. Cemitério e/ou crematório para animais.	30,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>Segmento de Serviços (G) - Serviços de beleza/higiene (tratamento capilar e outros) / estética/barbearia e outros.</b>	
31.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
31.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	30,0
31.3. Com utilização de espaço acima 100 m <sup>2</sup>	40,0
<b>Segmento de Serviços (H) - Empresa de construção civil</b>	
32.1. Estabelecimento Sede.	30,0
<b>Segmento de Serviços (I)</b> Concessionárias e/ou comissionaria de veículos automotores	
33.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
33.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	30,0
33.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	40,0
33.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	50,0
33.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	60,0
<b>Segmento de Serviços (J) - Serviço de turismo</b>	
34.1. Agência de turismo.	25,0
<b>Segmento de Serviços (K) - Clubes recreativos em geral</b>	
35.1 Com atividade em área de até 10.000 m <sup>2</sup>	70,0
35.2 Com atividade em área acima de 10.000 m <sup>2</sup>	100,0





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>Segmento de Serviços (L) - Restaurante, pizzeria e sorveteria; padaria e confeitaria; bares, pastelarias e lanchonetes.</b> <b>Nota: Se estabelecido na zona rural do Município, a Taxa de Localização e Funcionamento será reduzida em 50% (cinquenta por cento), em relação aos valores especificados abaixo e em cada faixa.</b>	
36.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	25,0
36.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	30,0
36.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	40,0
36.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	50,0
36.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	60,0
<b>Segmento de Serviços (M) - Estabelecimentos voltados à saúde, bem-estar e assistência complementar, inclusive comércios, tais como: Farmácias e drogarias em geral, óticas e planos de saúde e outros.</b>	
37.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	40,0
37.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	70,0
37.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	90,0
37.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	120,0
37.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	150,0
<b>Segmento de Serviços (N) - Setor funerário</b>	
38.1. Fornecimento de urnas	40,0
38.2. Central de velório	45,0
38.3. Fornecimento de urnas e central de velório (mesmo ambiente)	50,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>Segmento de Serviços (O) - Avicultura em geral</b>	
39.1. Fornecimento e beneficiamento de aves, abatedouro.	40,0
<b>Segmento de Serviços (P) - Estabelecimento de ensino fundamental, médio, cursos profissionalizantes, tecnólogos ou de ensino superior, e creches.</b>	
40.1. Com utilização de espaço até 100 m <sup>2</sup>	60,0
40.2. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	80,0
40.3. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	100,0
40.4. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	120,0
<b>Segmento de Serviços (Q) - Desenvolvimento de serviços públicos</b>	
41.1. Concessionárias ou permissionárias de energia elétrica, água/esgoto e transporte (sede).	60,0
41.2. Concessionárias ou permissionárias de energia elétrica, transmissão e distribuição, além de equipamentos de controle (estação e ou subestação propriamente).	80,0
41.3. Serventias extrajudiciais/serviços cartoriais.	50,0
<b>Segmento de Serviços (R) - Vidros, espelhos, molduras e esquadrias (alumínio).</b>	
42.1. Fornecimento e montagem: vidraçaria, esquadrias para pequenos recintos (box: alumínio/vidro/divisórias), confecção de molduras (p/quadros de fotografia e/ou obra de arte).	25,0
42.2. Serviços fotográficos, fornecimento de produtos e afins.	25,0
<b>Segmento de Serviços (S) - Academias de ginástica</b>	
43.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	25,0
43.2. Com utilização de espaço entre 50 e 150 m <sup>2</sup>	35,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
 Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
 CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
 gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

43.3. Com utilização de espaço acima de 150 m <sup>2</sup>	45,0
<b>Segmento de Serviços (T) - Serviços automotivos básicos</b>	
44.1. Lava jato.	25,0
44.2. Borracharia.	25,0
44.3. Alinhamento, balanceamento, troca de peças, reparos mecânicos, e outros.	25,0
<b>Segmento de Serviços (U) - Serviços de logística, inclusive empresas transportadoras de bens, produtos, mercadorias e outros.</b>	
45.1. Logística/transportadora de bens domésticos, mudanças e outros.	
45.1.1. Pequena empresa.	25,0
45.1.2. Empresa de médio porte.	30,0
45.1.3. Empresa de grande porte.	35,0
45.2. Logística/transportadora de produtos e/ou mercadorias para o atendimento da indústria e do comércio, inclusive outros.	
45.2.1. Pequena empresa.	30,0
45.2.2. Empresa de médio porte.	40,0
45.2.3. Empresa de grande porte.	50,0
45.3. Logística/transportadora de produtos derivados do petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e/ou gasosos.	
45.3.1. Pequena empresa.	30,0
45.3.2. Empresa de médio porte.	40,0
45.3.3. Empresa de grande porte.	50,0
45.4. Logística/transportadora de bens/valores.	60,0
<b>Segmento de Serviços (V) - Serviços de intermediação</b>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

46.1. Corretagem	25,0
46.2. Despachantes	25,0
46.3. Outro relacionado com prestação de serviços/intermediação.	25,0
<b>Segmento de Serviços (W) - Licenciamento de Transporte de Passageiro ou Carga:</b>	
47.1 Táxi	60,0
47.2 Van e Transporte Alternativo.	40,0
47.3 Caminhão.	40,0
47.4 Ônibus	40,0
47.5 Micro-ônibus.	40,0
47.6 Moto, mototaxi e similares - Serviço de Transporte ou Uso Individual.	30,0
<b>Profissionais autônomos</b>	
48.1. Profissionais liberais, assim considerados aqueles que desenvolvem atividades intelectuais de nível universitário ou a este equiparado, inclusive serviços contábeis, advocatícios, consultoria e outros.	25,0
48.2. Profissionais autônomos que exerçam atividades técnicas de nível médio, inclusive artista plástico, representante comercial, agente intermediador de qualquer natureza, decorador, digitador, músico, fotógrafo, leiloeiro, motorista, tradutor ou intérprete.	20,0
48.3. Profissionais autônomos de nível elementar cujas atividades não estejam enquadradas nos incisos anteriores	20,0
<b>Empreendedorismo</b>	
49.1. Atividades desenvolvidas por microempreendedores individuais, não compreendida nas demais.	30,0
<b>Outros</b>	
50.1. Outras atividades não especificadas nos itens anteriores, desempenhadas por pessoas jurídicas	40,0





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

50.2. Outras atividades não especificadas nos itens anteriores, desempenhadas por pessoas físicas	20,0
---	------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**TABELA II - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE QUALQUER ATIVIDADE**

ATIVIDADE	TAXA EM UFIR
<b>1. Instituições financeiras e de seguros</b>	
1.1. Agência bancária.	200,0
1.2. Agência/corretora de seguros.	100,0
1.3. Casa Lotérica.	120,0
1.4. Posto de atendimento de instituições financeiras.	100,0
1.5. Estabelecimento vinculado a instituição financeira, com atividade única de oferecer/realizar empréstimos (operações financeiras).	25,0
1.6. Venda de consórcios de qualquer natureza, vinculados à instituição financeira.	25,0
1.7. Estabelecimento comercial que através de uma outra atividade oferece/realiza/recebe “saque/depósito/pagamento” com utilização de equipamento vinculado a instituição financeira/bancária (uma unidade/equipamento/caixa eletrônico).  <b>Nota.</b> Exigibilidade por equipamento eletrônico vinculado a instituição financeira.	25,0
<b>2. Segmento Industrial (A) - Indústrias (de qualquer natureza ou segmento), metalúrgicas, importação e exportação, comercialização e ou exploração (inclusive locação) de máquinas de grande porte.</b>	
2.1. Com área de até 50 m <sup>2</sup>	60,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

2.2. Com área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	70,0
2.3. Com área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	80,0
2.4. Com área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	90,0
2.5. Com área acima de 500 m <sup>2</sup>	100,0
<b>3.Segmento Industrial (B) - Industria sucroalcooleira</b>	
3.1. Usina de cana-de-açúcar (produção de açúcar)	100,0
3.2. Destilaria de produção de álcool	100,0
3.3. Usina/destilaria: produção de açúcar e álcool	100,0
<b>4.Segmento Industrial (C) - Empresas agrícolas voltadas a exploração da avicultura, inclusive com a produção de rações.</b>	
4.1. Com até três galpões/aviários	40,0
4.2. Com até seis galpões/aviários	45,0
4.3. Com até nove galpões/aviários	50,0
4.4. Com até doze a galpões/aviários	55,0
4.5. Acima de doze galpões/aviários	60,0
<b>5.Segmento Industrial (D) - Agroindústrias outras</b>	
5.1. Grande e Médio porte	45,0
5.2. Pequeno porte	25,0
<b>6.Segmento de Comunicação - Segmento de comunicação (comunicação de qualquer natureza)</b>	
6.1. Estabelecimento sede de empresa com atividade de radiodifusão e ou jornais impressos e/ou eletrônicos.	20,0
6.2. Empresas de propaganda e publicidade.	25,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

6.3 Empresas provedoras de acesso à internet	30,0
<b>7.Segmento Comercial (A) - Comércio varejista de artigos esportivos, magazine, loja de calçados, armarinho (aviamentos e outras miudezas), loja de tecidos, loja de confecções, colchões c/molejo e ou espuma, tapetes e cortinas, vidros, loja de conveniências, produtos de beleza, perfumaria, floricultura, e comércio de produtos artesanais.</b>	
7.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
7.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
7.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
7.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
7.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
<b>8. Segmento Comercial (B) - Comércio varejista de artigos de caça e pesca, fogos de artifício, sucatas em geral.</b>	
8.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
8.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	30,0
8.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	40,0
8.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	50,0
8.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	80,0
<b>9. Segmento Comercial (C) - Livraria, papelaria e artigos para escritório.</b>	
9.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

9.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
9.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
9.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	40,0
9.5 Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	60,0
<b>10.Segmento Comercial (D) - Pequenos Mercados, voltados a Comercialização de Gêneros alimentícios e produtos diversos; Mercearia (bodega) em bairros adjacentes ao Centro da Cidade.</b>	
10.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
10.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	20,0
10.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	25,0
10.4. Com atividade em área acima de 200 m <sup>2</sup>	30,0
<b>11.Segmento Comercial (E) - Supermercados e Médios Mercados, voltados a Comercialização de produtos em geral.</b>	
11.1 Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	40,0
11.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	60,0
11.3 Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	80,0
11.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	100,0
11.5 Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	120,0
<b>12.Segmento Comercial (F) - Comércio varejista de derivados do petróleo</b>	
12.1 Comércio de gasolina, diesel, GNV e lubrificantes automotivos	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

12.1.1. Até três bombas de abastecimento de combustível.	80,0
12.1.2. Até seis bombas de abastecimento de combustível.	120,0
12.1.3. Até nove bombas de abastecimento de combustível.	150,0
12.1.4. Até doze bombas de abastecimento de combustível.	200,0
12.1.5. Acima de doze bombas de abastecimento de combustível.	250,0
12.2 Comércio de GLP (Gás de cozinha) <b>Nota.</b> No caso de comercialização conjunta de GLP e água mineral, onde houver predominância da venda de GLP, serão considerados os valores do item 12.2 acrescidos de 30%.	
12.2.1 Comércio de GLP: distribuidora.	30,0
12.2.2 Comércio de GLP: depósito.	25,0
12.2.3 Comércio de GLP: pequena revenda (gaiola externa).	20,0
<b>13. Segmento Comercial (G) - Exploração mineral</b>	
13.1 Empresa/microempresa.	30,0
13.2 Empresa de pequeno porte.	40,0
13.3 Empresa de médio e grande porte.	50,0
<b>14. Segmento comercial (H) - Comércio varejista de bebidas e outros.</b>	
14.1 Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
14.2 Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
14.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
14.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
14.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	45,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>15.Segmento Comercial (I) - Comércio varejista de pneus, autopeças, graxas e lubrificantes</b>	
15.1 Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
15.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
15.3 Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
15.4 Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
15.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
<b>16.Segmento Comercial (J) - Comércio de material de construção, elétrico, ferragens e madeira.</b>	
16.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
16.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
16.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
16.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	40,0
16.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	50,0
<b>17.Segmento Comercial (L) - Comércio atacadista, inclusive vinculados a indústria, comércio e congêneres.</b>	
<b>Nota: no caso de depósito fechado, para o armazenamento de mercadorias a serem comercializadas em outro estabelecimento comercial, a exigência se faz na razão de (50%) cinquenta por cento dos valores abaixo especificados.</b>	
17.1 Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	30,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

17.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	40,0
17.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	50,0
17.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	60,0
17.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	70,0
<b>18.Segmento Comercial (M) - Comércio varejista para clientes de diversos padrões de consumo</b>	
18.1. Joalheria, relojoaria e congêneres.	20,0
18.2 Lojas de departamento em galerias/shoppings.	20,0
18.3. Lojas/comercialização de artigos diversos, inclusive “boutiques”. Alto padrão.	25,0
18.4. Lojas/comercialização de artigos diversos, inclusive “boutiques”. Baixo padrão.	20,0
<b>19. Segmento Comercial (N) - Depósitos/comércio de água mineral (botijões de vinte litros e outros)</b>	
19.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
19.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	40,0
19.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	60,0
19.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	80,0
19.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	120,0
<b>20.Segmento Comercial (O) - Comércio varejista de móveis (residências e escritórios) e eletrodomésticos.</b>	





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

20.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	30,0
20.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	50,0
20.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	90,0
20.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	100,0
20.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	120,0
<b>21.Segmento Comercial (P) - Comércio varejista de alimentos, inclusive: frutas, verduras, frios (queijos, embutidos e outros) e produtos frigoríficos em geral (carnes, peixes, aves e outros).</b>	
21.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
21.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
21.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
21.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
21.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
<b>22.Segmento Comercial (Q) - Comércio de doces, balas, bombons e semelhantes.</b>	
22.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
22.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
22.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
22.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	40,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

22.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	50,0
<b>23.Segmento Comercial (R) - Comércio varejista de produtos agropecuários, inclusive máquinas de pequeno porte e equipamentos eletro eletrônicos.</b>	
23.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
23.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
23.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
23.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
23.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
<b>24.Segmento Comercial (S) - Comércio varejista de produtos em geral, inclusive “bagaceira e ou mangai”, e outros ainda não especificados.</b>	
24.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
24.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
24.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
24.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
24.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
<b>25.Segmento de Serviços (A) - Estabelecimentos vinculados a economia compartilhada</b>	
25.1. Locação de bens móveis e/ou imóveis, Imobiliárias, Locação de veículos automotores.	
25.1.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

25.1.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
25.1.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
25.1.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
25.1.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
25.2. Locação de vestimentas e outros.	
25.2.1. Serviço de aluguel de trajes	20,0
<b>26.Segmento de Serviços (B) - Estabelecimento voltado para o desenvolvimento de serviços de instalação, montagem, conservação, reparação, recuperação e manutenção de bens (oficinas, serralherias e outros).</b>	
26.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
26.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
26.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
26.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
26.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
<b>27.Segmento de Serviços (C) - Hotéis, pousadas, hospedaria e congêneres.</b>	
27.1. Com atividade em área coberta de até 300 m <sup>2</sup>	30,0
27.2. Com atividade em área coberta entre 300 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
27.3.Com atividade em área coberta entre 500 e 750 m <sup>2</sup>	40,0
27.4. Com atividade em área coberta entre 750 e 1500 m <sup>2</sup>	45,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

27.5. Com atividade em área coberta entre de 1500 e 2.000 m <sup>2</sup>	50,0
27.6. Com atividade em área coberta acima de 2.000 m <sup>2</sup>	60,0
<b>28. Segmento de Serviços (D) – Diversões Públicas.</b>	
28.1. Diversões públicas, em caráter permanente:	
28.1.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
28.1.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
28.1.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
28.1.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
28.1.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
28.2. Diversões públicas, em caráter temporário:	
28.2.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
28.2.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	40,0
28.2.3. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	60,0
28.2.4. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	80,0
28.2.5. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	100,0
<b>29. Segmento de Serviços (E) - Estabelecimentos destinados ao atendimento da saúde humana.</b>	
29.1. Hospitais	100,0
29.2. Clínica médica/atendimento médico.	40,0





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

29.3. Clínica médica/atendimento odontológico.	30,0
29.4. Clínica médica/atendimento fisioterapêutico e outros.	20,0
29.5. Policlínicas/clínicas médicas/atendimento com várias especialidades, inclusive laboratórios de análises clínicas.	75,0
29.6. Consultório médico/odontológico/fisioterápico/outras.	25,0
29.7. Clínica voltada ao tratamento e recuperação de dependentes do álcool e outras drogas.	20,0
29.8. Laboratórios de análises clínicas.	30,0
29.9. Farmácias de manipulação.	30,0
29.10. Serviços ópticos.	30,0
29.11. Prótese dentária/protético.	20,0
29.12. Cemitério e/ou crematório.	40,0
29.13. Casa de apoio e longa permanência (idosos, crianças e afins)	20,0
<b>30.Segmento de Serviços (F) - Estabelecimentos destinados ao atendimento da saúde animal.</b>	
30.1. Hospitais.	25,0
30.2. Clínica veterinária.	25,0
30.3. Policlínicas associadas a comercialização de outros produtos e a prestação de serviços (pets-shop) em geral.	25,0
30.4. Clínica veterinária associado a comercialização de outros produtos e a prestação de serviços (pets-shop) em geral.	25,0
30.5. Consultório veterinário.	25,0
30.6. Laboratório de análises clínicas.	20,0
30.7. Farmácia em geral/drogarias.	20,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

30.8. Demais serviços, inclusive “pet shop”.	20,0
30.9. Cemitério e/ou crematório para animais.	25,0
<b>31.Segmento de Serviços (G) - Serviços de beleza/higiene (tratamento capilar e outros) / estética/barbearia e outros.</b>	
31.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
31.2. Com utilização de espaço entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
31.3. Com utilização de espaço acima 100 m <sup>2</sup>	30,0
<b>32.Segmento de Serviços (H) - Empresa de construção civil</b>	
32.1. Estabelecimento Sede.	20,0
<b>33.Segmento de Serviços (I)</b>	
Concessionárias e/ou comissionaria de veículos automotores	
33.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
33.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
33.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
33.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
33.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
<b>34.Segmento de Serviços (J) - Serviço de turismo</b>	
34.1. Agência de turismo.	20,0
<b>35.Segmento de Serviços (K) - Clubes recreativos em geral</b>	
35.1 Com atividade em área de até 10.000 m <sup>2</sup>	50,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

35.2 Com atividade em área acima de 10.000 m <sup>2</sup>	80,0
<b>36.Segmento de Serviços (L) - Restaurante, pizzeria e sorveteria; padaria e confeitaria; bares, pastelarias e lanchonetes.</b>	
36.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	20,0
36.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	25,0
36.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	30,0
36.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	35,0
36.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	40,0
<b>37.Segmento de Serviços (M) - Estabelecimentos voltados à saúde, bem-estar e assistência complementar, inclusive comércios, tais como: Farmácias e drogarias em geral, óticas e planos de saúde e outros</b>	
37.1. Com atividade em área de até 50 m <sup>2</sup>	30,0
37.2. Com atividade em área entre 50 e 100 m <sup>2</sup>	60,0
37.3. Com atividade em área entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	80,0
37.4. Com atividade em área entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	100,0
37.5. Com atividade em área acima de 500 m <sup>2</sup>	120,0
<b>38.Segmento de Serviços (N) - Setor funerário</b>	
38.1. Fornecimento de urnas	30,0
38.2. Central de velório	35,0
38.3. Fornecimento de urnas e central de velório (mesmo ambiente)	40,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>39.Segmento de Serviços (O) - Avicultura em geral</b>	
39.1. Fornecimento e beneficiamento de aves, abatedouro.	30,0
<b>40.Segmento de Serviços (P) - Estabelecimento de ensino fundamental, médio, cursos profissionalizantes, tecnólogos ou de ensino superior, e creches.</b>	
40.1. Com utilização de espaço até 100 m <sup>2</sup>	50,0
40.2. Com utilização de espaço entre 100 e 200 m <sup>2</sup>	70,0
40.3. Com utilização de espaço entre 200 e 500 m <sup>2</sup>	90,0
40.4. Com utilização de espaço acima de 500 m <sup>2</sup>	110,0
<b>41.Segmento de Serviços (Q) - Desenvolvimento de serviços públicos</b>	
41.1. Concessionárias ou permissionárias de energia elétrica, água/esgoto e transporte (sede).	50,0
41.2. Concessionárias ou permissionárias de energia elétrica, transmissão e distribuição, além de equipamentos de controle (estação e ou subestação propriamente).	60,0
41.3. Serventias extrajudiciais/serviços cartoriais.	40,0
<b>42.Segmento de Serviços (R) - Vidros, espelhos, molduras e esquadrias (alumínio).</b>	
42.1. Fornecimento e montagem: vidraçaria, esquadrias para pequenos recintos (box: alumínio/vidro/divisórias), confecção de molduras (p/quadros de fotografia e/ou obra de arte).	20,0
42.2. Serviços fotográficos, fornecimento de produtos e afins.	20,0
<b>43.Segmento de Serviços (S) - Academias de ginástica</b>	
43.1. Com utilização de espaço em até 50 m <sup>2</sup>	20,0
43.2. Com utilização de espaço entre 50 e 150 m <sup>2</sup>	30,0





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

43.3. Com utilização de espaço acima de 150 m <sup>2</sup>	40,0
<b>44.Segmento de Serviços (T) - Serviços automotivos básicos</b>	
44.1. Lava jato.	20,0
44.2. Borracharia.	20,0
44.3. Alinhamento, balanceamento, troca de peças, reparos mecânicos, e outros.	20,0
<b>45.Segmento de Serviços (U) - Serviços de logística, inclusive empresas transportadoras de bens, produtos, mercadorias e outros.</b>	
45.1. Logística/transportadora de bens domésticos, mudanças e outros.	
45.1.1. Pequena empresa.	20,0
45.1.2. Empresa de médio porte.	25,0
45.1.3. Empresa de grande porte.	30,0
45.2. Logística/transportadora de produtos e/ou mercadorias para o atendimento da indústria e do comércio, inclusive outros.	
45.2.1. Pequena empresa.	25,0
45.2.2. Empresa de médio porte.	30,0
45.2.3. Empresa de grande porte.	40,0
45.3. Logística/transportadora de produtos derivados do petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e/ou gasosos.	
45.3.1. Pequena empresa.	25,0
45.3.2. Empresa de médio porte.	30,0
45.3.3. Empresa de grande porte.	40,0
45.4. Logística/transportadora de bens/valores.	50,0
<b>46.Segmento de Serviços (V) - Serviços de intermediação</b>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

46.1. Corretagem	20,0
46.2. Despachantes	20,0
46.3. Outro relacionado com prestação de serviços/intermediação.	20,0
<b>47. Segmento de Serviços (W) - Licenciamento de Transporte de Passageiro ou Carga:</b>	
47.1 Táxi	50,0
47.2 Van e Transporte Alternativo.	30,0
47.3 Caminhão.	30,0
47.4 Ônibus	30,0
47.5 Micro-ônibus.	30,0
47.6 Moto, mototaxi e similares - Serviço de Transporte ou Uso Individual.	20,0
<b>48. Profissionais autônomos</b>	
48.1. Profissionais liberais, assim considerados aqueles que desenvolvem atividades intelectuais de nível universitário ou a este equiparado.	30,0
48.2. Profissionais autônomos que exerçam atividades técnicas de nível médio, inclusive artista plástico, representante comercial, agente intermediador de qualquer natureza, decorador, digitador, músico, fotógrafo, leiloeiro, motorista, tradutor ou intérprete.	25,0
48.3. Profissionais autônomos de nível elementar cujas atividades não estejam enquadradas nos incisos anteriores	20,0
<b>49. Empreendedorismo</b>	
49.1. Atividades desenvolvidas por microempreendedores individuais, não compreendida nas demais.	20,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>50.Outros</b>	
50.1. Outras atividades não especificadas nos itens anteriores, desempenhadas por pessoas jurídicas	30,0
50.2. Outras atividades não especificadas nos itens anteriores, desempenhadas por pessoas físicas	20,0

**TABELA III - TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO (CONSTRUÇÃO) DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES E DE "HABITE-SE"**

<b>1. LICENÇA DE OBRAS (POR TIPO E ÁREA DA CONSTRUÇÃO)</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TAXA EM UFIR</b>
- de alvenaria comum	0,50 UFIR POR M <sup>2</sup>
- muralhas de arrimo, muros e fachadas	0,50 UFIR POR M <sup>2</sup>
- de concreto alvenaria, madeira ou mista	1,00 UFIR POR M <sup>2</sup>
- marquises, tapumes e obras análogas	0,50 UFIR POR M <sup>2</sup>
- barracões, galpões, reformas e demolições	0,50 UFIR POR M <sup>2</sup>
- piscinas	1,00 UFIR POR M <sup>3</sup>
<b>2. OUTORGA DE "HABITE-SE" (POR TIPO E ÁREA DA CONSTRUÇÃO)</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TAXA EM UFIR</b>
- de até 50m <sup>2</sup>	30,0
- de mais de 50m <sup>2</sup> até 150m <sup>2</sup>	40,0
- de mais de 150m <sup>2</sup> até 200m <sup>2</sup>	50,0
- de mais de 200m <sup>2</sup> até 400m <sup>2</sup>	75,0
- com mais de 400m <sup>2</sup>	100,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**Nota:** Nos casos de valores com casa decimais, será considerado para fins de enquadramento de outorga de habite-se, o valor inteiro imediatamente superior.

**TABELA IV - TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE  
ARRUAMENTO E LOTEAMENTO EM TERRENOS PARTICULARES**

TIPO	TAXA EM UFIR
Aprovação de loteamento, por lote	3,0
Aprovação de arruamento, por metro linear	0,5

**TABELA V - TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS  
DE PUBLICIDADE**

ITEM	PUBLICIDADE	TAXA EM UFIR/MÊS
<b>1.0</b>	Publicidade visual	
	1.1 Publicidade visual – Outdoor	5,00
	1.2 Publicidade visual – Impresso	5,00
	1.3 Publicidade visual – pintada ou confeccionada (ex. muros, paredes, faixas, placas e cartazes)	5,00
	1.4 Publicidade Visual - Especiais (Ex. Placas, Painéis eletrônicos)	10,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>2.0</b>	Publicidade sonora	
	2.1 Publicidade sonora fixa	
	2.1.1 Publicidade sonora fixa - instalada dentro do estabelecimento	2,00
	2.1.2 Publicidade sonora fixa - instalada em via pública	5,00
	2.2 Publicidade Sonora Móvel	8,00

**TABELA VI - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO EM EVENTOS**

<b>PERÍODO</b>	<b>TAXA EM UFIR</b>
1. Por Hora:	5,0
2 Por Dia: .	20,0
3 Por Semana: .	50,0
4 Por Mês: .	100,0

**TABELA VII - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

<b>1) estabelecimentos e prestadores</b>	<b>FAIXA</b>	<b>Valor da Taxa em</b>
--	--------------	-------------------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
 Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
 CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
 gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>de serviços em saúde e correlatos:</b>		<b>UFIR</b>
1.1) consultórios e clínicas médicas, odontológicas, veterinárias, de psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, estéticas, massoterapia, laboratórios de prótese dentária, serviços de audiometria, saunas, pedicuro, cabelereiros entre outras atividades similares às já descritas;	Até 50m <sup>2</sup>	30,0
	De 51m <sup>2</sup> a 100m <sup>2</sup>	40,0
	De 101m <sup>2</sup> a 150m <sup>2</sup>	50,0
	De 151m <sup>2</sup> a 300m <sup>2</sup>	60,0
	Acima de 300m <sup>2</sup>	80,0
1.2) farmácias, drogarias, ópticas, desinsetizadoras, desratizadoras, empresas de limpeza e desinfecção de caixas d'água, geriatrias, creches, escolas com refeições, distribuidoras de medicamentos e saneantes e correlatos, piscinas de uso coletivo, entre outras atividades similares;	Até 50m <sup>2</sup>	20,0
	De 51m <sup>2</sup> a 100m <sup>2</sup>	30,0
	De 101m <sup>2</sup> a 150m <sup>2</sup>	40,0
	De 151m <sup>2</sup> a 300m <sup>2</sup>	50,0
	Acima de 300m <sup>2</sup>	60,0
1.3) distribuidoras de produtos farmacêuticos e hospitalares, entre outras atividades similares;	Até 50m <sup>2</sup>	30,0
	De 51m <sup>2</sup> a 100m <sup>2</sup>	40,0
	De 101m <sup>2</sup> a 150m <sup>2</sup>	50,0
	De 151m <sup>2</sup> a 300m <sup>2</sup>	60,0
	Acima de 300m <sup>2</sup>	80,0
1.4) agropecuárias, pet shop, comércio de produtos veterinários e de animais, estética de animais, entre outras atividades similares.	Até 50m <sup>2</sup>	20,0
	De 51m <sup>2</sup> a 100m <sup>2</sup>	30,0
	De 101m <sup>2</sup> a 150m <sup>2</sup>	40,0
	De 151m <sup>2</sup> a 300m <sup>2</sup>	50,0
	Acima de 300m <sup>2</sup>	60,0
<b>2) Controle dos alimentos e</b>		<b>Valor da Taxa em</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>correlatos:</b>		<b>UFIR</b>
2.1) bares, lancherias, cafés, casas de chá, trailers fixos, restaurantes, pizzarias, churrascarias, galeterias e similares, açougues peixarias, armazém com e sem açougue, mercearias, padarias, confeitarias, comércio de produtos alimentícios em geral, depósitos de bebidas, hotéis, motéis e pensões com comércio de alimentos, supermercados, minimercados, cozinhas industriais entre outras atividades similares às já descritas;	Até 50m <sup>2</sup>	20,0
	De 51m <sup>2</sup> a 100m <sup>2</sup>	30,0
	De 101m <sup>2</sup> a 150m <sup>2</sup>	40,0
	De 151m <sup>2</sup> a 300m <sup>2</sup>	50,0
	Acima de 300m <sup>2</sup>	60,0
2.2) ambulantes com tração humana;	-	20,0
2.3) ambulante com tração motorizada (trailer/foodtruck/correlatos);	-	25,0
2.4) licença para veículos de transporte de alimentos, água e correlatos;	-	25,0
2.5) eventos transitórios com praça de alimentação;	-	20,0
2.6) veículos utilizados para tele-entrega de alimentos, produtos farmacêuticos, entre outros produtos correlatos;	-	25,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**TABELA VIII - TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

<b>IT E M</b>	<b>UTILIZAÇÃO DA ÁREA PÚBLICA</b>	<b>TAXA EM UFIR POR M² OCUPADO</b>
<b>1.0</b>	Espaço ocupado por balcão, barracas, mesas ou outras estruturas similares, nas vias e logradouros públicos. <b>Nota.</b> Exigibilidade diária, em função da dimensão do espaço utilizado em metros quadrados.	0,50
<b>2.0</b>	Espaço ocupado por circos e parques de diversões. <b>Nota.</b> Exigibilidade mensal, em função da dimensão do espaço utilizado em metros quadrados.	1,00
<b>3.0</b>	Ocupação de áreas com materiais de construção, em áreas de domínio público ou locais permitidos. <b>Nota.</b> Exigibilidade mensal, em função da dimensão do espaço utilizado em metros quadrados.	1,00
<b>4.0</b>	Exploração de áreas, com obtenção de produto e ou material mineral para utilização na construção civil, em áreas de domínio público ou locais permitidos. <b>Nota.</b> Exigibilidade mensal em função da dimensão da exploração, em metros cúbicos.	1,00
<b>5.0</b>	Estacionamento/instalação em lugares públicos, próprios, para comercialização através da estrutura de trailers, <i>food trucks</i> , mediante autorização prévia. <b>Nota.</b> Exigibilidade mensal, em função da dimensão do espaço utilizado em metros quadrados.	1,50



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>6.0</b>	Ocupação de áreas durante festejos locais, por meio da instalação de barracas, mesas e ou balcões.  <b>Nota.</b> Exigibilidade diária, em função da dimensão do espaço utilizado em metros quadrados.	1,50
------------	---	------

**TABELA IX - TAXA DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL PARA AMBULANTE, FEIRANTE E COMÉRCIO EVENTUAL**

<b>ITE M</b>	<b>UTILIZAÇÃO DA ÁREA PÚBLICA</b>	<b>TAXA EM UFIR</b>
<b>1.0</b>	Ocupação de espaços em Feiras	
	a) Barracas e bancos instalados em prédio municipal de mercado público. <b>Nota.</b> Exigibilidade por feira, em função da dimensão do espaço utilizado em metros quadrados.	4,00
	b) Barracas e bancos móveis instalados na área determinada pela prefeitura municipal, utilizados por vendedores ambulantes. <b>Nota:</b> Exigibilidade fixa, por feira.	3,00
	c) Mercadorias diversas - demais situações - colocadas diretamente no solo, em área determinada pela Prefeitura Municipal. <b>Nota:</b> Exigibilidade fixa, por feira.	2,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
 Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
 CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
 gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**TABELA X - TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL**

TIPO DE LICENÇA	VALOR POR CLASSE em UFIR								
	P P	P M	PG	M P	M M	M G	G P	G M	G G
Prévia	40,0 0	60,00	90,00	120,0 0	150,0 0	180,00	210,0 0	240,00	300,0 0
Instalação	60,0 0	120,00	180,0 0	120,0 0	180,0 0	240,00	300,0 0	360,00	500,0 0
De Operação	120,00	180,00	240,0 0	180,0 0	240,0 0	300,00	600,0 0	900,00	1500,00
Simplificada	15,0 0	30,00	45,00	60,00	75,00	90,00	150,0 0	180,00	200,0 0
De Alteração	40,0 0	60,00	120,0 0	90,00	120,0 0	180,00	300,0 0	750,00	1000,00
De Regularização	80,0 0	100,00	200,0 0	220,0 0	240,0 0	300,00	600,0 0	900,00	1500,00

**Nota (1):** **PP** – Empreendimento de pequeno porte e baixo potencial poluidor; **PM** – Empreendimento de pequeno porte de médio potencial poluidor; **PG** – Empreendimento de pequeno porte com alto potencial poluidor; **MP** – Empreendimento de médio porte com baixo potencial poluidor; **MM** – Empreendimento de médio porte com médio potencial poluidor; **MG** – Empreendimento de grande porte com alto potencial poluidor; **GP** – Empreendimento de grande porte com baixo potencial poluidor; **GM** – Empreendimento de grande porte com médio potencial poluidor; **GG** – Empreendimento de grande porte com alto potencial poluidor.

**Nota (2):** Para efeito de classificação dos empreendimentos quanto ao porte será utilizado os critérios definidos na Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), ou outra que vier a substituí-la.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**TABELA XI - TAXA DE INSTALAÇÃO DE ANTENAS TRANSMISSORAS DE RÁDIO, TELEVISÃO, TELEFONIA CELULAR, TELECOMUNICAÇÕES, ENERGIA E AFINS**

	TIPO	TAXA EM UFIR
<b>1. Segmento de Comunicação e transmissão de energia</b>		
1.1.	Empresa de provedor de internet e processamento de dados.	20,0
1.2.	Estabelecimento onde encontra-se instalado equipamento de transmissão de informações de qualquer natureza - antenas de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações, e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética, torres de transmissão e captação de energia solar, torres de transmissão e captação de energia eólica, e equipamentos afins. Estrutura fixa. Instalação e/ou funcionamento.	150,0
1.3.	Estabelecimento onde encontra-se instalado equipamento de transmissão de informações de qualquer natureza - antenas de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações, e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética, torres de transmissão e captação de energia solar, torres de transmissão e captação de energia eólica e equipamentos afins. Estrutura móvel. Instalação e/ou funcionamento.	75,0

**TABELA XII - TAXA DE EXPEDIENTE**

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	TAXA EM UFIR
----------	---------------	--------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>1.0</b>	Expedição de segundas vias de alvarás.	5,0
<b>2.0</b>	Autenticação de livros e documentos fiscais, visto de abertura ou encerramento em livros fiscais e outros documentos, por livro.	10,0
<b>3.0</b>	Autenticação de plantas arquitetônicas e urbanísticas e de outros documentos, exceto habite-se e aceite-se, por documento	5,0
<b>4.0</b>	Outros serviços administrativos diversos.	5,0

**TABELA XIII - TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS**

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TAXA EM UFIR</b>
<b>1.0</b>	Abate de Animais:	
	1.1 De grande porte, por cabeça – Bovino	10,0
	1.2 De pequeno porte, por cabeça - Caprino, Ovino, Suíno	5,0
<b>2.0</b>	Transferência de Titularidade de Concessão ou Permissão Pública.	20,0
<b>3.0</b>	Alinhamento e nivelamento de terrenos, por hora trabalhada	30,0
<b>4.0</b>	Apreensão de semoventes, animais e mercadorias.	20,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
 Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
 CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
 gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

	<b>Nota.</b> Exigibilidade por apreensão, acrescido de 1,0 UFIR por dia em que o bem permanecer sob os cuidados da Prefeitura Municipal de Remígio.	
<b>5.0</b>	Averbação do imóvel.	20,0
<b>6.0</b>	Vistoria de edificação.	20,0
<b>7.0</b>	Remoção de entulhos (por m <sup>3</sup> )	
	De 1m <sup>3</sup> a 5 m <sup>3</sup>	20,0
	De 5,1 m <sup>3</sup> a 10 m <sup>3</sup>	25,0
	Acima de 10 m <sup>3</sup>	30,0 + 1,0 UFIR por cada m <sup>3</sup> adicional

**TABELA XIV - TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TCR**

ITEM	CLASSE/IMÓVEIS/UTILIZAÇÃO	TAXA EM UFIR
<b>1.0</b>	<b>Residencial</b>	
	1.1 Residencial – <b>Faixa 1</b>	4,0
	1.2 Residencial – <b>Faixa 2</b>	6,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
 Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
 CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
 gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

	1.3 Residencial – <b>Faixa 3</b>	8,0
	1.4 Residencial – <b>Faixa 4</b>	10,0
<b>2.0</b>	<b>Comercial</b>	
	2.1 Comercial – <b>Faixa 1</b>	6,0
	2.2 Comercial – <b>Faixa 2</b>	8,0
	2.3 Comercial – <b>Faixa 3</b>	10,0
	2.4 Comercial – <b>Faixa 4</b>	12,0
<b>3.0</b>	<b>Serviços</b>	
	3.1 Prestação de Serviços – <b>Faixa 1</b>	6,0
	3.2 Prestação de Serviços – <b>Faixa 2</b>	8,0
	3.3 Prestação de Serviços – <b>Faixa 3</b>	10,0
	3.4 Prestação de Serviços – <b>Faixa 4</b>	12,0
<b>4.0</b>	<b>Industrial</b>	
	4.1 Indústria – <b>Faixa 1</b>	10,0
	4.2 Indústria – <b>Faixa 2</b>	12,0
	4.3 Indústria – <b>Faixa 3</b>	14,0
	4.4 Indústria – <b>Faixa 4</b>	16,0
<b>5.0</b>	<b>Classificação não especificada nos itens anteriores</b>	6,0

**Nota (1):** A classificação para o enquadramento dos imóveis no âmbito da exigibilidade da TCR está disposta no TABELA XV, anexo II, desta Lei;

**Nota (2):** Cada Unidade produtora poderá produzir até 100 litros do lixo domiciliar ou assemelhado por dia, sendo garantido pela Prefeitura Municipal a recepção e o transporte, conforme calendário de coleta.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**Nota (3):** Os grandes produtores de lixo domiciliar ou assemelhado (indústrias, restaurantes, hotéis, pousadas, supermercados e outros) devem apresentar o Plano de Resíduos ao órgão competente, nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010.

**Nota (4):** O excedente produzido, para que seja coletado pela Prefeitura Municipal, será exigido o pagamento a título de preço público.

**TABELA XV - ENQUADRAMENTO DOS IMÓVEIS, PARA EFEITO DE CÁLCULO DA TCR**

ITEM	CLASSE/IMÓVEIS/UTILIZAÇÃO
1.0	Residencial
	1.1 Faixa 1– Apresentando área edificada de até 60 m <sup>2</sup>
	1.2 Faixa 2– Apresentando área edificada entre 61 e 200 m <sup>2</sup>
	1.3 Faixa 3– Apresentando área edificada entre 201 e 500 m <sup>2</sup>
	1.4 Faixa 4– Apresentando área edificada acima de 500 m <sup>2</sup>
2.0	Comercial
	2.1 Faixa 1– Apresentando área edificada de até 60 m <sup>2</sup>
	2.2 Faixa 2– Apresentando área edificada de entre 61 e 200 m <sup>2</sup>
	2.3 Faixa 3– Apresentando área edificada de entre 201 e 500 m <sup>2</sup>
	2.4 Faixa 4– Apresentando área edificada acima de 500 m <sup>2</sup>
3.0	Serviços



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

	<b>3.1 Faixa 1</b> – Apresentando área edificada de até 60 m <sup>2</sup>
	<b>3.2 Faixa 2</b> – Apresentando área edificada de entre 61 e 200 m <sup>2</sup>
	<b>3.3 Faixa 3</b> – Apresentando área edificada de entre 201 e 500 m <sup>2</sup>
	<b>3.4 Faixa 4</b> – Apresentando área edificada acima de 500 m <sup>2</sup>
<b>4.0</b>	<b>Industrial</b>
	<b>4.1 Faixa 1</b> - Apresentando área edificada de até 100 m <sup>2</sup>
	<b>4.2 Faixa 2</b> - Apresentando área edificada de entre 101 e 500 m <sup>2</sup>
	<b>4.3 Faixa 3</b> - Apresentando área edificada de entre 501 e 1000 m <sup>2</sup>
	<b>4.4 Faixa 4</b> - Apresentando área edificada acima de 1000 m <sup>2</sup>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**ANEXO III**

**DA CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE  
SISTEMAS MONITORAMENTO PARA SEGURANÇA E PRESERVAÇÃO DE  
LOGRADOUROS PÚBLICOS – COSIP**

<b>CLASSE</b>	<b>FAIXA DE CONSUMO (KWh)</b>	<b>PERCENTUAL DA TARIFA DE ILUM. PÚBLICA</b>
RESIDENCIAL	ATÉ 30	0,00%
RESIDENCIAL	31 – 80	2,00%
RESIDENCIAL	51 – 80	3,00%
RESIDENCIAL	81 – 100	4,00%
RESIDENCIAL	101 – 200	5,00%
RESIDENCIAL	201 – 300	6,00%
RESIDENCIAL	301 – 500	8,00%
RESIDENCIAL	ACIMA DE 500	10,00%
INDUSTRIAL	ATÉ 50	5,00%
INDUSTRIAL	51 – 100	7,50%
INDUSTRIAL	ACIMA DE 100	10,00%
COMERCIAL	ATÉ 50	4,00%
COMERCIAL	51 – 100	5,00%
COMERCIAL	101 – 200	6,00%
COMERCIAL	201 – 300	7,00%
COMERCIAL	301 – 500	8,00%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

COMERCIAL	ACIMA DE 500	10,00%
RURAL	ATÉ 100	0,00%
RURAL	101 – 300	1,00%
RURAL	ACIMA DE 300	2,00%
PODER PÚBLICO FEDERAL	TODOS	30,00%
PODER PÚBLICO ESTADUAL	TODOS	30,00%
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	TODOS	0,00%
SERVIÇO PÚBLICO	TODOS	30,00%
Grupo A – H	TODOS	30,00%

**ANEXO IV**  
**DA INFRAÇÃO COM MULTA POR INICIAR OBRA SEM**  
**O PRÉVIO LICENCIAMENTO MUNICIPAL**

<b>RESIDENCIAL</b>	<b>MULTA EM UFIR</b>
Até 60 m2	20,0
De 61 a 100 m2	40,0
De 101 a 300 m2	60,0
De 301 a 500 m2	80,0
Acima de 500 m2	100,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

<b>COMERCIAL INDUSTRIAL NÃO-RESIDENCIAL</b>	<b>MULTA EM UFIR</b>
Até 60 m2	40,0
De 61 a 100 m2	60,0
De 101 a 300 m2	80,0
De 301 a 500 m2	100,0
Acima de 500 m2	150,0

**ANEXO V**  
**MODELOS MATEMÁTICOS**

## **TABELA 1 – FÓRMULAS**

<b>Especificação</b>	
<b>01</b>	<b>Cálculo do Valor Venal do Terreno</b>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
 Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
 CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
 gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

	$VVT = AT \times VM^2 \times FCT$ VVT = valor venal do terreno; AT= área do terreno; VM <sup>2</sup> = valor do metro quadrado do terreno, por face de quadra, evidenciado na Planta Genérica de Valores definidos por Decreto; FCT= fator corretivo do terreno = $\sum FCT \text{ Específico/Quantidade de itens.}$
02	Cálculo do Valor Venal da Edificação / Construção $VVE = AE \times VM^2 \times FCE$ VVE = valor venal da edificação; AE= área de edificação; VM <sup>2</sup> = valor do metro quadrado de edificação, por tipo, uso e padrão, evidenciado na Planta Genérica de Valores definidos por decreto; FCE= fator corretivo da edificação = $\sum FCE \text{ Específico/Quantidade de itens.}$
03	Cálculo do Valor Venal do Imóvel Edificado $VV = VVT + VVE$ VV = valor venal do imóvel; VVT= valor venal do terreno; VVE= valor venal da edificação.
04	Cálculo do Imposto $IPTU = VV \times \text{alíquota}$

**NOTA:** Quando não presente fatores corretivos do terreno (FCT) e da fatores corretivos edificação (FCE), em lei específica que trate da base de cálculo do IPTU, planta genérica de valores ou planta de valores venais, desconsiderá-lo do cálculo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**ANEXO VI**  
**DOS PREÇOS PÚBLICOS**

**TABELA 1**

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR EM UFIR</b>
<b>1.0</b>	Remoção de árvores de particulares	10,0
<b>2.0</b>	Poda de árvores de particulares	5,0
<b>3.0</b>	Remoção do lixo em horário especial (eventual)	20,0
<b>4.0</b>	<p>Serviço de Coleta e disposição final para os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, condomínios residenciais e/ou industriais, com volume de oferta de resíduos sólidos superior a 100 litros por dia</p> <p><b>Nota(1):</b> A exigibilidade do "<b>quantun</b>", valor pecuniário, relativo ao volume excedente será calculado com base na quantidade de lixo domiciliar e ou assemelhado superior a 100 litros por dia.</p> <p><b>Nota(2):</b> A unidade de medida do volume excedente é o metro cúbico(m<sup>3</sup>), observado a proporcionalidade. O valor exigido, a título de preço público, por metro cúbico é o indicado para este item (1,00 UFIR/m<sup>3</sup>).</p> <p><b>Nota(3):</b> A exigibilidade será referenciada pelo Plano de Resíduos Sólidos apresentado pelo Gerador.de Grandes Volumes do Lixo Domiciliar e/ou assemelhado.</p>	50,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
 Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
 CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
 gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

	<p><b>Nota(4):</b> O Plano de Resíduos Sólidos, nos termos da Lei Federal n 12.305/2010, quando não apresentado no prazo previsto no Calendário Fiscal, implicará na devida determinação – do excedente (lixo domiciliar) – pelas autoridades vinculadas à Gestão Pública Municipal.</p>	
--	--	--

**TABELA 2**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM UFIR
<b>1.0</b>	<b>Serviço Funerário</b>	
	<del>1.1. Concessão de jazigo perpétuo.</del>	<del>20,0</del>
	1.2. Escavação e preparação da cova.	10,0
	1.3. Exumação antes do prazo de decomposição.	30,0
	1.4. Exumação depois do prazo de decomposição.	20,0
	1.5. Translado de restos mortais	50,0
<b>2.0</b>	<b>Serviço de Cemitério</b>	
	2.1. Manutenção do cemitério (por cova e por ano)	5,0
<b>3.0</b>	<b>Central de Velórios</b>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

	3.1. Por sepultamento	10,0
--	-----------------------	------

**TABELA 3**

<b>ITEM</b>	<b>UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO/BEM PÚBLICO (PERMISSÕES)</b>	<b>VALOR EM UFIR</b>
<b>1.0</b>	Para o permissionário que não utilize equipamentos eletrônicos ou de refrigeração.	30,0
<b>2.0</b>	Para o permissionário que utilize até 01 (um) equipamento eletrônico ou de refrigeração.	50,0
<b>3.0</b>	Para os permissionários que utilizem mais de 01 (um) equipamento eletrônico ou de refrigeração	80,0
<b>4.0</b>	Estacionamento de veículo em locais permitidos. <b>Nota:</b> Exigibilidade diária por vaga.	4,0

**ANEXO VII**

**DA INFRAÇÃO COM MULTA POR COLOCAÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
gabinetedoprefeitoremigio@gmail.com

**DE LIXO OU ENTULHOS EM TERRENOS BALDIOS**

<b>TERRITORIAL</b>	<b>MULTA EM UFIR</b>
Colocação de lixo e entulhos em terrenos baldios	50,0